



**EXTRAPRENSA**

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA



CELACC/ECA/USP  
v. 16 n. 1. (2022)  
e-ISSN: 2236-3467

**Conflitos discursivos Latino-Americanos  
no espaço midiático**

**[ EQUIPE EDITORIAL ]****Diretor**

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

**Editor Responsável**

Prof. Dr. Silas Nogueira

**Editor Científico**

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

**Editor Executivo**

Luís Antonio da Silva Matos Filho

**Capa e Projeto Gráfico**

Jaqueline Restrepo Díez

**Diagramação**

Tikinet

**Revisão de Textos**

Mariana Munhoz - Tikinet

**Conselho Deliberativo**

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt (UNESP)

Prof. Dr. José Luiz Proença (USP)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kátia Maria Kodama (UNESP)

Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly (USP)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luiza Cristina Lusvardi (UNINOVE)

Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira (USP)

Prof. Dr. Celso Luiz Prudente (UFMT)

**Conselho Científico**

Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho (USP)

Prof. Dr. Alfonso Gumucio Dagron (UNESCO) Bolívia

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreia Terzariol Couto (UNIP)Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Ângela Pavan (UFRN)Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tatiana Gutiérrez Alarcón (UNIMINUTO), Bogotá, Colômbia.

Prof. Dr. Angel Mestres Vila (Universitat de Barcelona) Espanha

Prof. Dr. Enio Moraes Júnior (Alterjor-USP)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fabiana Lopes Cunha (UNESP)

Prof. Dr. Jordi Tresserras (Universitat de Barcelona) Espanha

Prof. Dr. Luis Pablo Martínez (Universitat de València) Espanha

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Thereza Oliveira Azevedo (UFMT)Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marta Regina Maia (UFOP)

Prof. Dr. Paul Heritage (University of London) Reino Unido

Prof. Dr. Valdemar Filho Siqueira (UFERSA)

Prof. Dr. Wilton Garcia (FATEC)

**CELACC**
**Centro de Estudos  
Latino-Americanos  
sobre Cultura  
e Comunicação**
**Centro de Estudos  
Latino-Americanos sobre Cultura  
e Comunicação (Celacc)**

 Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443  
Prédio 09, Sala 08 - Cidade Universitária  
Butantã - São Paulo - SP  
CEP. 05508-010  
Tel/Fax: (11) 3091-4327  
E-mail: celacc@usp.br
**EXTRAPRENSA**

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

**Ano XVI - n. 1 (jul. - dez. 2022)**
 Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de  
São Paulo

 Extraprensa: cultura e comunicação na América  
Latina / Centro de Estudos Latino-Americanos  
sobre Cultura e Comunicação da Escola de  
Comunicações e Artes da Universidade de  
São Paulo - v.16, n. 1. (jul./dez. 2022) - São Paulo:  
CELACC-ECA-USP, 2022.

 Conflitos discursivos Latino-Americanos no  
espaço midiático.  
Semestral  
ISSN 1519-6895  
e-ISSN 2236-3467

 1. Comunicação - América Latina 2. Cultura -  
América Latina I. Universidade de São Paulo.  
Escola de Comunicações e Artes. Centro de  
Estudos Latino-Americanos sobre Cultura  
e Comunicação.

CDD 22.ed. - 302.2098

 Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado  
CRB-8/6194

## 4

**Apresentação: Conflitos discursivos latino-americanos no espaço midiático**

Dennis de Oliveira

---

**Artigos**

## 5

**Etnomídia: contranarrativas indígenas nas redes digitais**

André Luis Campanha Demarchi

Débora dos Santos Gomes

---

## 24

**Mulher e Funk: as relações mulheristas na cultura diaspórica do Rio de Janeiro**

Mirian Alves Ferreira

Maria Cristina Giorgi

---

## 39

**Tempo, trabalho e transgressão no filme mexicano *Almacenados* de Jack Zagher Kababie**

Wilton Garcia

André Nascimento

Luciano Victor Barros Maluly

---

## 52

**Negociar inclusão pelo clientelismo: democracias, pobreza e desigualdade**

Tina Hilgers

Jean François Mayer

---

## 82

**Trajetória das emissoras legislativas do Nordeste: TV Assembleia do Rio Grande do Norte – uma pioneira da região**

Francisco das Chagas Sales Júnior

Valquíria Aparecida Passos Kneipp

---

## 98

**Memórias da Batalha de Playa Girón: estratégias de comunicação nos discursos de Fidel Castro (1964-1976)**

Bruno Romano Rodrigues

---

**V SICCAL**

## 119

**“Y la culpa no era mía, ni dónde estaba, ni cómo vestía”: para desafiar discursos e práticas autoritárias**

Cecilia Setti

Solange Borelli

---

## Apresentação

---

### Conflitos discursivos latino-americanos no espaço midiático

A revista *Extraprensa* chega a mais um número reunindo um conjunto de artigos que convergem para a reflexão sobre os conflitos e contradições no espaço das narrativas midiáticas e culturais dentro do continente latino-americano. Vive-se um momento em que se discutem formas de regulação das plataformas digitais para combater as chamadas *fake news*. Nessa esteira, pensadores debatem os dilemas do nosso período histórico caracterizado pelo uso maciço de tecnologias de sociabilidade; pelas democracias em risco; e pelos movimentos sociais em permanente luta para manutenção de suas conquistas.

O primeiro artigo intitulado *Etnomídia: contra-narrativas indígenas nas redes digitais* apresenta resultados de um estudo de caso da experiência midiática construída por comunicadores indígenas da Rádio Yandê, com ajuda da metodologia da netgrafia. O segundo artigo trata das relações de gênero e racial, destacando a ação de mulheres no movimento funk do Rio de Janeiro contra a invisibilidade imposta pelos mecanismos de opressão. O terceiro artigo propõe uma análise crítica do filme mexicano *Almacenados* (2015), de Jack Zagher Kababie, na expectativa de pensar o sujeito contemporâneo e o tempo no trabalho. Já o artigo intitulado *Negociar*

*inclusão pelo clientelismo: democracias neoliberais, pobreza e desigualdade* traz uma reflexão contemporânea sobre um antigo problema na consolidação das democracias no continente: o enfrentamento a pobreza e desigualdade e o clientelismo, mas, agora, no cenário da fase neoliberal do capitalismo. O quinto artigo trata da trajetória das emissoras legislativas no Nordeste brasileiro para compreender melhor o processo de implantação e expansão dos canais destinados à divulgação dos trabalhos dos parlamentos brasileiros. Por sua vez, as estratégias de comunicação do líder cubano Fidel Castro acerca da memória da Batalha da Playa de Giron é o tema do sexto artigo. A edição fecha com um *paper* apresentado no V Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina (Siccal), em 2022, intitulado *‘Y la culpa no era mía, ni dónde estaba, ni cómo vestía’*. Para desafiar discursos e práticas autoritárias.

A revista *Extraprensa*, assim, contribui com um conjunto de ensaios produzidos por pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos para a reflexão e construção do conhecimento crítico visando a transformação do nosso continente.

Boa leitura e fiquem atentos para a chamada de artigos da próxima edição.

**Prof. Dr. Dennis de Oliveira**

Editor da *Extraprensa* e Coordenador do Celacc/USP

# ETNOMÍDIA: CONTRA- NARRATIVAS INDÍGENAS NAS REDES DIGITAIS

[ ARTIGO ]

**André Luis Campanha Demarchi**

*Universidade Federal do Tocantins*

**Débora dos Santos Gomes**

*Universidade Federal do Tocantins*

[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

O objetivo deste artigo é compreender como são construídas as contranarrativas da Rádio Yandê, a primeira web rádio indígena do Brasil. Entende-se por etnomídia uma ferramenta adotada por diferentes grupos étnicos, como indígenas, quilombolas, caiçaras e romanis, que se autorrepresentam por meio da convergência de mídias. As análises foram realizadas a partir do Facebook do grupo. Aderiu-se ao método da netnografia, ao se investigar a atuação dos comunicadores indígenas na internet, bem como a construção dos discursos acerca de suas culturas e etnias. Nos resultados, observou-se que as inserções indígenas nas redes digitais contribuem para a construção de contranarrativas produzidas pelos povos indígenas, uma vez que são discutidas temáticas que em sua grande maioria não têm a mesma visibilidade nas mídias tradicionais.

**Palavras-chave:** Etnomídia. Contranarrativa. Rádio Yandê.

The aim of this article is to understand how the counter-narratives of Rádio Yandê, the first indigenous web radio in Brazil, are constructed. Ethnomedia is understood as a tool adopted by different ethnic groups, such as indigenous, quilombola, caiçaras, romanis, among others, who represent themselves with the convergence of media. The analyzes were carried out from the group's Facebook. The netnography method was adhered to, as it investigated the performance of indigenous communicators on the internet, as well as the construction of discourses about their cultures and ethnicities. In the results, it was observed that indigenous insertions in digital networks contribute to construct counter-narratives produced by indigenous peoples, since themes are discussed that, for the most part, do not have the same visibility in traditional media.

**Keywords:** Ethnomedia. Counter-narrative. Radio Yandê.

El objetivo de este artículo es comprender cómo se construyen las contranarrativas de la Radio Yandê, la primera radio indígena en internet en Brasil. La etnomedia se caracteriza por ser una herramienta adoptada por diferentes grupos étnicos, como los indígenas, quilombolas, caiçaras y romaníes, que se representan a sí mismos a través de la convergencia de medios. Los análisis se realizaron desde el Facebook del grupo. Se siguió el método de la netnografía, ya que se investigó la actuación de los comunicadores indígenas en internet, así como la construcción de discursos sobre sus culturas y etnias. En los resultados se observó que las inserciones indígenas en las redes digitales contribuyen a la construcción de contrarrelatos producidos por los pueblos indígenas, ya que se abordan temas que, en su mayoría, no tienen la misma visibilidad en los medios tradicionales.

**Palabras clave:** Etnomedia. Contranarrativa. Radio Yandê.

## Introdução

---

Com a popularização da internet e o surgimento de novas mídias digitais a partir do século XX, percebe-se que muitos grupos excluídos socialmente tiveram a oportunidade de construir seus próprios discursos. Castells (2010) aponta que a internet está revolucionando a comunicação devido a capacidade de fazer com que a grande mídia entre em curto circuito.

Nesse sentido, vários grupos étnicos passaram a utilizar o acesso à internet para se autorrepresentar e lutar por seus direitos, como as populações indígenas, que cada vez mais vêm se inserindo em diferentes meios digitais com o intuito de criar contranarrativas sobre si, “[...] entendidas aqui como uma forma de insurgência a essa cascata de imagens negativas coladas aos povos indígenas nesses quinhentos e vinte anos de colonização” (DEMARCHI, 2020, p. 66).

É evidente que as etnias indígenas representam uma parte significativa da população brasileira. Segundo o pesquisador Gersem Luciano, estima-se que durante a colonização portuguesa cerca de cinco milhões de indígenas habitavam o país. “Hoje, essa população está reduzida a pouco mais de 700 mil índios em todo Brasil, segundo dados de 2001 do IBGE” (LUCIANO, 2006, p. 27), mas apesar dessa representatividade, é comum observar a disseminação de estereótipos acerca de suas culturas, culminando, assim, em uma imagem carregada do olhar etnocêntrico (BATISTA; SILVA; SIMAS, 2015); (DEMARCHI; MORAIS, 2015). Além disso, como as mídias muitas vezes tendem a reproduzir esses estereótipos presentes

nas sociedades brasileiras, as informações sobre os povos indígenas acabam tendo pouca visibilidade nos meios de comunicação de massa, e, quando ocorrem, tendem a ser notícias sem profundidade.

Charaudeau (2007) acredita que pelo fato das notícias não se tratarem do “espelho do real”, é comum que os jornalistas se utilizem de subjetividades para a construção das matérias, tratando muitas vezes determinadas fontes como “heróis” ou “vilões”, e, no caso dos indígenas, como “coadjuvantes” de suas próprias narrativas.

Nesse sentido “[...] o discurso midiático – que deveria ser o terreno da crítica à ordem vigente para romper com o consenso que não seja resultado de debate público – se transformou em um reforço da ideologia dominante, e, assim, da permanência da exclusão de minorias” (MELO, 2008, p. 2).

Nesse cenário de falta de conhecimento e de silenciamento, os povos indígenas começaram a construir e produzir as etnomídias, voltadas para atender as suas demandas específicas e dar visibilidade a suas causas. A jornalista Renata Tupinambá (2016) acredita que as etnomídias constroem discursos contra-hegemônicos, visto que as populações indígenas expressam suas identidades étnicas e fogem da perspectiva ocidental.

É importante destacar que as etnomídias podem ser usadas por qualquer grupo étnico, mas para fins de desenvolvimento deste artigo, o termo será voltado especificamente para as populações indígenas, dessa forma, será citado como “etnomídia indígena” e/ou “práticas etnomidiáticas”.

Diante dessas perspectivas, este artigo objetiva compreender como as etnomídias contribuem para a representatividade das populações indígenas nas redes digitais. Para isso, será utilizado como objeto de estudo o Facebook da Rádio Yandê, devido sua visibilidade nas mídias digitais. A Rádio Yandê foi criada em 2013 como a primeira web rádio indígena do Brasil e representa um dos principais meios de comunicação voltado aos povos indígenas.

Ressalta-se que para a realização das análises empregou-se o método da netnografia. Nos resultados, observou-se que a Rádio Yandê contribui para a construção de contranarrativas, uma vez que são discutidas temáticas que em sua grande maioria não têm a mesma visibilidade nas mídias tradicionais.

O texto está dividido em cinco seções. A primeira destaca a metodologia do trabalho; a segunda aborda o protagonismo dos povos indígenas; a terceira traz definições sobre a etnomídia indígena, bem como as contranarrativas; a quarta aborda sobre a história da Rádio Yandê; e, por fim, a quinta apresenta as análises das contranarrativas dos indígenas no Facebook da Yandê.

## Metodologia de pesquisa

---

Para analisar os dados empregou-se o método da netnografia que, “[...] como o próprio termo sugere, é uma adaptação da pesquisa etnográfica que leva em conta as características dos ambientes digitais e da

comunicação mediada por computador” (CORRÊA; ROZADOS, 2017, p. 2).

Nesse sentido, a netnografia é um método que busca compreender os fenômenos culturais e as singularidades que permeiam a interação humana nesse ambiente virtual. Campanella e Barros (2016) enfatizam que esse tipo de método dá ao etnógrafo novas possibilidades de investigação sobre as culturas.

A internet, na atualidade, é um fenômeno incorporado, corporificado e cotidiano. Isso apresenta desafios metodológicos significativos para um etnógrafo que deseja descobrir o significado de determinado aspecto da internet para um grupo específico de pessoas. Podemos começar com um foco particular ou uma questão intrigante em mente, mas a imprevisibilidade e caráter escorregadio dessa internet incorporada, corporificada e cotidiana torna muito difícil resolver onde ir para encontrar as respostas e como trazer questões interessantes à luz (CAMPANELLA; BARROS, 2016, p. 17).

Observa-se que a netnografia não se apresenta como um tipo de proposta metodológica inovadora, mas uma forma de apropriação do método etnográfico tradicional, seguindo as características que se apresentam no ambiente digital.

O livro *Netnografia, realizando pesquisa etnográfica online*, do pesquisador Robert V. Kozinets, apresenta ao leitor um conjunto de diretrizes metodológicas para a realização da netnografia. O autor aborda desde as definições até o planejamento e os métodos utilizados para a realização de pesquisas netnográficas consistentes.

De acordo com Kozinets (2014), a netnografia é apropriada para o estudo tanto de comunidades virtuais quanto de comunidades e culturas que manifestam interações sociais importantes virtualmente. Além disso, o autor ressalta que o pesquisador deve reconhecer a relevância que a tecnologia representa para as populações.

O uso do termo netnografia, nesse caso, representaria a tentativa do pesquisador de reconhecer a importância das comunicações mediadas por computador nas vidas dos membros da cultura, de incluir em suas estratégias de coleta de dados a triangulação entre diversas fontes online e offline de compreensão cultural [...] (KOZINETS, 2014, p. 62).

Ainda de acordo com o autor, o acesso à rede pode permitir aos membros da cultura um lugar seguro para difundir seus discursos, sem precisar do contato humano, além disso, há mais possibilidades de alcançar um público maior.

A interação social virtual é um híbrido público-privado sem igual que oferece aos participantes a sedução de ser o centro das atenções perante uma “audiência” sem deixar os limites seguros de seu próprio lar. As oportunidades são abundantes não apenas para divulgar suas próprias informações privadas, mas também para participar publicamente nas informações privadas dos outros. Esse novo nível de voyeurismo e exibicionismo é significativamente diferente de qualquer coisa que um etnógrafo face a face

encontraria. A acessibilidade é, portanto, outra diferença fundamental com a qual a abordagem netnográfica deve estar sintonizada (KOZINETS, 2014, p. 71-72).

Ferraz e Alves (2017) complementam que os procedimentos comumente adotados para quem vai utilizar esse tipo de método são a coleta de dados, observação participante e entrevistas virtuais, contudo, vai depender muito do que o pesquisador se propõe a investigar.

Desse modo, e levando essas questões em consideração, a netnografia é empregada neste artigo como uma ferramenta metodológica para compreender como os indígenas utilizam da Rádio Yandê para construir contranarrativas ao que é publicado nas mídias tradicionais.

A netnografia foi realizada no Facebook da Rádio Yandê, delimitando como corpus especificamente as transmissões ao vivo (lives) realizadas durante o Abril Indígena, em 2020. A data é simbólica para as populações indígenas que, por conta da pandemia, causada pelo Coronavírus, deixaram de ir às ruas e realizaram uma série de transmissões ao vivo com o intuito de debater as questões indígenas. No total foram realizadas 31 transmissões durante todo o mês de abril, mas para este estudo foram analisadas quatro lives com a temática “identidade dos povos indígenas”. A Tabela 1 apresenta o corpus da investigação com a data da realização das lives, nome, participantes, duração e alcance da live na rede social.

[Tabela 1]  
Corpus da Investigação

Data	Nome da live	Participantes	Duração	Alcance
2/4/2020	Identities indígenas, o racismo e preconceito que enfrentamos	Felipe Tuxá, Lais Maxacali e apresentação de Daiara Tukano	1h6min4s.	171 comentários, 84 compartilhamentos e 282 reações
5/4/2020	A década da arte indígena contemporânea	Jaider Esbell, Denilson Baniwa, Juao Nyn, Cris, Cris Kure e apresentação de Daiara Tukano	1h5min51s	377 comentários e 211 compartilhamentos
12/4/2020	Música Indígena: #YbyFestivalLive	Ian Wapichana, Gean Ramos Pankarau, Kae Guajajara, Brisa Flow, Renata Machado e apresentação de Daiara Tukano	2h8min7s	504 comentários e 133 compartilhamentos
13/4/2020	Línguas indígenas	Nanblá Gaskran, Ricardo Tupiniquim, Hugo Fulni-ô, Altaci Kokama e apresentação de Daiara Tukano	1h26min	179 comentários e 92 compartilhamentos

Fonte: Elaboração própria.

## Protagonismo dos povos indígenas nas redes digitais

É inegável que o contato com a cultura ocidental desde a colonização trouxe mudanças significativas na rotina dos povos indígenas de todo território brasileiro, principalmente com a evolução tecnológica no século XX. Assim, cada vez mais esses grupos passaram a fazer uso de TVs, celulares, computadores, em um processo que o antropólogo Marshal Sahlins (1997) denominou indigenização da modernidade, que consiste no processo de apropriação pelos povos indígenas e para seus próprios fins, dos diferentes recursos, técnicas, mercadorias e conhecimentos presentes nas sociedades modernas capitalistas, dentre eles os aparatos tecnológicos de comunicação e reprodução de imagens.

Ressalta-se que o uso e a apropriação das tecnologias nas comunidades indígenas tornaram-se essenciais para a defesa de seus direitos garantidos na Constituição de 1988, visto que ainda há muitos imaginários construídos de forma estereotipada sobre as populações indígenas.

Longe de ser mero hobby, o uso da internet nas comunidades passou a ser um objeto de luta, uma ferramenta para competir com os meios de comunicação, para unir povos de vários lugares do Brasil e do mundo. As redes sociais, blogs e portais passaram a ser um movimento social em prol das comunidades indígenas (SANTOS, 2002, p. 5).

Para Neves (2015), esses grupos sociais têm em suas mãos a ferramenta que lhes dá a chance de lutar contra os poderes constituídos, oferecendo-lhes sua resistência que

deixa de ser solitária ao se unir a milhares de outras vozes com o mesmo propósito. Essa mudança só foi possível com a inclusão digital, pois permitiu que o indivíduo se “emancipasse” dos poderes hegemônicos e construísse seus próprios discursos.

Não existe uma data específica de quando os indígenas se tornaram usuários das redes digitais no Brasil, mas alguns estudos da área apontam que em 2012 houve uma participação mais massiva dos movimentos indígenas na internet por conta de uma sentença da Justiça que favorecia os fazendeiros da região de Dourados, situada no estado de Mato Grosso do Sul, e determinava a saída de 170 indígenas da etnia Guarani-Kaiowá que estavam situados no acampamento Pyelito Kue/Mbarakay, na Fazenda Cambará, em Iguatemi.

Desse modo, houve uma movimentação contra a liminar, principalmente depois da divulgação da carta em que os indígenas estariam dispostos a se suicidar coletivamente em protesto. “Moramos na margem do Rio Hovy há mais de um ano e estamos sem nenhuma assistência, isolados, cercados de pistoleiros e resistimos até hoje. [...] Passamos tudo isso para recuperar o nosso território antigo [...]. Visto que decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem mortos”, afirmam lideranças.

Diante da repercussão, setenta lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul foram a Brasília para entregar às autoridades mais de 20 mil assinaturas do abaixo-assinado “Eu apoio a causa indígena”. Além disso, os protestos tomaram conta das redes sociais, principalmente no Facebook, visto que milhares de usuários passaram a acrescentar “Guarani-Kaiowá”

ao primeiro nome em seus respectivos perfis para mostrar apoio aos indígenas da região de Dourados.

Já no Twitter, as hashtags #SouGuaraniKaiowa e #SomosTodosGuaraniKaiowa tiveram ampla repercussão entre os apoiadores da causa. A dissertação *Protagonismo guarani-kaiowá no ciberespaço: em busca da auto-representação*, da autora Erica Neves, publicada em 2015, trouxe alguns apontamentos sobre os efeitos da presença indígena na internet, e como essas ferramentas auxiliam na defesa das causas indígenas:

[...] Os Guaranis-Kaiowás descobriram na rede uma possibilidade de diálogo com outros indígenas e com brasileiros não indígenas que só se vale do ciberespaço como local de mediação. A partir desta descoberta eles têm apostado em um uso massivo do ciberespaço como plataforma de sua agenda de lutas, espaço de denúncia e desabafo. Não obstante, além do desejo de auto-representação o que se atesta é uma busca estratégica pela visibilidade. E aqui, não me refiro à visibilidade midiática, mas à visibilidade pública que não mais é controlada apenas pela mídia tradicional (NEVES, 2015, p. 93).

Com o passar do tempo, os indígenas foram se inserindo nas redes digitais para lutar pela defesa de seus direitos.

O grande marco da “descolonização” e protagonismo indígena na mídia no Brasil foi o surgimento do “Programa de Índio”, transmitido pela Rádio USP e apresentado por Ailton Krenak, Álvaro Tukano, dentre outras lideranças. A produção radiofônica semanal foi criada em 1985 e informava

sobre o cotidiano e expectativa de vida dos indígenas, além de músicas, rituais, celebrações etc.

O artigo “Programa de Índio: criando uma ponte sonora entre as culturas”, da jornalista Ângela Pappiane, elucida sobre como foi criado o programa radiofônico:

Três homens, de etnias diferentes, com cara, jeito, língua-materna, corte de cabelo, pensamento diferentes, entram no pequeno estúdio e, frente aos microfones, falam... Do outro lado do vidro, num gravador de rolo, suas palavras são capturadas e magnetizadas. Seu pensamento, assim transformado, retido e dispersado depois nas ondas sonoras, desafia o tempo e as distâncias. Magia do homem branco! Os três homens que se lançaram a essa aventura sabiam muito bem o que estavam fazendo. E onde queriam chegar: estabelecer contato direto com milhares de pessoas que estariam, distantes no tempo e no espaço, ouvindo suas “belas palavras” através dos receptores de rádio (PAPPIANE, 2012, p. 107-118).

O Programa de Índio foi ao ar entre 1985 e 1991; no total foram mais de 200 programas produzidos nesse período, que contava com diferentes temáticas. As participações do programa envolviam as principais lideranças indígenas da época que traziam depoimentos e entrevistas, em sua grande maioria realizadas nas comunidades ou em eventos. Além disso, o programa teve a participação de estudiosos, políticos e diferentes personalidades que debatiam sobre as temáticas indígenas.

## Etnomídia indígena e a construção das contranarrativas

---

Gradativamente as populações indígenas vieram se unindo com o intuito de visibilizar suas causas sociais nas mídias alternativas. Após o advento da internet foi possível construir seu próprio lugar de fala dentro das redes digitais, o que permitiu a criação das etnomídias indígenas.

[...]Etnomídia é resultado da convergência de mídia e apropriação de diferentes grupos étnicos de tais mídias. Possibilita pensar e realizar a comunicação de diferentes formas, saindo do formato jornalístico tradicional. O etnojornalismo traz para os conteúdos produzidos visões de mundo dos comunicadores, suas etnias e culturas, contribuindo para a **descolonização** dos meios de comunicação (TUPINAMBÁ, 2016, grifo nosso).

De acordo com Renata Machado (2020), o termo etnomídia surgiu em 1997 com o incentivo do grupo de pesquisa “Etnomídia: pesquisa em mídia e etnicidades”, pertencente à Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), para discutir os impactos das mídias sobre os povos indígenas. Contudo, ganhou impulso quando o comunicador Anápuaka Muniz Tupinambá criou, em 2007, a Web Rádio Brasil Indígena.

Antes da rádio Yandê nascer [...] eu tinha desenvolvido um projeto já pensando em etnomídia indígena, que deu 150% de errado mesmo, que foi a Web Rádio Brasil Indígena [...] então a proposta era

pensar a comunicação para os povos indígenas, e não adiantava desenvolver uma comunicação se ela não tivesse um conceito, se ela não tivesse uma linguagem, não tivesse um objetivo [eu sempre falo para as pessoas que não é a tecnologia... a tecnologia é meio, é ferramenta, mas se você tiver um conceito, um objetivo para esse conceito, e que ela faça ser entendida, absorvida, utilizável por todos, faz muito mais sentido] (BANIWA, 2020).

Em uma entrevista realizada em 2017 pela Revista Usina, Denilson Baniwa destaca que o termo “etnomídia” surgiu a partir das mídias indígenas estrangeiras, mas que posteriormente vieram a utilizar no Brasil com seus próprios direcionamentos.

Etnomídia é um conceito que a gente viu muito nas mídias indígenas do Canadá e dos Estados Unidos. Como eles estão em uma discussão de comunicação muito mais avançada que a gente no Brasil, e na América Latina de forma geral. Os indígenas foram para universidade mais cedo, tiveram mais acesso à tecnologia, às informações. Mais cedo que a gente, anos à frente. E o que a gente está fazendo hoje no Brasil, que é criar algo paralelo a mídia de massa, é o que já fazem lá. E lá eles definiram isso como etnomídia. Como uma mídia que não é mastigada para a massa, mas sim para o entendimento de um grupo, de um grupo que sofre as mesmas coisas, que veem as mesmas coisas, e que anseiam pelas mesmas coisas (BANIWA, 2017).

Ressalta-se que após a iniciativa do Programa do Índio, estudiosos apontam que houve um interesse maior das populações indígenas em se envolver em projetos que

tinham como objetivo a defesa de suas causas, a exemplo disso, o Portal Índios Online que foi criado no ano de 2004 e se estabeleceu como uma rede de diálogo intercultural. O portal teve a gestão compartilhada entre quatro povos indígenas, totalizando cinco gestores: Alex Makuxi, de Roraima, Patrícia Pankararu, de Pernambuco, Nhenety Kariri-Xocó, de Alagoas, e Fábio Titiah e Yonana Pataxo há há há da Bahia.

De modo geral, pode-se compreender as etnomídias indígenas como uma ferramenta na produção de contranarrativas. Conforme Demarchi (2020) aponta, as contranarrativas indígenas são uma resposta às narrativas hegemônicas, visto que tem o propósito de construir novos significados diante daqueles discursos coloniais que prevalecem na sociedade.

Assim, os indígenas se apropriam das diferentes alternativas nos meios de comunicação para manifestação de seus pensamentos e saberes, que antes pertenciam aos poderes hegemônicos. Ou seja, as “[...] contranarrativas são as formas como essas resistências são elaboradas esteticamente, discursivamente, imagetivamente propondo o reconhecimento de mundos, saberes, estéticas silenciadas, ignoradas, enfim oprimidas pelas narrativas dominantes” (DEMARCHI, 2020, p. 2).

Por sua vez, a tese de doutorado da pesquisadora Luna Loria, de 2017, com o tema “Manifestações artísticas como contranarrativas: estudos de casos das periferias do Rio de Janeiro e de Lisboa”, também traz algumas reflexões sobre esse conceito:

A contranarrativa, portanto, equivale a uma resposta contra-hegemônica,

insurgente, alternativa; apresenta-se como outra descrição e outra leitura sobre um fenômeno ou a realidade, manifestando-se como outra possibilidade discursiva e simbólica, transcendendo as narrativas dominantes e do senso comum. Desse modo, a contranarrativa revela-se como outra proposta tanto no plano teórico quanto no plano prático. O conceito de contranarrativa esteve abordado levemente (e não diretamente) nas ciências sociais e humanas, particularmente nas áreas da teoria crítica literária, nas ciências políticas, na sociologia, na educação, nos estudos feministas, pós-modernos e pós-coloniais (LORIA, 2017, p. 91).

Apesar de ser “[...] desconhecido de setores da sociedade ocidental”, esse conceito, e os processos que ele busca elucidar, são “de importância fundamental para os povos ameríndios, considerando a necessidade de refutação às notícias distorcidas e imprecisas da mídia corporativa” (SAMPAIO, 2010, p. 19).

## História da Rádio Yandê

---

A web rádio foi criada em 11 de novembro de 2013 pelos comunicadores Anápuàka Muniz (Anápuàka Muniz Tupinambá Hã-hã-hãe), Renata Aracy Machado (Renata Tupinambá) e Denilson Monteiro (Denilson Baniwa). É importante ressaltar que a Yandê ganhou destaque por ser a primeira web rádio feita exclusivamente por indígenas e com conteúdos relacionados a seus povos e suas culturas.

A dissertação *Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê*, da autora Raquel Carneiro, publicada em 2019, traz alguns apontamentos da história de criação da rádio:

Denilson Baniwa lembra que trabalhava em uma agência de publicidade perto da praça, quando saiu mais cedo do trabalho para encontrar Anápuàka e Renata para escolherem o nome da webrádio. Além disso, precisariam de uma marca que provocasse certo impacto. Foram algumas horas de troca de ideias até a sugestão de Denilson de uma palavra em Nheengatu, uma das línguas oficiais do Alto Rio Negro, no Amazonas: Iané, que significa ‘nosso’. Logo, Anápuàka e Renata sugeriram que transpusessem a expressão para o Tupi antigo, permanecendo Yandê. Naquele mesmo dia, não apenas decidiram o nome, como Renata redigiu os textos, Anápuàka construiu o site e Denilson criou a marca da webrádio, lembrando de ter visto algo no símbolo do sinal wi-fi, porque seria ‘legal misturar a ideia do tradicional agora em modo digital’ (CARNEIRO, 2019, p. 155).

A Yandê está em diversas mídias digitais e um dos motivos dessa ascensão é por conta dos conteúdos diferenciados em cada rede digital. Ressalta-se que a popularidade da Rádio Yandê não ficou restrita apenas ao Brasil, conforme descreve a autora:

Além disso, a web rádio se intitula como um meio de comunicação independente, sendo assim não recebe recursos financeiros de nenhuma organização pública. De acordo com Bastos e Nascimento (2020), a Yandê busca contribuições de apoiadores

e patrocinadores que se identificam com os ideais da rádio, além da realização de eventos para atrair um público maior.

Nesse sentido, a Rádio Yandê se tornou um importante meio de comunicação para os indígenas de todo território brasileiro, todavia, esse movimento de “emancipação” discursiva não foi o primeiro, visto que os diversos povos indígenas buscam há algum tempo construir suas próprias narrativas acerca de si.

Ao entrar “no ar”, a Rádio Yandê começa o processo de comunicação indígena que já havia iniciado seu fortalecimento na década de 1970, com Ailton Krenak e o Programa de Índio e tantas outras iniciativas [...]. As pautas já existiam, mas não eram abordadas pela própria comunicação indígena, que restringe-se a determinadas etnias e suas comunidades e muito menos noticiadas pelos meios oligopólicos de massa. Infelizmente, ainda são discussões que necessitam ser debatidas e informadas, oriundas das décadas de 1950 à 1980, como o pensamento “tutelar” que ainda permanece em diversos âmbitos da sociedade brasileira e nas mais diversas relações, desde a universidade ao mercado de trabalho. No entanto, há uma evolução nesse cenário midiático, através do processo etnocomunicacional indígena, de não fazer uma cópia da mídia dos outros, mas de descobrir qual é sua própria mídia (CARNEIRO, 2019, p. 156).

Diante desse cenário, a Rádio Yandê se tornou uma importante difusora das contranarrativas indígenas, visto que as notícias e produção de conteúdo de modo geral desmistificam “[...] o ser indígena e conduzam seus povos para a construção de conteúdos

próprios. Sua maneira de produzir se desenvolve a partir da formação de sua própria identidade, de sua cultura e ancestralidade” (BASTOS; NASCIMENTO, 2020, p. 65).

## Uma netnografia das contranarrativas da Rádio Yandê

---

O tema “identidade” foi bastante debatido durante o Abril Indígena. A primeira live a abordar o assunto ocorreu em 2 de abril de 2020, intitulada “Identidades Indígenas, o racismo e o preconceito que enfrentamos”, e contou com a participação da socióloga Laís Zinha, da etnia Maxacali e o antropólogo Felipe Cruz, da etnia Tuxá, sendo mediada por Daiara Tukano.

A live foi a primeira a ser discutida no Abril Indígena devido à necessidade em se compreender por que a “identidade” dos povos indígenas merecem ser reconhecidas e, acima de tudo, respeitadas pela população. Stuart Hall (2003) destaca que, para o entendimento do conceito de identidade, é preciso primeiramente examiná-la no circuito da cultura:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões quem somos nós ou de onde nós viemos, mas muito mais com as

questões quem nós podemos nos tornar, como nós temos sido representados e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios (HALL, 2003 p. 108-109).

Assim, a identidade é um conceito utilizado para descrever algo que é diferente dos demais, ao mesmo tempo que é idêntico a si próprio, pois além de marcar a diferença, também cria relações de pertencimento, participação, igualdade, bem como de segregação e distanciamento. Ressalta-se que o sentimento de pertencimento não pode ser a única finalidade, disposto como algo obrigatório.

Diante dessas perspectivas, os participantes do Abril Indígena abordaram o pensamento preconceituoso que muitos brasileiros têm sobre as culturas indígenas. Zinha (2020) ressalta na live que o imaginário idealizado sobre esses povos foi constituído de duas formas: a primeira é do “bom selvagem”, no qual os indígenas “aceitaram” ser dominados pelos europeus. E a segunda é do “mau selvagem”, ou seja, são os indígenas que resistiram ao processo de colonização, conforme é destacado pelo antropólogo Gersem Luciano.

Historicamente os índios têm sido objeto de múltiplas imagens e conceituações por parte dos não-índios e, em consequência, dos próprios índios, marcadas profundamente por preconceitos e ignorância. Desde a chegada dos portugueses e outros europeus que por aqui se instalaram, os habitantes nativos foram alvo de diferentes percepções e julgamentos quanto às características, aos comportamentos, às capacidades e à natureza biológica e espiritual que lhes são próprias.

Alguns religiosos europeus, por exemplo, duvidavam que os índios tivessem alma. Outros não acreditavam que os nativos pertencessem à natureza humana pois, segundo eles, os indígenas mais pareciam animais selvagens. Estas são algumas maneiras diferentes de como “os brancos” concebem a totalidade dos povos indígenas a partir da visão etnocêntrica predominante no mundo ocidental europeu (LUCIANO, p. 34, 2006).

Desse modo, percebe-se que os estereótipos sobre as populações indígenas foram apenas repassados de geração a geração, e, mesmo com o acesso facilitado à internet e outras tecnologias de informação, a sociedade ainda tem pouco conhecimento sobre os povos indígenas.

O artigo “Cinco ideias equivocadas sobre os índios”, de autoria do pesquisador José Ribamar Bessa Freire, publicado em 2002 discute alguns estereótipos bastante difundidos pela sociedade, um deles se trata sobre esse “congelamento” que muitos têm da imagem dos indígenas, associando-os sempre à imagem de “nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. E essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento” (FREIRE, p. 12, 2002). Daí a necessidade de os povos indígenas estarem presentes nos diferentes meios de comunicação para mostrar que suas culturas não são imutáveis.

Durante o debate na live, Felipe Cruz (2020) apontou que o ensino público no Brasil é um dos causadores da propagação desses estereótipos, visto que é difundida apenas a imagem dos indígenas

no passado e não as culturas no presente e o quanto elas resistiram para manter suas tradições.

Diante disso, os povos indígenas utilizam-se das práticas etnomidiáticas com o intuito de reafirmar suas tradições, assim “a cultura aparece aqui como a antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam não apenas para marcar sua identidade, como para retomar o controle do seu próprio destino” (SAHLINS, 1997, p. 6).

Trata-se, portanto, de uma forma de resistência, visto que durante muitos anos esses povos vêm sendo alvo de estereótipos e preconceitos por grande parte da população. Lima (2009) lembra que a identidade indígena está intimamente ligada ao protagonismo que se fortaleceu após a conquista de seus direitos na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal.

Nesse contexto, surge “um processo de criação de sujeitos políticos, que se organizam através da mobilização de uma série de elementos da identidade comum e de caráter localizado, em vista da conquista de novos recursos, em particular, os de natureza territorial” (LIMA, 2009, p. 237).

Por sua vez, durante a live realizada no dia 5 de abril, intitulada “A década da arte indígena contemporânea”, com a participação de Jaider Esbell, Denilson Baniwa, Juao Nyn, Cris Tupan e mediação de Daiara Tukano, a identidade é um tema debatido pelo viés da arte dos povos indígenas.

Denilson Baniwa (2020) destacou a relevância que a arte representa, uma vez

que por meio dela se pode contar histórias que descontroem a imagem que muitos têm dos povos indígenas.

Eu sei que está no hype falar de descolonização, e é uma coisa que estamos fazendo desde sempre, até o Ailton fala que se descolonizar e repensar a história, a gente já faz isso desde o primeiro dia que o primeiro europeu pisou nas areias brancas de Salvador – o que acontece é que essa galera que não está ligada na história do Brasil desconhece qualquer história que não seja inventada por eles mesmos [...]. O papel que eu entendo do artista nesse processo é o papel do artista não-indígena na condição da história mundial, eu mesmo conheço a história do Brasil pelas ilustrações do Gugentas do Debrí que estampavam o livro de história onde eu estudava no Rio Negro, mesmo que eu nunca tenha conhecido a Bahia, o Rio de Janeiro, São Paulo [...], então pensando desse jeito eu entendo que os artistas indígenas vão construir uma história que é como a minha avó falava que tem gente que não entende escutando tem gente que só entende quando você desenha, então a gente está desenhando para esse pessoal entender (BANIWA, 2020).

Desse modo, nota-se que a identidade cultural dos povos indígenas pode se manifestar de distintas formas, seja na arte, na música, na literatura, ou seja, “os povos indígenas são grupos étnicos diversos e diferenciados, da mesma forma que os povos europeus [alemão, italiano, francês, holandês] são diferentes entre si” (LUCIANO, p. 40-41, 2006).

Na figura abaixo, podemos observar os participantes utilizando adornos e artefatos pertencentes a sua cultura durante a transmissão da live, o que reforça a identidade de seus povos.

[Figura 1]  
Live em comemoração à década  
da arte indígena moderna



Fonte: Baniwa (2020).

Pode se observar também a valorização da identidade dos povos indígenas na live “Música Indígena: #YbyFestivalLive”, com a participação de Ian Wapichana, Gean Ramos Pankararu, Kae Guajajara, Brisa Flow e Renata Machado, e apresentação de Daiara Tukano. A transmissão teve como intuito divulgar a atuação dos indígenas que trabalham com música, bem como as dificuldades que os artistas enfrentam na cidade. Gean Ramos (2020) ressalta durante a live que cada vez mais os indígenas vêm se destacando com a qualidade musical no Brasil.

Tudo que acontece no Brasil é a partir da nossa música originária, a nossa música originária é a mãe desse país. A gente percebe em grandes artistas famosos a influência das nossas músicas, e eu acho que o que está acontecendo hoje é que nós indígenas estamos cada dia nos preparando e buscando também ocupar os espaços, independente deles serem

ofertados ou não, eu acho que a qualidade com que a gente está produzindo está cavando espaço na música popular [...] (RAMOS, 2020).

Outra live que debateu a identidade dos povos indígenas foi “Línguas Indígenas”, tendo como convidados os docentes Nanblá Gakran, Ricardo Tupiniquim, Hugo Fulni-ô e Altaci Kokama, sendo mediada por Daiara Tukano.

De acordo com o IBGE (2010), existem o total de 274 línguas indígenas no país. Contudo, os povos indígenas apenas conquistaram seus direitos linguísticos a partir da Constituição Federal de 1988. No artigo 210 diz que: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, Art. 210), assim, é garantido aos indígenas o uso dos seus respectivos idiomas maternos, juntamente com a língua portuguesa, na aprendizagem escolar. De modo geral, as línguas indígenas correspondem respectivamente a sua etnia, raramente ocorre uma mudança no nome, como enfatiza a autora:

No Brasil os nomes das línguas são, na maioria dos casos, os mesmos nomes atribuídos aos respectivos povos: por exemplo, o povo “Xavante” fala a língua “Xavante”. São raros os casos em que se fixou na literatura especializada ou no uso geral um nome distinto para a língua. Aqui temos o caso do povo “Fulniô”, cuja língua é “Yatê”. Existem vários povos bilíngues nos quais convivem a língua indígena e a portuguesa, mas em outros predomina o português como língua

materna das crianças (RODRIGUES, 2013, p. 10).

Ressalta-se que a língua indígena se configura como uma das características das práticas etnomidiáticas, uma vez que seus comunicadores representam determinada etnia, e, assim, buscam valorizar suas culturas nos meios de comunicação.

Diante da relevância do tema, o convidado Ricardo Tupininquim (2020) destacou na live o panorama das línguas indígenas no Brasil.

Infelizmente em 520 anos de história da invasão das terras indígenas por europeus, nós tivemos uma perda absurda, não só na quantidade de línguas, mas de culturas e de população. Segundo um cálculo aproximado do professor Aryon Rodrigues, existiam 1300 línguas no território brasileiro no momento que houve a invasão em 1500, e, hoje, dependendo muito do critério que a pessoa use a gente pode dizer que existem entre 180, 270 a 374 povos que falam línguas indígenas (TUPININQUIM, 2020).

Altaci Kokama Rubim (2020) complementou que tem uma pesquisa voltada ao fortalecimento da língua indígena na Amazônia, juntamente com outros Kokamas. No projeto é ofertada uma oficina itinerante nos municípios do Amazonas, tendo como participantes professores e a comunidade local. De modo geral, é realizada a produção de materiais didáticos tanto físico quanto digital sobre as línguas indígenas, como forma de representatividade.

A live teve como objetivo abordar sobre a importância que as línguas

maternas representam para a continuidade das culturas indígenas no Brasil, além de apontar as dificuldades em mantê-las no ensino público, uma vez que ainda prevalece a língua portuguesa.

Diante disso, durante a netnografia realizada, percebe-se que os etnocomunicadores trouxeram diferentes perspectivas que ressaltam a identidade dos povos originários, seja por meio da arte, língua ou música. Assim, as discussões que os convidados trouxeram serviram para que o público conhecesse um pouco mais sobre a cultura que envolvem os diversos povos indígenas, se configurando como uma contranarrativa ao que é publicado nos meios de comunicação de massa.

## Considerações finais

---

Conforme evidenciado neste artigo, percebe-se que diversas populações indígenas tiveram a oportunidade de produzir contranarrativas por meio de ferramentas etnomidiáticas construídas para dar mais visibilidade ao grupo, visto que os meios de comunicação tradicionais (rádio, TV e jornais impressos), durante muitos anos foram um dos principais responsáveis em construir um imaginário carregado de preconceitos e estereótipos.

Assim, este artigo buscou compreender como as etnomídias fortalecem o protagonismo indígena nas redes digitais, possibilitando, assim, a construção de contranarrativas. Como metodologia utilizou-se a netnografia para alcançar os objetivos da

pesquisa, uma vez que a etnomídia analisada estava presente no ambiente virtual, portanto, foi necessária uma investigação de como o grupo criava contranarrativas sobre si mesmo por meio das lives.

Os resultados obtidos com o estudo evidenciaram que as etnomídias possibilitam uma nova ferramenta para que as populações indígenas valorizem suas respectivas culturas e divulguem o que acontece nos seus territórios, tornando-se uma contranarrativa ao que fica “omisso” nos grandes veículos de comunicação.

Durante o mês de abril, a Rádio Yandê debateu temas que quando são tratados em outras mídias são produzidos de forma superficial, todavia “para estes comunicadores, o que mais importa não é o volume de publicações feitas ou a quantidade de assuntos abordados, mas sim a profundidade e o respeito com que esses assuntos são tratados” (BASTOS; NASCIMENTO, 2020, p. 65).

Assim, pode-se concluir que as etnomídias indígenas são uma forma de construir e protagonizar as contranarrativas, uma vez que transcendem aquilo que conhecemos como jornalismo, trazendo à tona significados, informações e símbolos que se opõem aos estereótipos ainda presentes nas mídias convencionais.

Portanto, este artigo busca, finalmente, trazer a reflexão para que os jornalistas não-indígenas construam matérias sem reproduzir as imagens estereotipadas e preconceituosas sobre o grupo. Para isso, é necessário que as contranarrativas indígenas cheguem até as universidades e escolas, e a suas grades curriculares,

por meio de componentes que levantem tais questões e trabalhem textos, matérias, lives, enfim, etnomídias feitas por comunicadores indígenas. Esse seria um passo importante para que os formadores de opinião tenham a possibilidade de trazer (contra)narrativas com maior profundidade nas temáticas indígenas. ■

[ **ANDRÉ LUIS CAMPANHA DEMARCHI** ]

Docente no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestrado em Sociologia e Antropologia e Doutorado em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
E-mail: andredemarchi@mail.uft.edu.br

[ **DÉBORA DOS SANTOS GOMES** ]

Jornalista. Mestra no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).  
Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam).  
E-mail: deboradsgomes@gmail.com

## Referências

---

BANIWA, Denilson. #AbrilIndigenalive 29. Mídias indígenas e indígenas nas mídias. **Rádio Yandê**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2020. Facebook. Disponível em: <https://bit.ly/3Sk5RA5>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BANIWA, Denilson. Upurandú Resewara: entrevista com Denilson Baniwa. [Entrevista cedida a] Arthur Imbassahy. **Usina**, [s.l.], 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Kw5C32>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BASTOS, Pablo Nabarrete; NASCIMENTO, Letycia Gomes. Etnocomunicação ancestral e decolonial: uma análise sobre a Webrádio Yandê. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 33, p. 62-70, 2020.

BATISTA, Daiane Nogueira; SILVA, Lucas Wilame Almeida da; SIMAS, Hellen Cristina Picanço. O outro lado do índio: representações sociais na mídia. **Revista Eletrônica Mutações**, Manaus, v. 6, n. 11, p. 141-171, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla. (org.). **Etnografia e consumo midiático**: novas tendências e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

CARNEIRO, Raquel Gomes. **Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais**: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Kz1KhB>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis. (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 255-287.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CORRÊA, Marcos; Vinícius, ROZADOS. A netnografia como método de pesquisa em ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 145-175, 2017.

CRUZ, Felipe. #AbrilIndigenalive 29. Identidade Indígenas, o racismo e o preconceito que enfrentamos. **Rádio Yandê**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2020. Facebook. Disponível em: <https://bit.ly/3m0aX8z>. Acesso em: 15 mar. 2021.

DEMARCHI, André. Contranarrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências. In: MIRANDA, Cynthia Mara; SOUZA, Maíra Evangelista; CARVALHO, Carlos Alberto; LAGE, Leandro Rodrigues. (org.). **Vulnerabilidades, narrativas e identidades**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

DEMARCHI, André; MORAES, Odilon. Mais algumas ideias equivocadas sobre os índios ou o que não deve mais ser dito sobre eles. In: Silva, Reijane Pinheiro da (org.). **Povos Indígenas do Tocantins**. Palmas: Nagô, 2015. p. 31-53.

FERRAZ, Cláudia Pereira; ALVES, André Porto. **Da etnografia virtual à etnografia online**: deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Anpocs, 2017.

FREIRE, José Ribamar Bessa. 2002. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. In: **Cenesch**: Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano, Manaus, v. 1, p. 17-33.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, DF: Unesco, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KOZINETS, Robert: **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. As perambulações: etnicidade, memória e territorialidade indígena na Serra das Matas. In: PALITOT, Estevão Martins. (org.). **Na mata do sabiá**: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/ Imopec, 2009. p. 233-250.

LORIA, Luana. **Manifestações artísticas como contra-narrativas**: estudos de caso das periferias do Rio de Janeiro e Lisboa. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/41hk0SH>. Acesso em: 22 fev. 2023.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Coleção educação para todos. Brasília, DF: Ministério de Educação; Rio: Laced/Museu Nacional, 2006.

MACHADO, Renata. #AbrilIndigenalive 29. Identidade Indígenas, o racismo e o preconceito que enfrentamos. **Rádio Yandê**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2020. Facebook. Disponível em: <https://bit.ly/3lXln8P>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MELO, Patrícia Bandeira. **O índio na mídia**: discurso e representação social. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008.

NEVES, Erica Morais Ribeiro. **Protagonismo guarani-kaiowá no ciberespaço**: em busca da auto-representação. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3ZgLzd5>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PAPPIANE, Angela. Programa de Índio: criando uma ponte sonora entre as culturas. **Revista Novos Olhares**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 107-118, 2012.

RAMOS, Jean. #AbrilIndigenalive12. Música Indígena: Yby Festival Live. **Rádio Yandê**, Rio de Janeiro, 14 abr. 2020. Facebook. Disponível em: <https://bit.ly/3Z9KGU5>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas indígenas brasileiras**. Brasília, DF: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013.

RUBIM, Altaci. #AbrilIndigenalive12. Música Indígena: Yby Festival Live. **Rádio Yandê**, Rio de Janeiro, 14 abr. 2020. Facebook. Disponível em: <https://bit.ly/3Z9KGU5>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SAHLINS, Marshall. O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (parte I). **Manaus**: Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 43-73, 1997.

SAMPAIO, Ana Paula Lívero; TARDIVO Veruska Pobikrowska. Kayapó kukrãdjã: manifestações culturais dos povos indígenas **Revista Anap Brasil**, Tupã, v. 3, n. 3, p. 11-26, 2010.

SANTOS, Katia Costa. **Construção multicultural**: reflexões sobre políticas alternativas para o ensino de língua estrangeira. 2002. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TUPINAMBÁ, Renata. Iniciativas indígenas buscam autonomia no jornalismo. [Entrevista cedida a] Thais Seganfredo. **Nonada**, [s.l.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3kiPFCB>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TUPININQUIM, Ricardo. #AbrilIndigena 14. Indígenas Antropólogos. **Rádio Yandê**, Rio de Janeiro, 14 abr. 2020. Facebook. Disponível em: <https://bit.ly/3lYcFHv>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ZINHA, Lais. #AbrilIndigenalive 29. Identidade Indígenas, o racismo e o preconceito que enfrentamos. **Rádio Yandê**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2020. Facebook. Disponível em: <https://bit.ly/3IpFrbn>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MULHER E FUNK:  
AS RELAÇÕES  
MULHERISTAS  
NA CULTURA  
DIASPÓRICA DO  
RIO DE JANEIRO

[ ARTIGO ]

**Mirian Alves Ferreira**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

**Maria Cristina Giorgi**

*Universidade Estadual do Rio de Janeiro*

[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Este artigo busca um entendimento da resistência feminina diaspórica negra ao seu apagamento na sociedade a partir do estudo reflexivo da relação das mulheres com o movimento funk carioca e o mulherismo. Também pretende identificar as questões de gênero relacionadas às mulheres funkeiras e às questões do feminismo negro, ou mulherismo, como tem sido chamado o feminismo das mulheres não brancas. Este trabalho foi gerado a partir da minha pesquisa no mestrado em relações étnico-raciais, em que pesquisei a relação do movimento funk com o alunado adolescente da escola pública no Rio de Janeiro. Desta vez, proponho que a partir do estudo deste mesmo movimento cultural se pesquisem as representações do feminino nas letras do funk, pelas MCs, na estética e em fatores que nos possam levar ao entendimento sobre o comportamento político das mulheres funkeiras, entendendo que político, aqui, é todo comportamento social que se preste à contestação.

**Palavras-chave:** Mulherismo. Funk carioca. MCs. Cultura. Diáspora.

This article seeks an understanding of black diasporic women's resistance to their erasure in society from the reflective study of women's relationship with the funk movement of Rio de Janeiro and womanism. It also intends to identify the gender issues related to women funk performers and to the issues of black feminism, or womanism, as the feminism of non-white women has been called. This work came from my research in my master's in ethnic-racial relations, in which I researched the relationship of the funk movement with adolescent students from the public school in Rio de Janeiro. This time I propose that, based on the study of this same cultural movement, we research the representations of the feminine in the lyrics of funk, by the MCs, in the aesthetics and factors that can lead us to an understanding of the political behavior of women funk performers, understanding that political, here, is all social behavior that lends itself to contestation.

**Keywords:** Womanism. Rio de Janeiro funk. MCs. Culture. Diaspora.

Este artículo busca comprender la resistencia femenina de la diáspora negra ante su borrado por la sociedad a partir de un estudio reflexivo de la relación de las mujeres con el movimiento funk carioca y el mujerismo. Asimismo, pretende identificar las cuestiones de género relacionadas con las mujeres que bailan funk y las cuestiones del feminismo negro o mujerismo, como se ha llamado el feminismo de las mujeres no blancas. Este trabajo partió de mi investigación en la maestría en Relaciones Étnico-Raciales, en la cual investigué la relación del movimiento funk con los estudiantes

adolescentes en la escuela pública de Río de Janeiro. Esta vez propongo que, a partir del estudio de este mismo movimiento cultural, investiguemos las representaciones de lo femenino en las letras del funk por parte de las MCs en la estética y en los factores que pueden llevarnos a comprender el comportamiento político de las mujeres funk entendiendo por político, aquí, todo comportamiento social que se presta a la contestación.

**Palabras clave:** Mujerismo. Funk carioca. MCs. Cultura. Diáspora.

## Introdução

---

Há muito desejava escrever sobre a situação da mulher funkeira a partir do feminismo. Contudo, o conceito de mulherismo atravessa por todas as veias do feminismo para representar características não abordadas pelas primeiras feministas do século XX. Até porque o feminismo era um movimento basicamente comunista e sabemos que, para grande parte dos comunistas do século XX, a revolução do proletariado resolveria todos os problemas de adequação social. Talvez por isso a questão racial não tenha sido o centro de nenhuma discussão entre as bases comunistas do século XX, apesar de as comunistas americanas o terem feito, como Angela Davis relata em seu livro (DAVIS, 1989).

O movimento mulherista é configurado pelas intelectuais pretas como a forma de feminismo não branco. Por mais que isso pareça apenas um detalhe ou, quem sabe, apenas um termo, o mulherismo representa um universo à parte nas questões de gênero, pois as mulheres pretas nas sociedades ocidentais têm levado sobre si o jugo da escravidão africana e suas consequências.

Quando alinhavamos o mulherismo às posturas das mulheres funkeiras cariocas, podemos vislumbrar a representação, enquanto ato político, da mulher preta periférica na relação corpo/sociedade. Uma relação libertária e despida de culpas morais. Uma singularidade que escapa ao pensamento mulherista, que nos chega a partir dos movimentos de resistência feminina negra americana dos Estados Unidos, principalmente em Angela Davis. Por mais que o mulherismo norte-americano venha

de lutas cidadãs, as mulheristas norte-americanas ainda usam o discurso político e as funkeiras cariocas usam seu corpo todo, sem intermediações discursivas palatáveis.

Além do mais, é necessário um estudo aprofundado do movimento feminista negro no Brasil, porque praticamente foi estabelecido que somente em 1985, em São Paulo, aconteceu seu marco fundante a partir dos Coletivos de Mulheres Pretas. Sim, pode ter sido o marco dos Coletivos, mas não pode ser o marco da luta intelectual da mulher negra no Brasil. Porque a história de Maria Firmina<sup>1</sup>, por exemplo, restabelece a anterioridade da história intelectual feminina negra no Brasil.

### “Jorginho me empresta a 12 pra mim fazer barulho”<sup>2</sup>

---

*Me trancou em casa. Me deixou sem dinheiro. Jorginho me empresta a 12, vou matar esse maconheiro.*  
(MC Carol Bandida)

Na observação das letras do funk carioca composto por mulheres MCs, por exemplo, a vulnerabilidade feminina se transfigura em empoderamento e numa atitude comportamental de força e até de

---

<sup>1</sup> Professora e intelectual negra que criou a primeira escola pública brasileira composta de meninos e meninas, no Maranhão do século XIX, e que como escritora foi aguerrida na luta pelos direitos dos ex-escravizados. Sobre ela, veja Fernandes (2010).

<sup>2</sup> Letra de MC Carol (JORGINHO..., 2016).

violência. O que em nenhum momento representaria a feminilidade é de fato uma oposição de igual força a uma possível agressividade masculina. *Atitude que também pode ser considerada como política, já que resulta de uma quebra violenta dos padrões comportamentais da sociedade carioca, tida como burguesa.* Isto é mostrado, por exemplo, na letra do funk de Carol Bandida:

Filha da puta, me deixou a pé  
Veio pra cá pro baile  
Pra comer outra mulher  
Me trancou em casa  
Me deixou sem dinheiro  
Jorginho me empresta a 12  
Vou matar esse maconheiro  
Ô, Jorginho  
Me empresta a 12  
Pra mim fazer um barulho  
Vou matar esse maconheiro  
(JORGINHO..., 2016).

Ao propor esta ponderação sobre a mulher diaspórica popular e negra, para o centro da discussão sobre o feminismo/mulherismo negro no Brasil, o que se pretende é demonstrar que as lutas mulheristas não só antecedem historicamente o conceito de feminismo, mas também antecedem qualquer interlocução intelectual ou acadêmica sobre o assunto no país.

O mulherismo afro-brasileiro é ligado historicamente ao mulherismo africana<sup>3</sup>, no reconhecimento de que, nessa categoria de feminismo, o assunto/conceito/ideia

---

3 Sem concordância gramatical, mesmo, o mulherismo africana faz parte de um longo estudo sobre as lutas identitárias femininas das mulheres pretas no território africano, mas que se pretende representativo.

não se reduz a uma questão de gênero, mas busca o discernimento de uma luta cidadã que engloba vários componentes comunitários, civilizatórios e políticos. Porque o feminismo afro-brasileiro, também, é um pensamento assentado na abordagem materno-centrada, na forma como se dá a ancestralidade na história das lideranças sociais africanas<sup>4</sup>, pois aparece culturalmente no tempo e na territorialidade de suas mulheres.

Dentre as provocações que afloram desse assunto, temos as que cercam as mulheres em geral na nossa sociedade patriarcal. Uma dessas histórias é a de que as meninas, por muito tempo nesta sociedade, ouviam de suas tias e avós sobre como deveriam proteger a sua “perseguida”<sup>5</sup>. Mas a visão de mundo criada pela fala da “perseguida” (CUNHA, 2014) se desconstruiu quando essa vagina protegida do prazer se transformou numa “pussy”<sup>6</sup>, que tem o poder e que, diferentemente da “perseguida”, está na condição de mando, na forma como aparece nas letras do funk, tais como esta:

Na cama faço de tudo  
Sou eu que te dou prazer  
Sou profissional do sexo  
E vou te mostrar por que  
My pussy é o poder

---

4 Tomando como grande exemplo a Mãe-de-Santo, que é a autoridade ligada diretamente à divindade e com total autoridade nos terreiros, sem que, apesar disso, deixe de se apresentar como “mãe”.

5 A Perseguida representava tudo o que na sexualidade feminina apontasse à vagina, que só deveria ser usada para a satisfação do marido e para procriação.

6 Apelido da vagina tirado de uma expressão americana, pelo funk “Minha pussy é o poder” da Gaiola das Popozudas.

My pussy é o poder  
Mulher burra fica pobre  
Mas eu vou te dizer  
Se for inteligente pode até enriquecer  
My pussy é o poder  
Por ela o homem chora  
Por ela o homem gasta  
Por ela o homem mata  
Por ela o homem enlouquece  
Dá carro, apartamento, joias, roupas  
e mansão  
Coloca silicone  
E faz lipoaspiração  
Implante no cabelo com rostinho de atriz  
Aumenta a sua bunda pra você ficar feliz  
Você que não conhece eu apresento  
pra você  
Sabe de quem tô falando?  
My-mu pussy é o poder  
My-my pussy é o poder  
(MY PUSSY..., 2013)<sup>7</sup>.

Todavia essa vagina que aparece nas letras femininas do funk carioca é a figuração do empoderamento sexual feminino, para além da representação de uma genitália. Pois,

Quando nossas avós e mães se dirigiam a sua genitália como uma “perseguida”, falavam de uma sexualidade desprendida de “si”, sem uma interlocução razoável que não marcasse o universo feminino por algo que deveria ser “protegido”. Quando nossas “filhas” falam da “pussy” não falam de uma subjetividade que nasceu ontologicamente com elas. Porém, como um ato político de um “tu” que “tem o poder”, “é o poder” (FERREIRA, 2016, p. 53).

<sup>7</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3YxQqGK>.

O entendimento da mulher diaspórica é um passo fundamental para o entendimento da mulher brasileira de uma forma geral, porque essa compreensão se refere a qualquer cultura que foi influenciada pela mão de obra escrava africana. E não se pode esquecer que nessa cultura houve uma total dominação e subalternização da população negra, enquanto durou e depois da duração da escravidão. Isso tornou as relações étnico-raciais complexas e desafiadoras, tanto para a contação desta história nacional como para a visão antropológica e/ou sociológica destas sociedades (PAIVA, 2018).

Contudo, a diáspora africana também nos marcou com sua musicalidade, os batuques, o jongo, os ritmos, as cores que deixaram um legado da ancestralidade nas “filosofias, religiões, sons e cosmologias” (SCHWARCZ; GOMES, 2009, p. 25). Porque o Brasil afrodescendente de hoje é reflexo deste povo na sua formação cultural, artística, mitológica e “visões de mundo sobre o sagrado, o profano, a família, o poder e a magia” (Ibidem), que, por fim, “constituíram parte substantiva de costumes ainda presentes e compartilhados na sociedade brasileira” (Ibidem).

Essa compreensão sobre nossa descendência diaspórica deve também guiar-nos na aceitação da mulher funkeira. Ela é parte dessa ancestralidade. Parte das umbigadas, do jongo, das cores, mitos etc. O Movimento Funk Carioca foi construído no seu começo pelo povo negro e favelado do Rio de Janeiro e, assim como os antigos quilombos (FERREIRA, 2016, p. 49), é parte de uma subversão contra os valores sociais estabelecidos.

A mulher funkeira diaspórica na sua condição mulherista é o eixo por onde caminha, no reconhecimento dessa mulher a partir do entendimento das forças construtoras do seu *ethos*<sup>8</sup>. Pois, ou esta mulher se tornou parte dos adjetivos positivos ou não que se referem a ela, na sociedade, ou ela se fez invulnerável para, no final, se tornar aquilo que é<sup>9</sup>.

### “No Batidão”<sup>10</sup>

---

*Quando eu paro eu faço baile parar  
no tempo...Sei que todos no momento  
vão olhar pra mim...Provocando os  
amigos, desço no talento...Não entendo  
de buchicho, só de quadrado.  
(MC Melody)*

A pergunta que se busca responder na construção deste artigo gira em torno da seguinte dúvida: por que a violência aberta das letras do funk carioca tornou-se interlocutora da sexualidade feminina e até onde o funk é parte de um tipo de empoderamento mulherista? Para essa pergunta/problema, algumas hipóteses provisórias foram construídas. A primeira hipótese é a de que o comportamento da mulher funkeira, quase sempre muito jovem, faz parte de um sentimento de inadequação entre sua cultura

diaspórica e a cultura da sociedade urbana, não diaspórica.

A segunda é a de que as jovens empobrecidas não se conformam por serem discriminadas, pelo fato de serem como são, e desejam uma resposta rápida às suas aspirações<sup>11</sup>, o que as leva a desenvolverem uma música de batida rápida, de sexualidade informal, de superficialidade e rebeldia<sup>12</sup>.

A terceira hipótese diz respeito à deslegitimação cultural diaspórica como o gatilho à marginalidade. E a quarta, por fim, vê que a ética das mulheres funkeiras não pode ser medida pelo preconceito social, quanto às suas atitudes, mas a partir do conceito do mulherismo. Essas hipóteses levam em consideração as narrativas e simbolismos das atitudes de empoderamento feminino que a mulher no funk busca explicitar nas letras de sua música e em seu corpo ora submisso, ora transgressor. E o aparente poder sobre seu parceiro pelo afeto, como pelo sexo.

Cheguei

Eu tô no comando, geral assoviando  
Mexendo pra que eu olhe ao menos  
uma vez

As recalçadas se estressando, tentando  
me ofuscar

Meu brilho vem de berço, invejosa sai  
pra lá

Tô linda, toda produzida, é um luxo a  
minha vida

Hoje eu vou pra zona sul pra esnobar  
de black blue

---

8 Sobre o *ethos*, sugiro o bom artigo de Spinelli (2009).

9 “Torna-te o que és” é uma frase que foi assumida pelo filósofo Friedrich Nietzsche, mas que é atribuída a Píndaro de Cinoscefale ou Píndaro de Beozia, que viveu entre 518 a.C. e 438 a.C., em Tebas e Argos na Grécia.

10 Letra de MC Melody, encontrada em: <https://bit.ly/3S31uZP>.

---

11 Bauman (2021) cabe de certa forma nesta reflexão sobre os amores flexíveis nestes tempos líquidos.

12 Pensando na *Modernidade Líquida*, onde o autor fala de uma época de fluidez, volatilidade, incerteza e insegurança, ver em Bauman (2001).

Vem pra pista, vem dançar, vem curtir  
o som, deixa batida te levar  
Bebe um pouco, vem sem medo  
Vem curtir a noite que não tem segredo  
Pede mais um drink, retoque a maquiagem  
Instiga, não se envolve, gosta é de liberdade  
Não encosta, tá pensando o que?  
Não é porque eu sorri que eu dei mole  
pra você  
Eu dei mole pra você  
(EU TÔ..., 2018).

Algumas das fontes usadas para a construção das hipóteses apresentadas dizem respeito às funkeiras a partir das suas letras e do seu perfil, para só depois mergulharem no significado representativo/existencial, possível, das questões mulhéristas que as letras trazem. Parte-se do princípio de que, nessas letras, como acontece na cultura diaspórica, se apresenta um mundo desnudo e sem véus. As mulheres funkeiras se dizem nas letras do funk sem disfarces ou abstrações. Quando falam, por exemplo, de sua “pussy” e do poder que esta tem, estão falando do empoderamento real que entendem ter sua vagina. Sem meios termos:

[...] Se liga no papo,  
No papo que eu mando:  
Só porque não dei pra tu  
Você quer ficar me exclamando.  
Agora, meu amigo,  
Vai tocar uma punhetinha,  
Porque eu dou pra quem quiser,  
Que a boceta é minha!  
A porra da boceta é minha!...  
(A PORRA..., 2016)<sup>13</sup>.

Para alcançar-se a possibilidade de entendimento acadêmico sobre as letras do funk e o que podem traduzir, contudo, torna-se preciso buscar “a lógica narrativa” que “implica, idealmente, uma temporalidade que se poderia qualificar como sendo a do presente perpétuo” (TODOROV, 1969, p. 180). Este presente que é um decurso de redes variadas no discurso, presentificadas e atualizadas constantemente. Ou seja, cada fala produz um acontecimento, porque a narrativa continuamente volta-se sobre si (TODOROV, 1969, p. 182).

Assim, se continuássemos na visão de Todorov, por exemplo, e a transpuséssemos para as narrativas das letras do funk carioca, talvez víssemos que estas intercalam sua estética à sua ética de modo contínuo, pois isso não poderia ser de outra forma dentro do que o funk propõe. A lógica narrativa das letras do funk das MCs se liga em redes variadas e se presentifica no cotidiano dessas mulheres e seus pares. Desta forma, posso afirmar que no funk carioca as letras traduzem ética e estética no mesmo “batidão”, sem que estas sejam transpassadas por uma pauta moral “burguesa”<sup>14</sup>.

Para mais, o que é narrado carrega seu próprio contexto histórico e identitário, pois o sujeito sócio-histórico carrega seu mundo na sua palavra. E a palavra nunca é vazia de sentido. Ela revela e é construída num mundo velado, mas existente. E nessa relação dialógica, entre o sujeito e seu mundo dialogado, os pares da enunciação são cortados pelo atravessamento da sua comunicação verbal e não verbal.

---

<sup>13</sup> Disponível em: < <https://bit.ly/3I3GKwt>.>

---

<sup>14</sup> Não ignorando o quanto de peso simbólico esse termo carrega.

Transpassados pela história em comum com seus interlocutores<sup>15</sup>. Aplicando essa visão conceitual no caso particular do funk como cultura de massa, a mistura da identidade diaspórica com a não diaspórica estaria em constante construção em cada letra das MCs.

## Concluindo para não concluir

---

Assim, creio que podemos afirmar que as letras do funk revelam a ancestralidade que se diz na pluralidade da cultura negra brasileira e se apresenta como força vital, mais que a representação artística puramente estética, pela qual vão se identificando os rastros diaspóricos, que se alteram e alternam no tempo histórico. Da forma como aconteceu no passado do samba, anterior ao funk e igualmente ameaçador em seu começo, por mais que fuçamos da nossa correção cultural que se encontra na mitologia, ancestralidade e em vestígios depositários da nossa verdadeira história<sup>16</sup>.

O Movimento Funk do Rio de Janeiro também se constrói cotidianamente em

torno de fios culturais que têm seus rastros advindos de sua ancestralidade africana. Suas narrativas de violência, sensualidade, subversão se misturam a um ritmo incomum que é reflexo de um tipo de cultura, que transpassa seus seguidores e seguidoras com a força da necessidade de resistência.

Até porque, conforme nos mostra Foucault (1996), nem tudo pode ser dito em nossa sociedade, pois nem todos têm o direito de dizê-lo. Porque, “temos aí o jogo de (...) interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar” (Ibidem, p. 9). E no nosso mundo são as regiões, segundo o autor, da sexualidade e da política onde estas grades mais se ampliam e se cruzam violentamente. As narrativas que aparecem nas letras do funk falam de sexo e sexualidade e, sob um olhar atento, traduzem essas regiões interdidas e políticas.

As letras das MCs falam de uma forma de poder. Suas letras pedem uma linguagem corporal hipersexualizada e sempre declarada de forma imperativa. Um poder não compartilhado, mas aceito enquanto forma política de empoderamento. E que pode, finalmente, traduzir o que podemos estar escondendo por debaixo das nossas moralidades urbanas. Como *persona*<sup>17</sup> das mulheres idealizadas, construídas ou em construção no cotidiano.

Contudo este artigo é de certa forma a proposta da ressignificação da construção

---

<sup>15</sup> Bakhtin (1981), principalmente: “Segunda Parte para uma Filosofia Marxista da Linguagem” (p. 69-128).

<sup>16</sup> Ginzburg (2007, p. 7). Logo na introdução de seu excelente texto o autor fala de como o fio tecido por Ariadne salvou Teseu do Minotauro, mas também de como os rastros deixados por ele foram ignorados na contação dessa história, para dizer dos rastros que se escondem debaixo das histórias oficiais. “Os gregos contam que Teseu recebeu de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala”.

---

<sup>17</sup> Lembrando da teoria de Jung sobre as máscaras dos sujeitos sociais. Ver detidamente sobre isto em Jung (2008), “Parte I – Efeitos do Inconsciente sobre a Consciência”.

continuada do feminino, porque o feminino não é somente um gênero, mas uma construção social, histórica e política. E, no caso das mulheres funkeiras, é da mesma forma diaspórica. Nesse sentido, a ideia do mulherismo que é, na qualidade de feminismo, uma leitura política cidadã, se torna uma proposta de aprender, com essas mulheres, outra compreensão sobre o sentido de se colocar no mundo, e se apresenta como uma interlocução de um lugar não de fala, mas de escuta.

[...] Presenciei tudo isso dentro da minha família  
Mulher com olho roxo, espancada todo dia  
Eu tinha uns cinco anos, mas já entendia  
Que mulher apanha se não fizer comida  
Mulher oprimida, sem voz, obediente  
Quando eu crescer, eu vou ser diferente

Eu cresci  
Prazer, Carol bandida  
Represento as mulheres, 100% feminista  
Eu cresci  
Prazer, Carol bandida  
Represento as mulheres, 100% feminista

Represento Aqualtune, represento Carolina  
Represento Dandara e Chica da Silva  
Sou mulher, sou negra, meu cabelo é duro  
Forte, autoritária e às vezes frágil, eu assumo  
Minha fragilidade não diminui minha força  
Eu que mando nessa porra, eu não vou lavar a louça

Sou mulher independente não aceito  
opressão  
Abaixa sua voz, abaixa sua mão

Mais respeito  
Sou mulher destemida, minha marra  
vem do gueto

Se tavam querendo peso, então toma  
esse dueto  
Desde pequenas aprendemos que silêncio  
não soluciona  
Que a revolta vem à tona, pois a justiça  
não funciona  
Me ensinaram que éramos insuficientes  
Discordei, pra ser ouvida, o grito tem que  
ser potente

Represento Nina, Elza, Dona Celestina  
Represento Zeferina, Frida, Dona Brasilina  
Tentam nos confundir, distorcem tudo  
o que eu sei  
Século XXI e ainda querem nos limitar  
com novas leis  
A falta de informação enfraquece a mente  
Tô no mar crescente porque eu faço  
diferente

Eu cresci  
Prazer, Carol bandida  
Represento as mulheres, 100% feminista  
Eu cresci  
Prazer, Karol bandida  
Represento as mulheres, 100% feminista  
100%, por cento, por cento, por cento  
feminista

(100% FEMINISTA... 2016) ■

[ **MIRIAN ALVES FERREIRA** ]

Docente da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro. Mestre em Relações Étnico Raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) com Licenciatura Plena e bacharelado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel em Teologia pelo I.M. Bennett (Sem.Cesar Dacorso Filho e S.T.B.S.B.). Discente em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: mirianferreira.mundo@gmail.com

[ **MARIA CRISTINA GIORGI** ]

Bacharela e licenciada em Letras Português Espanhol pela UERJ, Mestre em Letras pela UERJ (2005), Doutora em Letras pela UFF (2012). Professora titular do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - Cefet/RJ, desde 2005, docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino. E-mail: cristinagiorgi@gmail.com

## Referências

---

100% FEMINISTA. Compositora e intérprete: MC Carol Bandida. *In*: BANDIDA. Intérprete: MC Carol. Rio de Janeiro: Heavy Baile, 2016.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

A PORRA da buceta é minha. Intérprete: Gaiola das Popozudas. Rio de Janeiro: Ademar Productions, 2016. 2 min 40 s.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.

BATISTA, Rachel Aguiar. **Funk, cultura e juventude carioca**: um estudo no morro da Mangueira. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1.

BELLO, Olidineri. **Funk, mídia e sociedade**. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003b.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução Noémia de Souza. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 51, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3I53dJN>. Acesso em: 7 ago. 2020.

CUNHA, Juliana. A Perseguida: as tentativas de domar, castrar, desarmar e padronizar a vulva, ícone do desejo masculino. **Revista TRIPTPM**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3E5mutu>. Acesso em: 2 jul. 2021.

DAMASCO, Mariana. **Feminismo negro**: raça, identidade e saúde reprodutiva o Brasil (1975-1996). 2008. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAVIS, Angela. **Women, culture, and politics**. New York: Random House, 1989.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOCUMENTÁRIO: Sou Feia Mas Tô na Moda. [S. l.: s. n.], 2013. 1 vídeo (59 min 43 s). Direção: Denise Garcia. Publicado pelo canal Tempo Bom. Disponível em: <https://bit.ly/3I1Sq30>. Acesso em: 14 abr. 2021.

ESCOURA, Michele. Moças de família: gênero e relações de parentesco. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 8, n. 3, p. 351-365, 2008.

EU TÔ no comando. Intérprete: MC Bella. São Paulo: CP9 Produta, 2018. 3 min.

FERNANDES, Maria Angélica Rocha. Maria Firmina dos Reis: “à autora dos seus dias”. **Caderno Seminal Digital**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 14, 2010.

FERREIRA, Mirian Alves. **“Da perseguida à pussy”** – Reflexões sobre funk e escola. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2016.

FERREIRA, Ricardo Franklin. A construção da identidade do afro-descendente: a psicologia brasileira e a questão racial. In: BACELAR, Jéferson; CARDOSO, Carlos (org.). **Brasil, um país de negros?** 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ética, sexualidade, política**. Tradução Vera Lúcia A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

MY PUSSY é o poder. Compositora e intérprete: Gaiola das Popozudas. *In*: GAIOLA das popozudas. Intérprete: Gaiola das Popozudas. Rio de Janeiro: Pardal Produções, 2013. Faixa 4.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução Rosa Freire d’Aguilar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREENWOOD, Ernest. Métodos de investigação empírica em Sociologia. **Análise Social**, Lisboa, v. 3, n. 11, 1965.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HUDSON-WEEMS, Clenora. **Mulherismo africana**: recuperando a nós mesmas. São Paulo: Ananse, 2020.

JORGINHO me empresta a 12. Compositora e intérprete: MC Carol Bandida. *In*: BANDIDA. Intérprete: MC Carol. Rio de Janeiro: Heavy Baile, 2016. Faixa 6.

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. Tradução Dora Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOPES, Adriana Carvalho. **Funk-se quem quiser**: no batidão negro da cidade carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2011.

LOPES, Nei. **O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical**: partido-alto, calango, chula e outras cantorias. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Os Pensadores**: Nietzsche. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 1999.

PAIVA, Ângela Randolpho. Teorias do reconhecimento e sua validade heurística para a análise da cidadania e movimentos sociais no Brasil – o caso do movimento negro. **Política & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 40, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3lxhOGd>. Acesso em: 20 out. 2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre a etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

ROBLES, Martha. **Mulheres, mitos e deusas**: o feminino através dos tempos. São Paulo: Aleph, 2006.

RODRIGUEZ, Andréa; FERREIRA, Rhaniele Sodré; ARRUDA, Angela. Representações sociais e território nas letras de funk proibido de facção. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPINELLI, Miguel. Sobre as diferenças entre éthos com epsilon e éthos com eta. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 32, n. 2, p. 9-44, 2009.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons dos negros no Brasil**: cantos, danças, folguedos: origens. São Paulo: Art Editora, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. Tradução Moysés Baumstein. São Paulo: Perspectiva, 1969.

WEST, Cornel. **Questão de raça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

TEMPO,  
TRABALHO E  
TRANSGRESSÃO  
NO FILME  
MEXICANO  
ALMACENADOS  
DE JACK ZAGHA  
KABABIE

[ ARTIGO ]

**Wilton Garcia**

*Faculdade de Tecnologia de São Paulo – Itaquaquetuba*

**André Nascimento**

*Universidade Cornell*

**Luciano Victor Barros Maluly**

*Universidade de São Paulo*

[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Este texto desenvolve uma leitura crítico-reflexiva sobre o filme mexicano *Almacenados*, de Jack Zagher Kababie, na expectativa de pensar o sujeito contemporâneo e o tempo no trabalho. Este ensaio observa a articulação de estratégias discursivas dessa produção cultural, a qual compreende diferentes vertentes: literatura, teatro, cinema, música, entre outros. A base teórica aborda os estudos contemporâneos sob a produção de conhecimento, subjetividade e informação, ao relacionar atualização e inovação. Com isso, o percurso metodológico realiza-se em três níveis: observar, descrever e discutir a narrativa cinematográfica. Como resultado, interessa considerar, estrategicamente, na atualidade a partir dessa película algumas singularidades mexicanas que podem ser percebidas na América Latina.

**Palavras-chave:** Cinema contemporâneo. México. América Latina.

This text proposes a critical-reflective reading of the Mexican film *Almacenados*, by Jack Zagher Kababie, in the expectation of thinking about the contemporary subject and time at work. This essay observes the articulation of discursive strategies of this cultural production, which comprises different aspects: literature, theater, cinema, music, among others. The theoretical basis addresses contemporary studies on the production of knowledge, subjectivity, and information, relating updating and innovation. Thus, the methodological path is carried out on three levels: observing, describing, and discussing the cinematographic narrative. As a result, it is interesting to consider, strategically, in the current times from this film some Mexican singularities also seen across Latin America.

**Keywords:** Contemporary cinema. Mexico. Latin America.

Este texto hace una lectura crítico-reflexiva de la película mexicana *Almacenados*, de Jack Zagher Kababie, con el propósito de pensar el sujeto contemporáneo y el tiempo en el trabajo. Este ensayo realiza una articulación de estrategias discursivas de esta producción cultural desde diferentes aspectos: literatura, teatro, cine, música, entre otros. La base teórica comprende estudios contemporâneos sobre la producción de conocimiento, subjetividad e información, relacionando actualización e innovación. Esto permite que el camino metodológico se desarrolle en tres niveles: observar, describir y discutir la narrativa cinematográfica. El resultado muestra que es interesante considerar, estratégicamente hoy a partir de esta película, algunas singularidades mexicanas que pueden también ser notadas en Latinoamérica.

**Palabras clave:** Cine contemporâneo. México. América Latina.

Aquí vine por que vine  
A la feria de las flores  
Aquí hay una rosa huraña  
Que es la flor de  
Mis amores  
(Jesús Monges Ramírez, *La Feria de las Flores*)

A primeira frase dessa epígrafe relaciona significante e significado, conformando aparência e essência das coisas no mundo. Ou melhor, a ênfase atribuída pela reiteração contribui para que a mudança não aconteça. Estagnação versus movimento: um paradoxo se forma, embora as mudanças sejam necessárias para a vida humana. Logo no início da película, essa estagnação/movimento ecoa o ritmo discursivo, a conduzir o objeto estético, acentuando a dinâmica da narrativa: *Vamos ao que vamos...*

Essa expressão intensifica a ideia de conformidade indicando que as coisas na vida são como são. A expressão “aqui vim porque vim” – está na música *La Feria de las Flores*, de Jesús Monges Ramírez (1910-1964), com apelo emocional. Essa citação surge singela e, ao mesmo tempo, extravagante no final do filme mexicano *Almacenados* (2015, 91 minutos), de Jack Zagha Kababie. A trama reitera a tradição da cultura mexicana, cuja experimentação poética convoca o público a ponderar sutilezas de arte e cultura latino-americana, sobretudo a mexicana (CANCLINI, 2016).

Este texto desenvolve uma leitura crítico-reflexiva, em forma de ensaio (CANCLINI, 2016), sobre o filme *Almacenados*, na expectativa de pensar sobre o sujeito contemporâneo e o tempo (SARLO, 2007) nas relações do trabalho, mediante coordenadas que se (re)articulam entre literatura, teatro, cinema, música.

A base teórica aborda os estudos contemporâneos (EAGLETON, 2021; GUMBRECHT, 2015; MORIN, 2020) do cinema sob a produção de conhecimento, subjetividade e informação. Com isso, o percurso metodológico de nossa leitura crítico-reflexiva realiza-se em três níveis: observar, descrever e discutir fragmentos dessa narrativa cinematográfica mexicana, a qual exprime um drama com humor suave e discreto. Tais níveis (observar, descrever e discutir) arquitetam o presente ensaio na articulação de estratégias discursivas propostas pelo texto, equacionando pontos de vistas distintos que, ao mesmo tempo, se complementam por impressões e vestígios.

Este estudo está dividido em quatro tópicos: Película, Diversidade, Camaradagem e Desfecho. São tópicos concentrados de determinadas especificidades enunciativas, com as quais se compreende a leitura, por ora, oferecida.

## A película

---

O filme *Almacenados* aborda uma narrativa enigmática e, paradoxalmente, labiríntica que sobressalta desafios intrigantes circundando discrepâncias em um armazém/depósito vazio no México. O tenebroso ambiente de trabalho parece ser esquecido pelo tempo (SARLO, 2007), de modo estratégico, conforme se descreve as cenas cinematográficas, já no início da película, como condição adaptativa da contemporaneidade. *De imediato, observa-se a quietude do galpão vazio. Nada acontece.*

A cenografia leva o público a refletir a respeito das condições de empregabilidade dos sistemas produtivos, a partir da Cidade do México e o mundo globalizado, de maneira simples. Segundo Gumbrecht (2015, p. 35), “a globalização tem a ver com informação (no mais Lato sentido da palavra) e com o fato de as consequências da transferência de informação serem cada vez mais desligadas e independentes de lugares específicos.” Vantagens e desvantagens assolam essa dinâmica informacional.

Por certo, qualquer sistema produtivo busca legitimar seu jeito de atuação nas questões empresariais e perpassa a lógica do capitalismo. Seria o enfrentamento de ideias do eixo corporativo entrecruzando-se ao valor de qualquer trabalhador(a). Muito embora isso nem justifique a dramaturgia fílmica que expõe uma situação problemática de adaptação entre atualização e inovação com a chegada, cada vez mais, das tecnologias emergentes operando novos/outros modos de pensar e agir profissionalmente.

Os protagonistas, o jovem Nin (interpretado por Hoze Meléndez) e o Sr. Lino (José Carlos Ruiz), formalizam a síntese dual dessa narrativa, cuja trama revela um tecido discursivo de embates entre o jovem e o velho – passado e futuro entram em conflito no presente. Ou seja, verifica-se o olhar de quem chega e tenta superar o amadurecido de quem já está no local há quase 40 anos, enfrentando a estagnação do trabalho.

A sinopse anuncia: “Um funcionário prestes a se aposentar e o jovem que assumirá compartilham cinco dias em um canteiro de obras, um enorme armazém vazio onde aparentemente nada acontece”.

A proposta dessa produção cultural, em um primeiro instante, aparenta ser bastante simples com apenas dois atores em cena durante o enredo, como proposta teatral. Porém, há uma complexa (re)dimensão nas estratégias discursivas – entre literatura, teatro, cinema e música – que amplia e aprofunda essa narrativa fílmica. Camadas sobrepostas (re)formulam-se em desdobramentos intertextuais, os quais valorizam o fluxo de informações que sobressaltam idiosincrasias nesse enredo peculiar.

O filme faz repensarmos nossa função no universo. Ou seja, de que forma deixamos o tempo passar, cuidando ou destruindo a vida alheia. A resposta ao terror está na observação e, por si, na atitude da realização coletiva – na força da voz social.

O enredo fílmico ocorre durante cinco dias. No final do segundo dia de trabalho, aproximadamente com 30 minutos da narrativa cinematográfica, a dupla de trabalhadores passa a observar uma colônia ativa de formigas deslocando-se, ininterruptamente, no piso a partir do canto da parede. Em um micro (re) corte narrativo, seria uma atividade constante e recorrente nos 39 anos em que o Sr. Lino esteve trabalhando naquele armazém. De forma surpreendente, ambos traçam paralelos recorrentes entre as formigas e a raça humana, visto que o esforço colaborativo das formigas elege uma dinâmica estratégica para tentar superar as dificuldades presentes numa situação insana: a espera.

Se a fábula de La Fontaine acerca da formiga e a cigarra narra a necessidade intensa de se preparar ao longo da vida para enfrentar os tempos mais difíceis, no futuro, nessa narrativa cinematográfica,

a presença da formiga fortalece a (re)dimensão do sujeito no mundo. Essa passagem fílmica contextualiza a lógica dos sistemas produtivos que exploram o sujeito, trabalhador(a), ao (re)considerar a articulação criativa de citar a ocupação ostensiva da natureza humana em um espaço vazio.

Ocupar o espaço implica ter o suficiente para tal. No entanto, eles não têm. Logo, a premissa aposta na anulação do sujeito esquecido pela máquina capitalista. Um lugar meramente reservado ao campo de possibilidades. Para Pelbart (2011, p. 20, grifado no original),

O fato é que consumimos, mais do que bens, formas de vida – e mesmo quando nos referimos apenas aos estratos mais carentes da população, ainda assim essa tendência é crescente. Através do fluxo de imagem, de informação, de conhecimento e de serviços que acessamos constantemente, absorvemos maneiras de viver, sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividades. Chame-se como quiser isto que nos rodeia, capitalismo cultural, economia imaterial, sociedade de espetáculo, era da biopolítica, o fato é que vemos instalar-se nas últimas décadas um novo modo de relação entre o capital e a subjetividade.

Nesta citação, dois estados são confrontados pela precariedade do viver; sendo explorado pelo sistema capitalista. Por um lado, o consumo rebate a tendência crescente da população mundial consumindo desordenadamente, sem se perceber as sutilezas que se refere o capitalismo. Corresponder ao chamado do consumo parece significar o reconhecimento

ideológico da convencionalidade. Por outro, o capital passa a explorar a subjetividade para intensificar seu escopo (EAGLETON, 2021), independentemente do que enunciavam os interesses subjacentes da exploração humana (MORIN, 2020).

## Diversidade

---

A necessidade de renovação no cinema atual traz desafios perenes como a diversidade no fluxo da contemporaneidade. Abrir espaço para o protagonismo da diversidade em cena requer repensar acerca da estrutura narrativa de filmes atuais que enunciam novos tempos, novas demandas, novas possibilidades (OLIVEIRA, 2016). Ainda que os enfrentamentos – políticos, ideológicos, identitários, socioculturais – sejam recorrentes, inclusive contra o estado democrático de direito sendo usurpado, é preciso refletir sobre o sujeito contemporâneo e o tempo no trabalho.

Da forma ao conteúdo (e vice-versa), a produção cinematográfica vem se realinhando conforme as demandas socio-culturais e tecnológicas dos diferentes tipos audiovisuais propostos pela cultura digital – algoritmo, *big data*, redes sociais, internet das coisas, telefone celular de última geração. O fluxo da informação (MARTÍN-BARBERO, 2003), cada vez mais, perpassa outros caminhos, inimagináveis, propiciando aberturas na exposição de narrativas contundentes que desarranjam o sistema hegemônico (GUMBRECHT, 2015). O eixo da diversidade, por isso, (re)edita

a inscrição emergente da pluralidade de personagens, os(as) quais se multiplicam em sua natureza enunciativa.

Desse modo, verifica-se a necessidade de encaminhar o debate sobre as experimentações poéticas que trazem insurgências de contradições, controvérsias e paradoxos a respeito da (re)dimensão diversidade. Ou seja, a exploração da mão de obra é a diversidade, cujas extensões desse *diversus* estão impregnadas de produção subjetiva do audiovisual, hoje, (re)alimentado por literatura, teatro, cinema, música.

O filme *Almacenados* demonstra a exploração da mão de obra em um ambiente permissivo de hostilidades intersubjetivas contra o ser humano. Mais que arte, cultura, identidade e política, a película expõe essa exploração do trabalho, com determinado sarcasmo, evitando encenar a ausência de atividade. Na fita, os trabalhadores ficam parados, estagnados, à espera de algo que possa acontecer. E nunca acontece. Travados, recorrem à impossibilidade de participar no sistema, porque estão rendidos pelo tempo.

O mundo de possibilidades, aqui, inaugura um território do vazio cujo espaço oco provoca desafios crítico-reflexivos, ainda mais, para convidar o público a assistir a trama e tentar ultrapassar seus próprios limites como produção de subjetividade. São situações contundentes da diversidade, como produção cultural, carregada de dinâmicas estratégicas de uma performatividade singular. Nesse escopo, cenas cinematográficas problematizam a política identitária mediada pela diversidade.

## Camaradagem

---

Cinco dias antes de se aposentar, o encarregado Lino treina o jovem Nin para as tarefas do armazém. Menos ortodoxo e mais questionador, a relação de Nin com o serviço gera desconforto no encarregado que logo lhe passará o bastão. Na visão de Lino, o trabalho era uma síntese de virtude superior, uma tarefa profissional dotada de honra. Afinal de contas, os trabalhadores precisavam se dedicar ao emprego e ter uma prontidão responsável para quando a necessidade surgisse. No primeiro dia de trabalho, Nin percebe que a necessidade nunca surgia. E, por isso, aguardava. A própria existência do trabalho aparentava ser inútil, desnecessária, como se o armazém vazio escondesse algum segredo. Seria, talvez, lavagem de dinheiro? Interesse externo? Falência? Decadência econômica? A narrativa fílmica não afirma e nem nega, diretamente, qualquer dessas hipóteses.

O conflito entre o encarregado e o novo contratado acontece justamente pela questão da verdade com relação ao trabalho. Por um lado, Lino recusa aceitar que não há relevância social em sua função e que o trabalho se resume na constante perda de seus dias observando uma porta que nunca se abre. Por outro, Nin percebe imediatamente que o trabalho não tem sentido. O desconforto é gerado pela incerteza do futuro nessa tensão entre presente e passado. Isso desafia o futuro econômico para que as próximas gerações tenham uma relação de devoção ao trabalho. Mas além disso, o conflito inicial entre Lino e Nin aponta para uma dor não discutida: o desperdício do tempo investido e roubado de Lino pela

empresa. Esse fato é doloroso demais para ser debatido entre ambos.

Interessante observar que Nin decide evitar o conflito, concordando com os direcionamentos do encarregado, o que acaba sendo também doloroso para o homem à beira da aposentadoria. Lino precisava dar conta da irrelevância de sua função ao passo em que tentava provar para Nin que havia valor em sua operação minuciosa de esperar todos os dias para que o trabalho aparecesse. Ou seja, é uma busca sem fim como na obra literária *Esperando Godot* (BECKETT, 1949). O tempo passava e nada ocorria, o tempo é roubado de forma que nem o dono do meio de produção se dá conta. Aparentemente, roubar o tempo de quem não existe foge aos livros de registro de ponto (*bookkeeping*).

No entanto, a estratégia de Nin de seguir a direção de Lino se aparenta com a aposta teórica de *Trincheira* (NASCIMENTO, 2022), porque os dois personagens são diferentes, mas constroem um futuro similar. Existe um senso de camaradagem e parceria entre ambos, quando Nin decide fazer justiça pelo tempo desperdiçado por seu amigo cobrando do patrão o justo reparo. Sobre narração Sarlo (2007, p. 25) escreve:

A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar.

Em *Almacenados*, a camaradagem é estratégia coletiva de colaboração entre os personagens (funcionários/colaboradores)

contra o regime laboral que lhes rouba tempo, dinheiro e capacidade crítica (DEAN, 2019). Na narração, o relógio adiantado cria uma regulação em que o trabalhador perde no cálculo do tempo. Nin mapeia o passado para que o presente e o futuro prestem contas na relação de trabalho baseada na extorsão.

Quase no fim do filme, quando o patrão ressarce a Lino pelo tempo roubado, Nin arma um teatro para que o patrão mostrasse alguma forma de carinho e amizade com Lino, ao oferecer-lhe um drink. A bebida gera uma disenteria em Lino que não conseguia entender o porquê dessa gentileza do patrão. Em termos teóricos, essa crise de saúde depois da cortesia do patrão aponta para o que Karl Marx e Friedrich Engels já defendiam desde o *Manifesto do Partido Comunista* (1848). A relação de classe entre burguesia e proletariado é irreconciliável, pois os gestos gentis do patrão são rejeitados pelo corpo e a biologia do corpo proletário é contra o suborno oferecido pela classe dominante.

O antagonismo dessa expressão conduz a relação de exploração entre Lino e o patrão por tantos anos. O expurgo do corpo ao ato de celebração revela um elemento simbólico de que o trabalhador está ciente da violência histórica que condiciona Lino naquela posição de despojo. A amizade com Nin possibilita o início de uma organização de lutas de classes, como se as novas gerações tivessem incumbidas de proteger e arquitetar formas de rebelião (mesmo que silenciosas), entre aqueles que foram paradoxalmente ensinados a respeitar o opressor (HOOKS, 2021).

Essa relação com o trabalho retirou o prazer com a vida de Lino para com as coisas

mundanas. O trabalho vira a razão de ser e estar no mundo<sup>1</sup>. Com isso, a aposentadoria parece ser penosa e uma meta não desejada por Lino, quando solicita ao novo amigo para que possa voltar constantemente e seguir em contato. Parece que Lino precisava penalizar a si mesmo pela falta de movimento em seu trabalho, como se a classe trabalhadora fosse responsável por uma culpa de produtividade que só fortalece a classe dominante. Seria pensar acerca do roubo do tempo do trabalhador pela intensa força capitalista.

Se, por um lado, esse retorno do idoso interessado em permanecer indica a forte amizade gerada por meio da parceria insurgente contra a exploração; por outro, notamos como a mecanização da vida deixou uma marca na identidade de Lino. O trabalho deixa de ser apenas uma função e passa a ser a essência do eu (*self*), ao ponto que a perda ou o desligamento com o trabalho esfrelam a imagem de si. Em vez da premissa nazifascista de que o trabalho liberta, notamos que nas condições de exploração capitalista, o trabalho aprisiona. E pior, além da prisão física, ocorre também a prisão subjetiva.

Se traduzimos diretamente o título do filme, “almacenados” significa armazenados. Dentro desse armazém, onde ocorre o diálogo do filme, não há nada ou, pelo menos, quase nada. Vemos um espaço vazio e dois homens coisificados, objetificados pelo expressão espaço-tempo. Parecem ser

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, Lino diverge de Paul Lafargue (1883), em *O direito à preguiça*, porque uma vez em que se luta por direitos trabalhistas – como no cenário de Lafargue na França do século XIX –, se esquece da importância de lazer, descanso e qualidade de vida fora das relações de produção.

os objetos retidos e estocados no armazém. Enquanto os produtos estavam em falta ou circulação, justificando a não necessidade do armazém, os trabalhadores passam a ser os produtos fora de circulação.

Em *Capital Volume II*, Karl Marx (1990) se concentra no problema da circulação de *commodities* e capital, demonstrando como a construção de armazéns serve um propósito crucial para a estocagem, cuidado e circulação de produtos. No entanto, os armazéns são pensados como propulsores da rotação de produtos e seu esvaziamento apresenta comentários com relação à demanda do mercado. No caso de *Almacenados*, o armazém parece inútil e sua função para a circulação dos produtos deixou de existir.

Nunca entendemos, no filme, a importância do armazenamento, da contagem das horas, da tarefa, da central que exige a existência do armazém. Há essa incógnita. Talvez, a razão pela qual não temos acesso a essas razões no filme seja um comentário social relacionado ao modo de exploração já caducado, mas que estica sua sobrevivência.

Na fita, os trabalhadores são os vendedores de sua mão de obra enquanto suas vidas e seus dias seguem armazenados. De certo modo, estar armazenado é ser alienado da possibilidade de viver uma vida plena e poder planejar a revolução que alteraria as relações de classe no México contemporâneo. Não entra na vida de Lino para oferecer uma parceria de classe impossibilitada, até aquele momento, em um trabalho individualizado.

O filme *Almacenados* mostra uma mensagem que deixou de ser segredo desde o século XIX, a aliança entre as classes com

a camaradagem torna-se indispensável para que se possa olhar a opressão nos olhos. Nesse caso, o presente aborda um pedido de desculpas ao passado mesmo sabendo que o tempo é irrecompensável.

## Desfecho

---

A sociedade permanece em dúvida quando se depara com a velocidade das coisas, um velho enigma que intriga filósofos, médicos, economista, educadores e, agora, comunicólogos, entre outros especialistas. Para essas observações acerca do filme *Almacenados*, torna-se fundamental refletir sobre a frase “errar é humano, mas persistir no erro é burrice”. Se, no contemporâneo (GUMBRECHT, 2015; MORIN, 2020), a correria do cotidiano determina o estilo de vida baseado na busca incessante por satisfazer as necessidades, fora desse mundo, o sujeito se depara com suas fantasias. Assim, corpo e mente se separam perante o real e o imaginário. E nada mais exemplar para ilustrarmos essa situação do que uma leitura crítico-reflexiva a respeito do universo do trabalho exposto na fita. Nota-se, nesse contexto, a dualidade entre quantidade e qualidade<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Como colapso contemporâneo, os profissionais da saúde (médicos, dentistas, fisioterapeutas) atendem um paciente atrás do outro sem a atenção merecida. Os jornalistas publicam uma série de matérias sem critérios básicos como apuração e checagem. Os empreiteiros da construção civil (engenheiros e pedreiros) acumulam obras em buscas de novas oportunidades atrasando sonhos e criando despesas e desespero aos clientes. Os economistas e os publicitários estimulam o consumo e as exportações criando um caos econômico

Podemos listar vários casos para dizer somente que as pessoas precisam de equilíbrio para viverem em harmonia, como fator essencial ao bem-estar (EAGLETON, 2021). Sendo assim, seria possível evitar carreiras interrompidas e o sentimento de dever não cumprido. O filme mexicano *Almacenados* reage ao enviesamento social da educação midiática e do poder capitalista que eliminam as relações sociais e as perspectivas humanas em prol da lucratividade e da rentabilidade mercadológico-midiática.

Na película, a Lei da Mordaça estabelecida nas instituições públicas e privadas é derrubada estrategicamente por uma ligação telefônica que, entre verdade e mentira, objetiva salvar uma alma – em uma cena bastante emblemática. A condução do telefonema opera uma produção de subjetividade estratificando verdade, realidade e existência. O que está à margem tangencia o centro e provoca mudança conforme (re)age.

Por isso, a discussão cinematográfica a respeito de exploração da mão de obra vale uma reflexão particular, sobretudo quando se observa qualquer relação profissional e seu entorno (MATURANA, 2001). Do enlace que (re)articula o enredo, o filme convida à reflexão acerca dos recursos

---

que afeta diretamente os mais pobres. Os turismólogos oferecem passeios tranquilos que, na realidade, se concretizam em um decepcionante “passamos por aqui”. Os patrões pressionam a si e aos empregados por mais produtividade. Os atletas são cobrados por resultados no esporte, às vezes, sem a preparação adequada, gerando confusões, sem falar no *bullying* esportivo. Muitos bares e restaurantes servem uma comida rápida e sem gosto somente para matar a fome e, assim, agredir o paladar e o bolso do sujeito ainda faminto. Sem falar na escola, hoje, sufocada por mais virtual e menos humano.

que compreendem a lógica do capitalismo contemporâneo.

Essa narrativa cinematográfica desdobra imagens singulares, cujas vestígios proliferam sensações agradáveis – de fino humor mexicano. Como experimentação poética, a fita renova a noção de cinema contemporâneo com seu tempero mexicano (CANCLINI, 2016) entre literatura, teatro, cinema, música.

A música *La Feria de las Flores*, de Jesús Monges Ramírez (1910-1964) indica um forte apelo dramático à película mexicana que solicita a atenção especial. O despertar da emoção é intenso, cuja paisagem descrita na canção ecoa no vento que ocupa o espaço vazio. Tal qual o cenário de *Almacenados* explora um armazém sem qualquer produto ou matéria prima. Ou seja, deixar algo armazenado implica guardar em si para si.

Me gusta cantarle al viento  
Por que vuelan mis cantares  
Y digo lo que yo siento  
Por toditos los lugares  
Aquí vine por que vine  
A la feria de las flores  
Aquí hay una rosa huraña  
Que es la flor de  
Mis amores  
En mi caballo repinto  
He venido de muy lejos  
Y traigo pistola al cinto  
Y con ella doy consejos  
Atravesé la montaña  
Pa' venir a ver las flores  
No hay cerro que se me empine  
Ni cuaco que se me atore  
Aunque otro quiera cortarla  
Yo la divisé primero  
Y juro que he de robarla

Aunque tenga jardinero  
Yo la he de ver transplantada  
En el huerto de mi casa  
Y si sale el jardineiro  
Pues a ver, a ver que pasa

Como já exposto, a conformidade intensifica-se pautando o que já está dado não se mexe. Isto é, as coisas são como o são, porque o são. Ou melhor, atribuir essa reiteração de ser/estar como representação evita a transformação que modifica as coisas no mundo. E não gera mudança fundamental para a vida humana. Expressões como “vamos ao que vamos...” ou “aqui vim porque vim” – da música de Ramírez – (re)inscreve um forte apelo emocional com paixão, que impacta o público, na melodia do cantor. Essa estratégia afetiva predomina nas amarras de nossa narrativa cinematográfica causando efeito.

## Considerações finais

---

Alçada por impressões, essa leitura crítico-reflexiva aborda algumas alternativas capazes de (re)examinar a lógica do cinema contemporâneo, o qual pretende conversar com o público de maneira mais política. Ressaltar valores ideológicos, na atualidade, implica transpor o lugar comum, para oferecer uma compreensão mais dinâmica com os fatos. Como produção cultural contemporânea, a ideia de tematizar o mundo do trabalho requer lidar com o sujeito e a relação com o tempo.

No écran, o filme gera incômodo porque desestabiliza o cotidiano, propiciando

reflexão e discussão. Mais que entretenimento, sem dúvida, literatura, teatro, cinema, música são dispositivos intertextuais utilizados nesse enredo. Estratégicamente, o texto literário se traduz em peça de teatro, almejando as telas de cinema, em consonância à musicalidade mexicana que ambienta e confirma o vigor da latinidade nessa narrativa. Nesse caso, o resultado constitui uma síntese complexa como produto cultural globalizado para assegurar o debate atual sobre a voracidade do capitalismo selvagem que impacta a sociedade contemporânea.

Os personagens de *Almacenados* ocupam-se de tarefas monótonas e repetitivas. Dispensando a perspectiva de Lino acerca da honra do ofício, Nin comprova o ataque à dignidade humana para o camarada proletário. E este ensaio examina a camaradagem como estratégia coletiva de colaboração, contra a extorsão no regime laboral, entre os personagens: funcionários/colaboradores. Isto é, se a repressão vem através da competição individualizante, a reviravolta se escora na conspiração coletiva. Nessa dinâmica, argumentamos que até os problemas individuais da classe operária devem ser articulados de forma coletivizante. Percebemos que *Almacenados* cria uma linguagem emancipadora mediante acordos plebeus contra a escravidão assalariada. Isso se torna interessante, pois, ao mesmo tempo em que tentamos enxergar tudo, nunca vemos claramente a razão do problema naquele espaço vazio habitado por pessoas simples.

## Agradecimentos

Faculdade de Tecnologia [Fatec]  
Itaquaquecetuba, Centro Paula Souza  
– CPS-SP

Escola de Comunicações e Artes  
[ECA], Universidade de São Paulo – USP  
Department of Romance Studies,  
Cornell University, Ithaca – New York ■

### [ WILTON GARCIA ]

Artista visual. Doutorado em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado em Mídias pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor na Faculdade de Tecnologia (Fatec) Itaquaquecetuba.  
E-mail: wiltongarcia.com.br

### [ ANDRÉ NASCIMENTO ]

Doutorando no Departamento de Letras Neolatinas com concentração em teoria política na Universidade Cornell (Ithaca, Nova York). Seus interesses incluem teoria democrática, marxismo, psicanálise e literatura latino-americana.  
E-mail: adn52@cornell.edu

### [ LUCIANO VICTOR BARROS MALULY ]

Bacharel em Jornalismo (Universidade Estadual de Londrina, UEL) (1995). Mestre em Comunicação Social (Universidade Metodista de São Paulo, Umesp) (1998). Doutor em Ciências da Comunicação (USP) (2002) e Livre Docente (USP) (2016). Pós-Doutorado (Universidade do Minho, PT) (2011). Docente e pesquisador (USP). Áreas: comunicação, radiojornalismo e jornalismo esportivo.  
E-mail: lumaluly@usp.br

## Referências

---

- ALMACENADOS.** Direção: Jack Zagher Kababie. Roteiro: David Desola. Produção: Jack Zagher Kababie, Elsa Reyes e Yossy Zagher. Cidade do México: Imovision, 2015. 1 DVD (90 min).
- BECKETT, Samuel. **Esperando Godot.** São Paulo: Companhia das Letras, [1949] 2017.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **O mundo inteiro como lugar estranho.** São Paulo: Edusp, 2016.
- DEAN, Jodi. **Comrade:** an essay on political belonging. [S.l.]: Verso, 2019.
- EAGLETON, Terry. **O sentido da vida.** São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- ENGELS, Friedrich.; MARX, Karl. **The manifesto of the communist party.** Carolina do Sul: Createspace Independent, [1848] 2014.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir.** São Paulo: Folha, 2021.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente:** o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LAFARGUE, Paul. **The right to be lazy.** Chicago: Charles H. Kerr, [1883] 1989.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- MARX, Karl. **Capital vol. II:** a critique of political economy. London: Penguin Books; New Left Review, 1990.
- MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.
- MORIN, Edgar. **Conhecimento, ignorância, mistério.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- NASCIMENTO, André. **Trincheira:** ditadura, transgressão, literatura. Simões Filho: Devires; Latin American Literary Review Press (LALRP), 2022.
- OLIVEIRA, Dennis. Novos protagonismos midiáticos-culturais: a resistência a opressão da sociedade da informação. **REGIT**, Itaquaquecetuba, v. 6, n. 2, p. 17-37, jul./dez. 2016.
- PELBART, Peter Pal. **Vida capital:** ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

NEGOCIAR  
INCLUSÃO PELO  
CLIENTELISMO:  
DEMOCRACIAS  
NEOLIBERAIS,  
POBREZA E  
DESIGUALDADE

[ ARTIGO ]

**Tina Hilgers**

*Concordia University*

**Jean François Mayer**

*Concordia University*

[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Teoricamente, a democracia racional-legal e a economia neoliberal deveriam desencorajar o clientelismo, mas ele continua difundido na América Latina. Quais são as raízes dessa desconexão entre teoria e realidade? Defendemos que a continuidade do clientelismo se deve em grande parte aos efeitos das políticas econômicas neoliberais: a escassez de recursos estatais e o aumento dos níveis de pobreza e desigualdade. Sugerimos ainda que a intensidade do clientelismo deve diminuir quando as instituições democráticas formais e os sistemas econômicos forem capazes de lidar com a pobreza e a desigualdade de forma eficiente e responsiva. Usamos o Brasil como estudo de caso para ilustrar nossa tese.

**Palavras-chave:** Clientelismo. Neoliberalismo. Democracia. Pobreza. Desigualdade.

Theoretically, rational-legal democracy and a neoliberal economy should discourage clientelism, yet clientelism remains widespread in Latin America. What are the roots of this disconnect between theory and reality? We argue that the continuation of clientelism is due in great part to the effects of neoliberal economic policies: the scarcity of state resources and increased levels of poverty and inequality. We further suggest that the intensity of clientelism should diminish when formal democratic institutions and economic systems are able to address poverty and inequality efficiently and responsively. We use Brazil as a case study to illustrate our point.

**Keywords:** Clientelism. Neoliberalism. Democracy. Poverty. Inequality.

Teóricamente, la democracia racional-legal y la economía neoliberal deberían desalentar el clientelismo, pero el clientelismo sigue siendo generalizado en América Latina. ¿Cuáles son las raíces de esta desconexión entre la teoría y la realidad? Argumentamos que la continuación del clientelismo se debe en gran parte a los efectos de las políticas económicas neoliberales: la escasez de recursos estatales y el aumento de los niveles de pobreza y desigualdad. Además, sugerimos que la intensidad del clientelismo debería disminuir cuando las instituciones democráticas formales y los sistemas económicos sean capaces de enfrentar la pobreza y la desigualdad de manera eficiente y receptiva. Usamos a Brasil como un estudio de caso para ilustrar nuestra tesis.

**Palabras clave:** Clientelismo. Neoliberalismo. Democracia. Pobreza. Desigualdad.

Isabel vive em um prédio inseguro e danificado por um terremoto na Cidade do México<sup>1</sup>. Jorge, um intermediário do governo local *Partido de la Revolución Democrática* (Partido da Revolução Democrática, PRD), está ajudando-a e seus vizinhos a se candidatarem a um subsídio governamental para a reconstrução. Em troca da ajuda, ele pede que votem no PRD, participem de manifestações e se encontrem com ele semanalmente para ouvi-lo falar de política e do partido. Ele distribui pontos para a participação nas reuniões e em outros eventos e, quando a obra estiver concluída, os vizinhos com mais pontos escolherão os melhores apartamentos. Oficialmente, o *Instituto de Vivienda del Distrito Federal* (Instituto de Habitação do Distrito Federal, INVI) defende a distribuição equitativa das unidades em projetos subsidiados no início do processo de construção com base em uma série de regulamentos que incluem um processo de votação<sup>2</sup>. No entanto, Isabel gosta do sistema informal porque o considera mais eficiente. Ela diz que funciona, explicando que ela e seus vizinhos não estão muito familiarizados com os procedimentos burocráticos ou com seus direitos como requerentes para prosseguir com um pedido de crédito por conta própria. Eles tentaram, mas foi difícil fazer progressos e ela viu como os candidatos passam horas intermináveis esperando nos escritórios do INVI, enquanto os intermediários são atendidos

rapidamente porque entendem o processo. Isabel acrescenta que a relação com Jorge também trouxe outros benefícios. Ele a ensinou política e ela aprendeu que os governantes eleitos respondem à mobilização popular, motivando-a a ingressar no PRD, manter-se informada e participar de eventos políticos por conta própria.

O acordo de Isabel e Jorge é significativo pela sua dinâmica interna e pelo que revela sobre o contexto político-econômico em que se insere. O relacionamento deles é baseado em uma troca iterativa de bens e serviços por apoio político – clientelismo. O clientelismo é frequentemente considerado um resquício de passados autoritários que explora os pobres e enfraquece as instituições formais dos sistemas democráticos e legais-rationais, mas o relato de Isabel é de um processo relativamente transparente que dá a ela e seus vizinhos acesso ao Estado. Embora, teoricamente, não devesse existir em contextos democráticos neoliberais, o tipo de troca descrito por Isabel continua a ser uma forma prevalente de inclusão política, mesmo que os regimes democráticos tenham se tornado onipresentes na América Latina a partir dos anos 1980, juntamente com a disseminação do neoliberalismo. Isso tende a contradizer a literatura, pois assume que a implementação da democracia liberal criaria um arcabouço institucional formal propício para o desaparecimento do clientelismo.

Nós argumentamos que a escassez de recursos do Estado e o aumento da pobreza e da desigualdade decorrentes da ampla implantação do neoliberalismo desde o final da década de 1980 permitiram a continuidade das práticas clientelistas. No entanto, sugerimos que a difusão do clientelismo

---

1 Esta vinheta etnográfica é de um trabalho de campo feito na Cidade do México em 2004. Nós a usamos para fins ilustrativos; entretanto, nosso artigo busca principalmente dar uma contribuição teórica para a literatura.

2 O INVI se enquadra na *Secretaria de desarrollo urbano y vivienda* (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação).

pode ser reduzida se instituições formalmente democráticas e uma burocracia pelo menos moderadamente profissionalizada forem associadas a políticas econômicas de orientação social que contribuam para a redução da pobreza e da desigualdade.

Começamos com uma visão geral do clientelismo antes de examinar os vínculos teóricos entre a democracia, um Estado racional-legal e as políticas econômicas neoliberais, por um lado, e o clientelismo, por outro. Em seguida, analisamos o impacto do neoliberalismo na América Latina, focando em seus efeitos sobre as práticas clientelistas. Finalmente, consideramos se o ressurgimento de um estado ativista, que modere as políticas econômicas neoliberais e diminua a pobreza e a desigualdade, pode contribuir para a frenagem de práticas clientelistas. O caso do Brasil sugere que isso é possível quando as reformas econômicas e as conquistas sociais são acompanhadas por instituições democráticas e estruturas burocráticas que funcionam relativamente bem.

## Definindo clientelismo

---

O clientelismo é um fenômeno socialmente imerso. A pesquisa contemporânea tem suas raízes nos estudos sociológicos e antropológicos das décadas de 1960 e 1970 de sociedades tradicionais marcadas por relações particularistas entre proprietários ou chefes locais e camponeses. Desse trabalho surgiu uma definição de clientelismo incluindo uma série de características que formariam a base para pesquisas futuras.

Clientelismo era considerado uma relação diádica marcada por demonstrações de afeto entre indivíduos de *status* desiguais que se viam cara a cara regularmente para trocas mutuamente benéficas, abrangendo uma sucessão de favores feitos, serviços prestados e recursos fornecidos. O reembolso dos favores não era imediato, aumentando a longevidade do relacionamento, mas era garantido por meio de um cumprimento baseado em normas subscrito por sentimentos de obrigação e uma cultura de reciprocidade (ver as contribuições em Schmidt *et al.*, 1977).

Em essência, os camponeses com necessidade de recursos (terra, sementes, ferramentas e crédito, aconselhamento técnico ou jurídico e mediação de disputas) ou proteção contra vagabundos buscavam relacionamentos com figuras poderosas dentro de sua própria comunidade ou da elite latifundiária, na esperança de que esses indivíduos se tornariam benfeitores pessoais. Em troca de acesso aos recursos necessários, o camponês fornecia trabalho, presentes, deferência, demonstrações de afeto e apoio político ao patrono, aumentando o *status* deste. Esses relacionamentos foram construídos com base na confiança mútua de que a outra parte cumpriria suas obrigações e geralmente duravam longos períodos de tempo, abrangendo qualquer número e tipo de troca.

Um elemento comum entre os acadêmicos que analisam tais intercâmbios foi a tendência de vê-los como relações tradicionais que desapareceriam à medida que a sociedade se modernizasse e as agências estatais profissionalizadas assumissem o papel desempenhado pelos patronos (por exemplo, Landé, 1977; ver também

Gellner, 1977). No entanto, com o início da modernização, os cientistas sociais observaram trocas personalizadas semelhantes às descritas pelo clientelismo tradicional nos processos de vinculação de aldeias agrícolas aos mercados centrais, de representação de aldeias e periferias urbanas na política central, bem como dentro de instituições políticas e governamentais cada vez mais complexas que requeriam trocas internas e externas de informações e recursos, negociação de políticas e preenchimento de cargos (por exemplo, Weingrod, 1977; Silverman, 1977; Cornelius, 1975; Grindle, 1977).

Líderes e elites nas novas organizações, especialmente em partidos políticos, precisavam manter contato com a base, mas frequentemente estavam muito distantes dela, física e organizacionalmente, para fazê-lo com eficácia. Os intermediários preencheram a lacuna. Esses são os indivíduos que ganham renda ou *status* mediando o relacionamento entre patrocinadores e clientes. Eles têm habilidades, como educação, conhecimento da burocracia ou da lei, ou capacidades de liderança, que os tornam interlocutores interessantes para clientes e patrões. Os clientes veem os intermediários como intérpretes do mundo externo, cuja compreensão e contatos na política e burocracias ajudam os clientes a obter acesso a agências e programas estaduais. Os clientes os vêem como mobilizadores e monitores; isto é, como operadores políticos que irão mobilizar novos apoios e também monitorar as atividades dos apoiadores existentes para garantir que os clientes cumpram sua parte do acordo (Szwarcberg, 2015; Stokes *et al.*, 2013).

As novas formas de clientelismo suscitaram um debate sobre o que esse

fenômeno envolve na política moderna e como ele pode ser identificado. Alguns continuam a argumentar que é uma relação complexa entre duas pessoas (Hilgers, 2011), enquanto outros introduziram uma dimensão de representação coletiva (Gay, 1999; Shefner, 2008). Alguns enfocam seus aspectos de exploração – os cidadãos são responsabilizados por seus votos nos representantes (Stokes, 2005) – mas aqueles que olham para a perspectiva do cliente encontram alguns benefícios nas trocas (Auyero, 1999b; Gay, 1999; Lazar, 2004; Hilgers, 2009). Embora os cientistas políticos tenham tentado criar teorias gerais (Stokes *et al.*, 2013; Kitschelt e Wilkinson, 2007), o amplo consenso entre sociólogos e antropólogos é que o clientelismo é um fenômeno baseado em local e situação que significa coisas diferentes em contextos diferentes.

Como um ensaio sobre variedades contextualmente inseridas de clientelismo, este artigo é uma exploração sociológica do fenômeno. Procura retirar da definição de clientelismo o pressuposto de exploração, analisando-o como dependente da relação de poder exogenamente influenciada entre patrono e cliente. Consideramos clientelismo uma troca iterativa de bens e / ou serviços para obter apoio político. É uma interação de vaivém que difere do processo político usual de votação e formulação de políticas, porque os benefícios são seletivos, não universais, e porque ocorre ao longo do tempo, não em um momento único nem como uma troca restrita aos períodos eleitorais. Os gatilhos externos que afetam a dinâmica interna de poder são estruturais e institucionais. Quanto mais escassos os bens materiais e as proteções institucionais, mais o cliente fica à mercê de seu patrono.

Onde a classe de patronos é hermética ou existe um monopólio de recursos, os clientes têm pouco poder de negociação. Onde os patrocinadores devem competir por clientes – seja porque os recursos são mais abundantes e amplamente divididos entre os patrocinadores potenciais ou mesmo disponíveis por meio de canais formais, ou porque as instituições democráticas exigem competição eleitoral – os clientes têm poderes no processo de negociação (Scott, 1977; Hilgers, 2011).

Embora Isabel tenha de enfrentar a escassez de recursos de um estado neoliberal, as instituições democráticas constroem Jorge e seu partido a competir por seu apoio. Filosoficamente, sua lealdade política pode ser um alto preço a pagar por uma moradia digna, mas, na prática, seu voto e participação em mobilizações sociais, assim como suas proteções legais, servem para responsabilizar Jorge. Ele não apenas tem que entregar algo em troca de sua lealdade, mas também se sente pressionado a tratá-la com respeito.

## **Democracia, Estado racional-legal e neoliberalismo**

---

Teoricamente, a democracia, a burocracia racional-legal e o neoliberalismo deveriam limitar o clientelismo, mas quando regimes democráticos com administrações pelo menos moderadamente profissionalizadas são combinados com o neoliberalismo, o efeito não é o esperado. Nas democracias liberais contemporâneas, os cidadãos são empoderados por meio do voto secreto em

eleições livres e justas, bem como por uma série de outros direitos e liberdades constitucionalmente protegidos. Candidatos a cargos públicos competem por apoio com propostas de políticas e os cidadãos fornecem ou retiram esse apoio dependendo de sua avaliação das políticas e de seus benefícios. Os cidadãos tomam decisões livremente, tendo acesso a uma série de informações sobre o processo político e econômico por meio da imprensa livre, e agem sobre elas com a mesma liberdade porque os candidatos não podem verificar quem votou em quem. Esse sistema responsabiliza os representantes eleitos, porque aqueles que apresentam mau desempenho pagarão por isso nas urnas. Estas são algumas das premissas básicas da democracia liberal (ver Dahl, 1971; e Schmitter; Karl, 1991).

Existem debates sobre obstáculos para a realização da democracia liberal, como a heterogeneidade da opinião pública sobre o bem comum (Schumpeter, 2003) e a dificuldade de acesso igualitário às esferas de decisão política (Dahl, 1971), bem como estudos de como superar esses obstáculos, incluindo a proteção dos direitos das minorias (Lijphart, 2009), o ajuste fino dos sistemas eleitorais (Lijphart, 1994) e a mobilização da deliberação e participação (Nylen, 2003) para tentar preencher a lacuna entre os ideais individualistas liberais e coletivos republicanos (Habermas, 1996). Mas, no geral, o consenso dominante contemporâneo é que os principais elementos teóricos e práticos da democracia são competição e participação (ver Dahl, 1971).

A prática de poder do povo está entrelaçada com a lei e a burocracia. A lei, feita por representantes eleitos, estabelece como indivíduos e grupos devem interagir,

protege seus direitos e prevê sanções para o descumprimento. É posto em prática por uma administração que é, ela própria, regida pela lei, tornando o Estado o gestor dos resultados democráticos competitivos (Habermas, 1996). A burocracia racional-legal é pautada por regras, de forma que os cargos são adquiridos por mérito e o trabalho é realizado de acordo com regulamentos transparentes que se aplicam igualmente a todos os administradores e cidadãos, e a lealdade interna se dá em relação ao posto de trabalho e seus objetivos formais, e não a conexões pessoais ou ideais políticos (Weber, 1978).

A democracia e sua administração racional-legal são uma versão formalmente institucionalizada da relação de Isabel e Jorge. Podemos imaginar que Isabel e seus vizinhos apoiariam um candidato político como Jorge, que inclui a habitação em sua plataforma política e que, após a eleição, trabalha na legislatura para criar políticas que atendam às necessidades de seus constituintes. Se os resultados não corresponderem às expectativas, Isabel e os seus companheiros são livres para organizar dissensões e apoiar outra pessoa no ciclo eleitoral subsequente.

Nesse cenário de democracia com uma administração racional-legal, o clientelismo é desnecessário, pois a responsabilidade e a confiança são formalizadas (ver Tilly, 2005) e os agentes do Estado cumprem com justiça a vontade do povo, transformada em lei por seus representantes. Mesmo que fossem desejáveis, barganhas particularistas também seriam difíceis de realizar: os funcionários são leais aos preceitos de seu trabalho porque sua posição – de especialização baseada na educação e no

mérito – lhes dá *status* e uma boa renda; eles não têm nenhuma razão para oferecer ou sucumbir às demandas por um tratamento especial (Weber, 1978). Isabel deve ser capaz de navegar na organização e nos requisitos do Instituto de Habitação porque eles devem ser transparentes e projetados para atender às suas necessidades. Ela não deve precisar de um intermediário para mediar sua interação com os funcionários, nem estes devem estar abertos à intervenção de tal pessoa.

Uma economia política neoliberal também deve restringir o clientelismo. O cerne das teorias neoliberais é que a liberdade individual de agir no mercado deve ser livre do envolvimento do Estado. O Estado deve se restringir às atividades necessárias para apoiar essa liberdade e, portanto, não investir em programas que afetariam os incentivos do trabalho para se submeter às forças da oferta e da demanda; investir em empresas que, portanto, não teriam que competir em condições equitativas; ou regulamentar a indústria nacional ou estrangeira e as finanças de modo que suas decisões e movimentos sejam restringidos. Subjacente a tudo isso está a convicção de que os mercados são capazes de enviar os sinais certos sobre o que precisa ser feito, enquanto o Estado é invariavelmente influenciado por interesses ou ideias erradas para tomar decisões ruins (Harvey, 2005).

Um corolário dessa teoria é que um Estado mínimo não tem poder nem recursos para se envolver em práticas clientelistas. Ele não administra regulamentações econômicas extensas nem investe no mercado; portanto, nem interesses econômicos estrangeiros nem

interesses domésticos têm incentivos para lhe pedir tratamentos especiais. O Estado mínimo também não administra programas sociais amplos, de modo que os cidadãos, como indivíduos ou como associações organizadas, não têm motivo para buscar contatos pessoais com os quais negociar um tratamento rápido ou vantajoso de outra forma. O Estado neoliberal não exige que bens, serviços ou decisões públicas sejam administrados de forma desigual, essencialmente aumentando a probabilidade de profissionalismo na burocracia (ver Gerring; Thacker, 2005).

Nessa perspectiva, as necessidades habitacionais de Isabel não deveriam ser responsabilidade do Estado, mas sim do mercado, em que as empresas privadas têm de responder às necessidades dos clientes para sobreviver e Isabel – se trabalhar muito, como o faz desde os nove anos, primeiro num mercado municipal e depois como assistente administrativa – deve ser capaz de usar os frutos de seu trabalho para gerar uma renda com a qual possa estimular o lado da oferta. O mecanismo de oferta e demanda deveria ser muito mais eficiente do que o Estado na criação de uma situação em que Isabel possa realizar obras no seu imóvel.

Ao que tudo indica, as democracias racionais-legais e neoliberais não deveriam, portanto, abrigar o clientelismo. No entanto, uma leitura das publicações acadêmicas recentes mostra rapidamente que os pesquisadores continuam a investigar por que representantes eleitos, agentes do Estado e cidadãos ainda recorrem ao clientelismo para ganhar eleições e acessar bens e serviços públicos (por exemplo, Stokes *et al.*, 2013; Szwarcberg, 2015; Montambeault, 2015;

Holland, 2017). Qual o motivo? Onde está a desconexão entre teoria e realidade?

Uma resposta é que o clientelismo é um elemento da cultura autoritária que precede e enfraquece as instituições democráticas e racionais-legais. Talvez o principal exemplo dessa linha de argumentação venha do estudo de Putnam, Leonardi e Nanetti (1994) sobre o sul da Itália, no qual eles explicam que uma tradição centenária de trocas personalistas e verticais e a falta de redes horizontais e participativas enfraquecem a democracia contemporânea. O clientelismo é uma estratégia arraigada. Mesmo quando se apresentam evidências claras que os programas são parte do desenvolvimento de políticas democráticas e baseadas em direitos, os eleitores se valem da lógica da experiência passada e reagem como clientes (ver também Gay, 2006).

Outra descoberta diz respeito à engenharia institucional fraca. Regras gerais eleitorais (Gans-Morse; Mazzuca; Nichter, 2014), sistemas eleitorais (Pellicer; Wegner, 2013), regras para geração de listas partidárias em sistemas de representação proporcional (Szwarcberg, 2015), supervisão formal das atividades policiais (Brinks, 2006) e independência judicial (Durazo Herrmann, 2014), estão entre as áreas de estudo nas quais os estudiosos descobriram que as regras formais são muito fracas para desencorajar o clientelismo, ou fornecem incentivos perversos que, em verdade, estimulam as trocas personalistas (Helmke; Levitsky, 2006).

Um problema relacionado é que as burocracias existentes não são profissionalizadas no sentido típico-ideal weberiano. Regras e regulamentos existem,

principalmente desde a era burocrático-autoritária, mas estão entrelaçados com lealdades pessoais e políticas. As posições são frequentemente preenchidas com base no clientelismo e não no mérito, a experiência é questionável, o salário é medíocre na melhor das hipóteses e a população em geral tem pouco respeito pelo trabalho burocrático. Enquanto o pleno legalismo racional limitaria o clientelismo, a realidade da interpenetração neopatrimonial de regras formais com lealdades não profissionais permite que o clientelismo prospere (Lomnitz, 1988; Isbester, 2011; Bechle, 2010).

Finalmente, outro corpo de literatura enfatiza a pobreza e a desigualdade em uma explicação da economia política do clientelismo. A partir dessa perspectiva, a política dos pobres é um empreendimento orientado para as necessidades e enquanto os canais públicos e democráticos não puderem fornecer os recursos básicos – principalmente alimentação, moradia, trabalho, educação, saúde e outros serviços públicos – de que os cidadãos necessitam, o clientelismo continua a ser uma estratégia viável (Hellman, 1994; Auyero, 1999b; Oxhorn, 2003; Shefner, 2008). Embora os pobres tenham ideais políticos como liberdade e igualdade, não se pode comer justiça, que ficará em segundo lugar de importância até que as necessidades materiais básicas sejam atendidas (Shefner, 2001; 2012).

Nosso argumento aprende com essas explicações, mas se concentra particularmente no paradigma econômico dominante como um qualificador de como a democracia pode ou não entregar o que as pessoas precisam. O choque entre as teorias sobre como os sistemas democráticos, racional-legais e o neoliberalismo devem afetar o

clientelismo e o que acontece na prática decorre de o neoliberalismo restringir o escopo programático e político da democracia, e de que a democracia neoliberal tem que ser contextualizada – especialmente no que diz respeito à intensidade da pobreza e da desigualdade.

O paradigma neoliberal impõe políticas públicas relacionadas a um mercado livre e um Estado mínimo. Reduz o leque de possibilidades de políticas porque os governos não deveriam fazer leis ou criar programas que restringiriam as forças do mercado; também reduz a capacidade administrativa. Quando o Estado como agente de desenvolvimento econômico e igualdade popular não é uma opção, o neoliberalismo restringe a competição e a participação (Brown, 2003). A política continua competitiva, pois os candidatos precisam do apoio dos eleitores para vencer as eleições e se tornarem formuladores de políticas. No entanto, uma vez que o leque de escolhas é estreito, os eleitores não têm um impacto total nos resultados das políticas. Esse *output*, por sua vez, afeta o tipo de administração em vigor, de modo que as interligações, desejáveis em uma democracia, de eleitores, formuladores de políticas, lei e burocracia são prejudicadas pelo paradigma neoliberal.

Certamente, há casos em que a vontade da maioria deve ser legalmente constrangida para proteger os direitos das minorias (Tocqueville, 2002), mas a maioria deve, racional e moralmente, concordar em ser constrangida ou as leis em questão não têm legitimidade democrática (Habermas, 1996). A democracia neoliberal, no entanto, é perversa na medida em que as majorias podem não apoiar o paradigma de

política econômica dominante e/ou os direitos das minorias podem não ser protegidos. Isto é particularmente verdadeiro em contextos de grande pobreza e desigualdade.

Os regimes latino-americanos nunca foram particularmente inclusivos. As tradições e práticas culturais, políticas e econômicas assumem as diferenças e desigualdades raciais, de classe e de gênero como naturais e as recriam por meio da marginalização de setores específicos da sociedade (Organization of American States, 2014). As classes mais baixas, os povos indígenas, os não brancos e as mulheres não podem atingir todo o seu potencial: embora exista a possibilidade de melhorar suas condições físicas, mentais e emocionais, o conhecimento, a liberdade de ação, os bens e/ou serviços necessários para esse desenvolvimento são mantidos fora de seu alcance (ver Galtung, 1969). É difícil indicar determinados indivíduos como perpetradores dessa marginalização, mas podemos dizer que existem estruturas de poder para criar vencedores e perdedores. Farmer considera que isso é violência estrutural, ou seja,

*“violência exercida sistematicamente – isto é, indiretamente – por todos que pertencem a uma determinada ordem social [...] a máquina social de opressão [...] estruturas que são ao mesmo tempo ‘pecaminosas’ e ostensivamente ‘culpa de ninguém’” (2004: 307).*

As pessoas não são iguais de fato, não recebem uma consideração igual e, portanto, também não são livres para agir.

Enquanto o Estado é um espaço onde a desigualdade é reproduzida, os regulamentos e as prioridades programáticas

de um Estado ativista fornecem um nível mínimo de proteção aos marginalizados (O’Donnell, 1993). O paradigma neoliberal, no entanto, sustenta que as pessoas devem encontrar seu próprio caminho no mercado, em vez de depender do Estado. Mas, na América Latina, as economias reestruturadas neoliberalmente encolheram ou estagnaram. Sem intervenção estatal não houve espaço para setores marginalizados na economia formal e até mesmo as classes médias foram dizimadas (Hellman, 1994; Fernández-Kelly; Shefner; 2006). Quando o Estado é removido, uma subclasse absoluta é criada (Centeno; Portes, 2006).

O resultado da infeliz combinação de neoliberalismo, democracia, pobreza e desigualdade é a criação de um novo conjunto de incentivos ao clientelismo. Nas democracias neoliberais, os candidatos políticos não podem competir com base em um leque aberto de opções políticas. Burocracias enfraquecidas não têm recursos humanos nem materiais suficientes para atender às necessidades daqueles que reivindicam, de modo que as pessoas podem esperar pouca ajuda com os processos burocráticos e longos tempos de espera para o atendimento das necessidades. Os incentivos para usar métodos fora das regras formais de interação democrática, racional-legal são grandes. Políticos que precisam de votos usam recursos seletivamente para recompensar o apoio existente e tentam gerar novas fontes de apoio. Os burocratas sucumbem à pressão política para seguir as demandas feitas pelos apoiadores políticos porque sua lealdade será recompensada com avanços na carreira e acesso mais fácil a recursos. Por questões de conveniência, eles lidam com as demandas feitas por pessoas cuja documentação está completa

primeiro e os intermediários preenchem a lacuna criada por agências estatais com poucos funcionários para ajudar as pessoas a se organizarem e reduzirem o tempo de espera.

Sob um Estado ativista, os agentes do Estado e os representantes eleitos têm acesso aos recursos, dando-lhes a oportunidade de distribuí-los de forma política ou pessoalmente direcionada, e os governos podem usar estrategicamente os recursos para dividir e conquistar a população. Sob um estado neoliberal, as oportunidades para tal distribuição são restritas, mas a escassez de recursos fornece incentivos para uma competição feroz pelos bens e serviços disponíveis. Os governos não têm mais uma gama de opções de políticas mas estão limitados à austeridade. No entanto, eles ainda precisam competir por votos e os eleitores ainda precisam de recursos. Nesse contexto, os incentivos ao clientelismo passam da oportunidade para a necessidade.

## **Democracia neoliberal e clientelismo na América Latina**

---

Desde o final da década de 1970, os países latino-americanos e caribenhos (exceto Cuba e as pequenas ilhas caribenhas dependentes de potências externas) se afastaram do autoritarismo. Realizam-se eleições relativamente livres e justas, o sufrágio é universal, os direitos e liberdades dos cidadãos são protegidos constitucionalmente e os meios de comunicação são geralmente capazes de cobrir e criticar a política. Enquanto funcionam, muitas

dessas democracias não são fortes: as elites mantêm seu poder e a lei apenas restringe fracamente seu comportamento, na prática (Isbester, 2011).

Ao mesmo tempo, os eleitores têm concepções gerais sobre o que é a democracia e o que ela deve fazer. Isso inclui preocupações formais e institucionais, como eleições livres e justas e garantias de liberdades civis, e também as questões substantivas de igualdade, crescimento econômico e melhor acesso à educação, saúde e outros programas de bem-estar social (Baviskar; Malone, 2004). Na terceira onda de democratização, os eleitores foram ativamente encorajados a acreditar no poder da democracia para aumentar o bem-estar econômico e o bem-estar social. Por exemplo, em sua campanha para a eleição presidencial que acabaria com a ditadura militar argentina em 1983, Raúl Alfonsín usou o *slogan* “com democracia se come, se cura, se educa” (citado em Tedesco, 1999, p. xiii). Essas visões de democracia se encaixam mal com os regimes contemporâneos porque a democratização tem sido tão intimamente ligada à contenção neoliberal do Estado.

Após a crise da dívida do final dos anos 1970 e 1980, especialistas econômicos internacionais, instituições multilaterais, bem como economistas e políticos internos tentaram diminuir o tamanho e o poder do Estado na América Latina (e além) porque o consideravam responsável pela crise, por meio de gastos excessivos e práticas corruptas. Aparatos burocráticos foram simplificados, programas sociais e econômicos descartados, moedas desvalorizadas, mercados liberados e responsabilidades fiscais e políticas descentralizadas. Os proponentes da reestruturação argumentavam que,

livres da interferência do Estado, o capital privado e o mercado seriam mais competitivos, gerando crescimento econômico e criando oportunidades de emprego formal por meio das quais a riqueza escorreria para os setores mais pobres (McMichael, 2012).

Embora as reformas tenham controlado a inflação, elas falharam em todos os outros casos. As sociedades latino-americanas eram muito desiguais para que o experimento neoliberal tivesse sucesso. Uma grande porcentagem daqueles que precisavam de emprego eram pobres e sem instrução e até mesmo as classes médias viviam, em grande parte, de empregos no setor público. A privatização significou uma redução no número de vagas disponíveis e uma redução nas taxas de remuneração e segurança das vagas que permaneceram, enquanto a retirada do apoio estatal às empresas privadas existentes resultou no fechamento de muitas que não conseguiram acompanhar a concorrência estrangeira. Empresas nacionais e estrangeiras bem-sucedidas preferiram investir seus lucros internacionalmente do que participar da criação de empregos e crescimento local de longo prazo (Centeno; Portes, 2006).

Nas três décadas anteriores à crise, o crescimento anual do PIB foi de 5,5%, mas foi de apenas 1,1% de 1980 a 1990, depois 2,6% de 1990 a 2000 e 1,8% de 2000 a 2003 (Ocampo, 2004; ECLAC 2018a)<sup>3</sup>. A inflação média foi de 36% na década de 1980, explodindo para 148% na década

de 1990 (com um pico registrado de 568% em 1990) e se estabilizando em 9,3% entre 1998 e 2003 (ECLAC 2018b). Medida de acordo com a escala de Gini, a desigualdade era de 0,55 em 1980, 0,583 em 1990, 0,541 em 1999 e 0,547 em 2002, com os 5% mais ricos da população recebendo 25% da renda total e os 35% mais pobres recebendo apenas 7,5%, com o aumento do desemprego e a queda do poder de compra do salário mínimo (Morley, 2001; Lustig; Lopez-Calva; Ortiz-Juarez, 2013; ECLAC 2018c). Os níveis de pobreza oscilaram de 40,5% da população em 1980 para 48,4% em 1990, com média de 45,1% de 1990 a 2002 (ECLAC 2018e).

A pobreza persistente, a desigualdade e a estagnação econômica exasperaram os latino-americanos e afetaram suas avaliações sobre a democracia praticada em seus países. As pessoas apoiaram amplamente a abertura econômica ao comércio exterior e ao investimento, mas queriam que o Estado mantivesse um papel na formação de mercados, investimento econômico, bem-estar e serviços públicos (Hagopian, 2005). Ao classificar os resultados de uma pesquisa sobre o desempenho do governo democrático realizada na Argentina, Brasil, Chile e Guatemala em 2001, os pesquisadores tiveram que incluir uma categoria rotulada “não há democracia”, porque cerca de 15% dos entrevistados indicaram essa opinião (Baviskar; Malone, 2004). Os dados da pesquisa anual do Latinobarômetro também mostraram sistematicamente uma insatisfação significativa dos entrevistados com a democracia (apenas 30,7% satisfeitos com o funcionamento da democracia em 1996 e 25% em 2001) e preferência pelo autoritarismo em determinadas circunstâncias (17% em 1995 e 19% em 2001), especialmente

---

<sup>3</sup> O ano de 2003 é frequentemente utilizado como ponto de partida para medir os efeitos das políticas socioeconômicas adotadas pelos governos de esquerda que sucederam os governos neoliberais dos anos 1980 e 1990.

se este poderia resolver problemas econômicos (Latinobarómetro, 1995; 1996; 2001).

Apesar das indicações de problemas com a produção dos regimes democráticos, o desencanto não levou a consideráveis retrocessos autoritários – embora protestos massivos tenham ocorrido em vários países, incluindo Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela. A estabilidade política, apesar dos maus resultados econômicos e de opinião pública, levou Hagopian e Mainwaring (2005) a argumentar que a experiência latino-americana poderia ser somada à indiana ao demonstrar que o crescimento econômico e o desenvolvimento não eram fatores críticos para a estabilidade democrática. Os autores qualificaram sua descoberta com a conclusão de que a representação política responsiva mediava os efeitos do contexto econômico pobre<sup>4</sup>.

Ainda assim, o argumento de Hagopian (2005) sobre o caráter da responsividade e representação foi marcado por uma importante ambivalência. Seu cerne era a existência de vínculos estreitos entre eleitores e partidos, mas a posição dos eleitores como clientes ou participantes autônomos permanecia indecisa. Uma de suas histórias de sucesso de estabilidade democrática durante a crise econômica foi a Argentina, país em que os laços estreitos da máquina do partido peronista governante com comitês de bairro e outras organizações da sociedade civil ajudaram a manter o apoio dos eleitores (Levitsky, 2005). No entanto, os laços comunitários peronistas são

fortemente clientelistas, com operadores partidários e eleitores que interagem em uma dinâmica socialmente enraizada de troca de recursos por lealdade política.

A reestruturação neoliberal teve efeitos profundos na Argentina. Entre 1991 (quando o Plano de Convertibilidade neoliberal foi introduzido) e 2002, as taxas de crescimento do PIB atingiram uma média modesta de 2,6%, atingindo um pico de 12,7% em 1991 e chegando a - 10,9% em 2002<sup>5</sup>. Taxas de inflação atingiram uma média de 20%, com alta de 171% em 1991 e baixa de - 1,1% em 2001. Do ponto de vista macroeconômico, esses resultados pareciam positivos após uma taxa de crescimento do PIB de - 0,9% e uma taxa de inflação de 724,6% na década de 1980. No entanto, os custos socioeconômicos da reestruturação foram enormes. O desemprego aumentou de 6% em 1991 para 19,7% em 2002, enquanto a média era de 5,8% durante a década de 1980. O subemprego atingiu 16,3% em 2001 e 18,6% em 2002. Os empregos precários sem segurança ou benefícios aumentaram de 26,7% em 1990 para 40% em 2000. A concentração de riqueza também aumentou: os 10% mais ricos da população detinham 40,5% da riqueza em 2002, acima dos 36,6% em 1991, enquanto os 20% mais pobres detinham 2,8% da riqueza em 2002, ante 4,8% em 1991. O índice de Gini, que mede a desigualdade, subiu de 46,8 para 53,8 no mesmo período. O trabalho disponível muitas vezes não pagava o suficiente para as pessoas atenderem às suas necessidades básicas:

---

<sup>4</sup> O argumento sobre a importância da representação é desenvolvido particularmente na conclusão do volume de Hagopian.

---

<sup>5</sup> A eleição de Nestor Kirchner para a presidência em 2003 é geralmente considerada como o fim do período neoliberal ortodoxo.

a taxa de pobreza passou de 14,2% em 1991 para 44,2% em 2002 e a taxa de indigência de 2,4% em 1992 para 18,6% em 2002. Pesquisas indicam que a desconfiança em relação aos instituições estatais cresceu de 73% em 1996 para 92% em 2002, enquanto a crença de que a democracia funciona caiu de 73% para 67% (ECLAC, 2018g; Felder; Patroni, 2011; World Bank, 2018).

Antes da reestruturação econômica na década de 1990, as pessoas em bairros pobres vinculavam o trabalho informal a empregos formais fora das favelas e aqueles em apuros podiam contar com redes de amizade e parentesco para obter ajuda. Com a reestruturação, os vínculos com a economia formal foram cortados e os recursos da rede secaram. Mais pessoas do que nunca precisavam de programas de distribuição de alimentos, mas como o Estado não tinha recursos para tornar tais programas universais, o acesso passou a ser mediado por intermediários políticos. Os moradores precisavam conhecer as pessoas certas – aquelas que trabalhavam para o partido peronista – para ter acesso às informações sobre o momento da distribuição e ter seus nomes colocados nas listas de destinatários. Essa posição de privilégio foi concedida em troca da participação em eleições, manifestações, comícios e outros eventos em apoio aos peronistas (Auyero, 1999a, 1999b). O povo apoiava o próprio partido cujas elites eram responsáveis pela reestruturação.

Caminhos semelhantes caracterizaram outros países. A Bolívia enfrentou a estagflação entre 1979 e 1985: as taxas de inflação cresceram de 19,7% para 11.749,6% e as taxas de crescimento do PIB caíram de 0,1% para - 1,7% entre 1979 e 1985. De 1986

a 2005, os governos bolivianos impuseram algumas das mais severas reestruturações neoliberais da região<sup>6</sup>. Assim como na Argentina, os resultados macroeconômicos foram positivos. As taxas de inflação caíram para 276,3% em 1986, para 14,6% em 1987, e para 5,4% em 2005, para uma média de 22% no período 1986-2005. O PIB voltou a crescer, com média de 3,2% neste período de 20 anos, com alta de 5,3% em 1991 e baixa de - 2,6% em 1986. No entanto, as consequências socioeconômicas foram profundamente negativas. As taxas de desemprego permaneceram estáveis em uma média de 7%, mas as taxas de pobreza aumentaram de 57,7% em 1980 para 66,4% em 2000, diminuindo para 59,4% em 2005. As taxas de indigência explodiram de 7,1% em 1990 para 29,7% em 2000, se nivelando em 20,4% em 2005. O coeficiente de Gini passou de 42 em 1990 para 61,6 em 2000, para 58,5 em 2005. A concentração da riqueza aumentou: os 10% mais ricos da população detinham 31,7% da renda nacional em 1990 e 45,3% em 2005, enquanto os 20% mais pobres detinham 5,6% em 1990 e 2% em 2005. O trabalho formal também se tornou mais escasso e o emprego informal cresceu de 57,6% em 1989 para 69,9% em 2004 (ECLAC, 2018a; ECLAC 2018b; ECLAC 2018d; ECLAC 2018e; ECLAC 2018h; Psacharopoulos *et al.*, 1995; World Bank, 2018).

Marginalizados dos canais e mercados políticos formais, os pobres urbanos bolivianos aproveitaram os poucos momentos de contato com os candidatos políticos

---

<sup>6</sup> A eleição de Evo Morales para a presidência em 2006 é vista como o demarcador do fim do período neoliberal ortodoxo.

disponíveis – aqueles em que os candidatos apareciam para pedir apoio – para obter os poucos recursos (lã de tricô, cimento para prédios escolares locais) que podiam conseguir. Esse era o valor de sua cidadania (Lazar, 2008). Talvez sem surpresa, a taxa de pessoas que acreditavam que a democracia funciona diminuiu de 67% da população boliviana em 1996 para 56% em 2005, enquanto a taxa de desconfiança popular nas instituições estatais permaneceu aproximadamente constante em 75% (ECLAC, 2018g).

O México foi o exemplo (com o Chile) de reformas econômicas neoliberais abrangentes nas décadas de 1980 e 1990. Suas medidas de reestruturação também figuram entre as mais antigas da região, já que o país não experimentou um estado ativista nos anos 2000. No entanto, para fins de comparabilidade, limitamos nossa análise dessas reformas ao período 1989-2005 (ou seja, três governos federais consecutivos). Como consequência das crises de dívida e de estagflação (embora não de hiperinflação) da década de 1980, os governos mexicanos implementaram a partir de 1988 uma série de políticas de ajuste e reestruturação destinadas a reativar a economia. Entre 1982 e 1988, a inflação ficou em torno de 88%, enquanto o crescimento do PIB foi de 2,1% – com quedas pronunciadas para - 4,2% em 1983 e - 3,8% em 1986. A reestruturação reduziu a inflação, que atingiu uma média de 15,2% entre 1989 e 2005. O crescimento do PIB melhorou para uma média de 2,9% no período. Mas as reformas não melhoraram os indicadores socioeconômicos. Enquanto as taxas de pobreza foram ligeiramente reduzidas de 43,7% em 1992 para 41% em 2005, o coeficiente de Gini quase

não mudou, de 53,6 em 1989 para 52,8 em 2005. O desemprego (tradicionalmente subestimado) aumentou de 2,9% em 1989 para 4,7% em 2005. A proporção da força de trabalho empregada no setor informal permaneceu essencialmente estável, de 42,7% em 1992 para 42,5% em 2005. Os 10% mais ricos da população detinham 38,5% da renda nacional em 1992 e 38,9% em 2005, enquanto os 20% mais pobres detinham 4,2% em 1992 e 4,4% em 2005 (ECLAC 2018a; ECLAC 2018b; ECLAC 2018d; ECLAC 2018e; ECLAC 2018h; World Bank, 2018). As estatísticas sobre a aprovação da democracia e a confiança nas instituições estatais infelizmente não são muito reveladoras, dados os efeitos negativos da crise financeira de 1995 (o “Tequilazo”) no momento em que os pesquisadores começaram a interrogar sistematicamente as populações latino-americanas sobre esses assuntos. Além disso, o México não atendeu aos padrões mínimos de democracia até as eleições de 2000. Com essa ressalva, uma média de 65% dos mexicanos desconfiava das instituições estatais e 55% acreditavam que a democracia era a melhor forma de governo entre 1996 e 2005.

Embora comparativamente mais suaves do que o ajuste e a reestruturação na maioria dos outros países latino-americanos, as reformas no Brasil tiveram custos socioeconômicos importantes, contribuindo para a presença generalizada do clientelismo em bairros pobres. Entre 1981 e 1989, a inflação média foi de 354,5%, atingindo um pico de 1.430% em 1989<sup>7</sup>. As taxas de

---

<sup>7</sup> A literatura geralmente considera que os principais elementos do ajuste e reestruturação neoliberal foram implementados durante o período 1990-2002.

crescimento anual do PIB foram em média de 2,3%, com alta de 8% em 1986 e baixa de - 4,4% em 1980. A implementação de medidas de ajuste e reestruturação começou em 1990, mas foi somente em 1994 que o Plano Real combateu com sucesso a inflação: ela variou de 2.947,7% em 1990 a 2.075,9% em 1994, antes de cair para 66% em 1995 e atingir uma média de 7,6% no período 1996-2002. Uma vez que a inflação foi controlada, as taxas de pobreza melhoraram significativamente, passando de 48% em 1990 para 37,8% em 2002. No entanto, o crescimento permaneceu ilusório, com uma média de apenas 2,1% entre 1990 e 2002, raízes dos problemas socioeconômicos que assolam o Brasil. Isso é ilustrado pela estabilidade do coeficiente de Gini, que se manteve em 62 no período, uma das piores pontuações do mundo. Além disso, os níveis de desemprego aumentaram rapidamente, de 3,7% em 1990 para 9,6% em 1999 e 9,2% em 2002. A participação informal no mercado de trabalho passou de 55,2% em 1991 para 58,2% em 2002 em nível nacional, e de 40,6% para 49,1% nas áreas urbanas. Apenas 52% dos brasileiros acreditavam que a democracia era a melhor forma de governo em 1996, índice que caiu para 47% em 2002. Da mesma forma, 66% dos brasileiros não confiavam nas instituições políticas e estatais em 1996, percentual que subiu para 69% em 2002 (ECLAC, 2018a; ECLAC 2018b; ECLAC 2018d; ECLAC 2018e; ECLAC 2018h; ILO, 2018; IPEA, 2018; World Bank, 2018).

Esse contexto repercutiu diretamente nas cidades brasileiras, sendo o Rio de Janeiro talvez o exemplo mais aberrante do recurso ao clientelismo por suas características violentas. A amostra

aleatória de moradores de favela reunida por Perlman (2010) mostra que 32% deles estavam desempregados há mais de 6 meses em 1999, mas esse número subiu para 51% em 2003, quando 23% não tinham renda alguma. O tráfico de drogas explodiu nesses bairros como um dos únicos métodos disponíveis de ganhar dinheiro, principalmente para os homens jovens. Em um contexto de indiferença estatal, os traficantes se estabeleceram como interlocutores locais do poder político: os benefícios de quaisquer programas sociais existentes muitas vezes fluem por meio deles e eles, ou as milícias igualmente exploradoras, organizam o voto local (Arias, 2006, Gay, 2012).

Esses estudos de caso sugerem que o paradoxo da democracia neoliberal latino-americana é que a responsividade de sustentação do regime à qual Hagopian (2005) se referia frequentemente flui por meio dos canais informais muito clientelistas, que são geralmente criticados na literatura como prejudiciais à democracia.

## **A democracia pós-neoliberal como modelo alternativo de inclusão?**

---

A América Latina saiu da década de 1990 cambaleando pelos custos sociais e pela estagnação econômica que acompanharam a reestruturação neoliberal. Isso em grande parte alimentou a percepção popular generalizada de que os governos democráticos careciam de capacidade de resposta e de resolução de crises (Latinobarómetro, 2017). Esse contexto propiciou o surgimento de governos de esquerda, com a intenção de

moderar as consequências do neoliberalismo. Os eleitores começaram a eleger presidentes de esquerda a partir de 1999, com o venezuelano Hugo Chávez. Logo depois, a maior parte da América do Sul e cerca de metade da América Central foram varridas por essa onda de governos pelo menos nominalmente de esquerda. Considera-se geralmente que esta “virada à esquerda” se materializou a sério em 2003 e desapareceu a partir de 2015<sup>8</sup>.

Os governos de esquerda buscaram dinamizar as economias de seus países e enfrentar os problemas socioeconômicos por meio da (re)criação de um Estado ativista e da implementação de uma ampla gama de programas sociais. Algumas das principais políticas adotadas se concentraram no alívio da pobreza por meio de programas financiados pelo Estado direcionados às populações de classe baixa para melhorar o acesso à educação primária e secundária – levando a melhores salários para uma força de trabalho mais qualificada –; à atenção básica à saúde;

e a um plano mínimo de previdência universal; bem como aumentar o salário mínimo e instituir programas de transferência condicional de renda (Birdsall; Lustig; McLeod, 2011). Ainda assim, na maioria dos casos, essas transformações foram implementadas sem comprometer os fundamentos do modelo neoliberal pré-existente: controle da inflação, desregulamentação do comércio e do câmbio financeiro, aumento do investimento privado estrangeiro e doméstico, aumento das reservas fiscais e reembolso da dívida (Kennemore; Weeks, 2011; Grugel; Riggirozzi, 2012).

O surgimento desses governos de esquerda foi acompanhado pelo crescimento econômico – promovido por um *boom* mundial de *commodities* – e pela diminuição da pobreza e da desigualdade. A taxa de crescimento anual do PIB da região foi em média de 4,6% entre 2002 e 2008, antes de cair para - 1,8% em 2009 (após a crise econômica mundial de 2008), recuperando-se para uma média de 3,3% entre 2010 e 2015. Os níveis de desigualdade caíram de um coeficiente de Gini de 54,2 em 2002 para 48,1 em 2014. Os níveis de pobreza caíram de 43,9% em 2002 para 28,2% em 2014 (ECLAC, 2018a; ECLAC 2018c; ECLAC 2018e; World Bank, 2018). Os resultados da pesquisa do Latinobarômetro também melhoraram, embora continuassem a mostrar níveis de satisfação com a democracia pouco impressionantes: 31,5% das pessoas entrevistadas expressaram satisfação com o funcionamento da democracia em 2004, um nível que subiu para 45,4% em 2009 e depois voltou a cair para 38,5% até 2015 (Latinobarómetro, 2017). Essa tendência acompanha o desempenho econômico de forma relativamente próxima: à medida que

---

<sup>8</sup> Os governos da “virada à esquerda” geralmente estão presentes em: Argentina (2003-2015), Bolívia (2006-2019), Brasil (2003-2016), Equador (2007-2017), El Salvador (2009-2019), Honduras (2006-2009), Nicarágua (2007- ), Paraguai (2008-2012), Peru (2011-2016), Uruguai (2005-2020) e Venezuela (1998- ). A maioria dos governos de transição pós-democrática do Chile foram mantidos pela aliança de centro-esquerda Concertación (1989-2010), que instituiu políticas redistributivas relativamente modestas. Sua coalizão sucessora Nueva Mayoría (2014-2018) instituiu políticas socioeconômicas mais abrangentes. Provavelmente estamos vivenciando uma segunda virada que inclui México (2018- ), Argentina (2019- ), Bolívia (2020- ), Peru (2021-), Honduras (2022-), Chile (2021- ), Colombia (2022- ) e Brasil (2023-), mas é muito cedo para apresentar um relatório conclusivo sobre este período.

as economias começaram a oscilar após a crise de 2008-2009, o mesmo ocorreu com os índices de satisfação com a democracia.

Como indicado anteriormente, acreditamos que a intensidade do clientelismo (um mecanismo informal resiliente de acesso ao Estado e seus recursos) como um modo de inclusão política deve diminuir quando as instituições democráticas formais e os sistemas econômicos formais são capazes de lidar com a pobreza e a desigualdade de uma forma considerada pela população como eficiente e responsiva. O caso do Brasil entre 2003 e 2014 parece sustentar amplamente esse argumento – embora não de forma conclusiva, devido à dificuldade de mensurar com exatidão as ocorrências de clientelismo.

O Brasil foi muitas vezes referenciado como modelo de conquistas políticas e socioeconômicas para os governos da “virada à esquerda”, até que as crises econômica e constitucional que afetaram o país a partir de 2014 e 2016, respectivamente, minaram essa percepção. Quando o ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para a presidência do Brasil no final de 2002, a comunidade internacional estava inicialmente desconfiada. Mas logo percebeu que o governo Lula aderiria ao acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, renunciaria aos segmentos socialistas mais salientes de sua agenda e não ameaçaria a ordem global estabelecida em favor do mercado e das instituições políticas democráticas. De fato, no final da primeira década dos anos 2000, o paradigma de Crescimento Inclusivo do Banco Mundial, que continuava a considerar o crescimento econômico por meio da livre-concorrência de mercado como a resposta

aos problemas da América Latina, mas permitia um papel do governo na criação do crescimento (Saad-Filho, 2010), correspondeu bem às prioridades políticas do Brasil sob Lula (2003-2010) e o primeiro mandato de sua sucessora Dilma Rousseff (2011-2014).

O desempenho econômico do Brasil foi positivo entre 2003 e 2014. O crescimento médio do PIB foi de 4,2% entre 2003 e 2008, caindo para -0,1% durante a crise econômica mundial e retornando a 3,4% entre 2010 e 2014. As taxas de inflação permaneceram estáveis em torno de 6,3%, contribuindo para a preservação do poder de compra das classes mais baixas. Ainda mais notável, a taxa de pobreza caiu de 38,7% em 2003 para 16,5% em 2014, enquanto o setor informal caiu de 57,4% em 2003 para 47,3% em 2014 nacionalmente, e de 48,2% para 38,8% nas áreas urbanas. O desemprego no setor formal caiu de 9,7% em 2003 para 6,5% em 2014. O coeficiente de Gini encolheu de 57,6 em 2003 para 51,5 em 2014. Finalmente, os 10% mais ricos da população detinham uma parcela decrescente da riqueza do país, de 45,4% em 2003 para 40,6% em 2014, enquanto a participação dos 20% mais pobres passou de 2,6% em 2003 para 3,7%. (ECLAC, 2018a; ECLAC 2018b; ECLAC 2018c; ECLAC 2018d; ECLAC 2018e; ECLAC 2018h; IPEA, 2018; World Bank, 2018).

Essas melhorias socioeconômicas foram o resultado de vários fatores. É certo que o crescimento sustentado e as taxas de inflação estáveis contribuíram para um contexto econômico – pelo menos teoricamente – propício ao aumento do emprego formal e dos salários reais, bem como ao aumento das receitas tributárias do Estado. No entanto,

parece que o ativismo econômico do Estado representou o principal elemento causal dessas mudanças. Os governos Lula e Dilma decretaram aumentos sucessivos do salário mínimo, de modo que o salário mínimo real (em R\$ constantes de 2018) aumentou 58% durante o período de 12 anos, de R\$ 546,96 para R\$ 930,98. Isso teve um impacto imediato sobre os trabalhadores formais e informais, proporcionando uma renda disponível que antes estava fora do alcance de milhões de brasileiros de classe baixa (Mayer, 2016).

O governo Lula também implementou o programa de transferência condicionada de renda Bolsa Família, continuado por Dilma. Um dos CCTs com melhor desempenho na América Latina, o Bolsa Família é um programa federal que concede às famílias pobres um modesto subsídio condicionado ao envio de seus filhos à escola, exames regulares de saúde, obrigatoriedade de vacinação e educação nutricional (Veras Soares; Perez Ribas; Guerreiro Osório, 2010). O programa atingiu cerca de 50 milhões de brasileiros pobres. Além disso, os sistemas públicos de pensão e previdência social foram ampliados em 2007, para incluir trabalhadores do setor informal (particularmente rural) (Ansell, 2011). Isso permitiu que milhões de brasileiros pobres anteriormente excluídos tivessem acesso a uma renda previdenciária mínima e proteção social básica. Juntos, os aumentos do salário mínimo, a Bolsa Família e as reformas previdenciária foram fundamentais no esforço para reduzir a pobreza no Brasil (ECLAC, 2013; ILO, 2011; Kliass, 2011, p. 20; Morais; Saad-Filho, 2011).

No passado, os governos nacionais e locais usavam programas de alívio da

pobreza para estabelecer laços clientelistas com os beneficiários do programa. Assim, alguns autores alertaram que o Bolsa Família poderia servir, e serviu, para estabelecer clientelismo entre os beneficiários e o presidente (especialmente Lula) ou autoridades locais (Ansell; Mitchell 2011; Hall, 2006; 2008; 2012; Hunter; Power, 2007; Zucco, 2008). Tais acusações foram particularmente fortes após as vitórias eleitorais de Lula e Dilma em 2006 e 2010, dado o apoio que receberam de cidadãos que viviam em áreas mais pobres do Brasil, majoritariamente beneficiários do Bolsa Família.

No entanto, vários estudos mostraram que, embora o Bolsa Família tenha tido um impacto nos resultados eleitorais, esse efeito foi pequeno, ao contrário do que havia sido alegado (ver Soares, 2012 para um resumo desses estudos). Além disso, o impacto eleitoral do Bolsa Família não foi resultado de beneficiários se sentirem obrigados a votar em Lula ou Dilma – ou mesmo no PT – como seria típico de uma relação clientelista. Pelo contrário, o efeito eleitoral resultou de eleitores avaliando racionalmente a melhoria de sua situação socioeconômica durante o período em questão (Pereira, 2015).

Diretamente pertinente ao nosso argumento, a pesquisa indica que a burocracia federal brasileira implementou o Bolsa Família com “um alto grau de competência técnica, uniformidade e imparcialidade”, e “de forma relativamente centralizada, tecnocrática e imparcial, [que] envolveu relativamente poucos regateios, concessões e mecenato que caracterizam as relações executivo-legislativo no Brasil” (Pereira, 2015, p. 1690, 1695). De fato,

Sugiyama e Hunter (2013) explicam que o desenho e a implementação de políticas sociais impactam significativamente as reações dos beneficiários. Eles mostram que “a forma como o Bolsa opera faz com que os cidadãos comuns percebam limites no alcance da interferência política local”, e que “a esmagadora maioria foi rápida em perceber o Bolsa Família como uma forma não clientelista de alívio da pobreza, muito diferente do as habituais manobras e negociações políticas” (Sugiyama; Hunter, 2013, p. 57).

De fato, o Bolsa Família promoveu a inclusão política, a formação da cidadania e a capacidade de reivindicação de direitos dos beneficiários. Os beneficiários consideraram o Bolsa Família “isolado da compra de votos e de outras dinâmicas clientelistas” (Sugiyama; Hunter, 2013, p. 58). Eles também acreditavam que seu acesso ao programa era em virtude de sua cidadania e de qualificação objetiva (por ser pobre), não como um favor recebido em troca de apoio político (Hunter; Sugiyama, 2014). Esses resultados podem ser atribuídos à forma como os governos Lula e Dilma estruturaram e implementaram o programa, enfatizando consistentemente a inclusão social e os direitos.

Além disso, a redução significativa da pobreza e da marginalização socioeconômica do Bolsa Família, bem como a capacidade emergente dos brasileiros pobres de reivindicar direitos, diminuiu a probabilidade de que os beneficiários se envolvessem em redes clientelistas como resultado da miséria e da falta de vínculos sociopolíticos (Daïeff, 2016; Pereira, 2015). Em outras palavras, o Bolsa Família reduziu significativamente a necessidade material

dos milhões de brasileiros pobres que participam do programa, ao mesmo tempo em que aumentou seu senso de inclusão sociopolítica e agência. Por sua vez, isso tornou os beneficiários menos propensos a se envolver em redes clientelistas como resultado de suas necessidades materiais não serem atendidas e de um sentimento de falta de ação e influência política.

Este estudo de caso ajuda a demonstrar nossa afirmação de que, no contexto de um regime democrático, um Estado intervencionista com uma burocracia (moderadamente) racional pode projetar políticas sociais eficientes que temperem os custos socioeconômicos da reestruturação neoliberal. Em particular, essas políticas sociais contribuem para reduzir a pobreza e a desigualdade. Devidamente concebidas, tais políticas também podem promover um senso de agência e uma maior inclusão política ao construir a cidadania entre os pobres. Por sua vez, argumentamos que essas mudanças ajudam a diminuir – e eventualmente derrotar – a probabilidade de que as populações pobres recorram ao clientelismo para sobreviver ou por falta de conhecimento e senso de valor político, assim “transformando sujeitos em cidadãos” (Hunter; Sugiyama, 2014).

## Conclusão

---

Argumentamos que o clientelismo continuou como uma fonte significativa de inclusão política na América Latina desde o retorno da região à democracia devido, em grande parte, aos efeitos das políticas

econômicas neoliberais. Também afirmamos que altos níveis de pobreza e desigualdade desempenharam um papel crucial como fatores intervenientes nessa equação. Ao enfraquecer a capacidade do Estado e reduzir os programas sociais, a reestruturação neoliberal gerou níveis crescentes de pobreza e desigualdade. Dado que uma parcela significativa das necessidades materiais básicas da população não foi atendida e a falta de apoio estatal foi prevacente, esse contexto impactou negativamente o apoio popular à democracia e incentivou a continuidade de práticas clientelistas. No entanto, sugerimos que a difusão do clientelismo pode ser reduzida se instituições democráticas de amplo funcionamento e uma burocracia um tanto profissionalizada forem conjugadas com um modelo econômico mais socialmente orientado e, em particular, com políticas sociais que contribuam significativamente para a redução dos níveis de pobreza e desigualdade ao construir a cidadania. À medida que as necessidades materiais diminuem e as pessoas pobres desenvolvem um senso de ação política, os incentivos para recorrer ao clientelismo devem diminuir. Pesquisas adicionais ainda são necessárias para fundamentar ainda mais esse argumento, mas o estudo de caso do Brasil sob o programa Bolsa Família sugere que isso representa um tema de exploração que vale a pena. ■

[ TINA HILGERS ]

Professora Associada de Ciência Política da Concordia University (Montreal, Canadá), Diretora do Laboratório de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos da Concordia University (LLACS) e Pesquisadora da Equipe de Pesquisa em Inclusão e Governança na América Latina (ERIGAL). Entre outras publicações, é organizadora (com Jorge Luiz Barbosa) do livro *Identidade, Território e Política no contexto de violência na América Latina*, Rio de Janeiro: Observatório de Favelas. E-mail: tina.hilgers@concordia.ca

[ JEAN FRANÇOIS MAYER ]

Professor Associado de Ciência Política da Concordia University (Montreal, Canadá), Pesquisador da Equipe de Pesquisa em Inclusão e Governança na América Latina (ERIGAL), e Pesquisador do Laboratório de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos da Concordia University (LLACS). Também é parceiro do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Município de São Paulo (STDMS). Entre outras publicações, é coautor do livro *Labor Politics in Latin America*, Gainesville: University of Florida Press. E-mail: jean.mayer@concordia.ca

## Referências

---

ANSELL, Aaron. Brazil's social safety net under Lula. **NACLA Reporting on the Americas**, Nova York, v. 44, n. 2, p. 23-26, 2011.

ANSELL, Aaron; MITCHELL, Ken. Models of clientelism and policy change: the case of conditional cash transfer programmes in Mexico and Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, Hoboken, v. 30, n. 2, p. 298-312, 2011.

ARIAS, Desmond. The dynamics of criminal governance: networks and social order in Rio de Janeiro. **Journal of Latin American Studies**, v. 38, n. 2, p. 293-325, 2006.

AUYERO, Javier. Performing Evita: a tale of two Peronist women. **Journal of Contemporary Ethnography**, Thousand Oaks, v. 27, n. 4, p. 461-493, 1999a.

AUYERO, Javier. "From the client's point(s) of view": how poor people perceive and evaluate political clientelism. **Theory and Society**, Heidelberg, v. 28, n. 2, p. 297-334, 1999b.

BAVISKAR, Siddhartha; MALONE, Mary Fran T. What democracy means to citizens – and why it matters. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, Amsterdam, n. 76, p. 3-23, 2004.

BECHLE, Karsten. Neopatrimonialism in Latin America: prospects and promises of a neglected concept. **GIGA Working Papers**, Hamburgo, n. 153, 2010.

BIRDSALL, Nancy; LUSTIG, Nora; MCLEOD, Darryl. Declining inequality in Latin America: some economics, some politics. **Center for Global Development Working Paper**, Washington, DC, n. 251, 2011.

BRINKS, Daniel M. The rule of (non)law: prosecuting police killings in Brazil and Argentina. *In*: HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven (ed.). **Informal institutions and democracy: lessons from Latin America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006. p. 201-226.

BROWN, Wendy. Neo-liberalism and the end of liberal democracy. **Theory & Event**, Baltimore, v. 7, n. 1, 2003.

CENTENO, Miguel Angel; PORTES, Alejandro. The informal economy in the shadow of the State. *In*: FERNÁNDEZ-KELLY, Patricia; SHEFNER, Jon (ed.). **Out of the shadows: political action and the informal economy in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2006. p. 23-48.

CORNELIUS, Wayne A. **Politics and the migrant poor in Mexico City**. Redwood City: Stanford University Press, 1975.

DAHL, Robert A. **Polyarchy**: participation and opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.

DAÏEFF, Lorenzo. Social policies for social polities: how conditional cash transfers are undermining traditional patrons in Northeast Brazil. **Revue Interventions Économiques**, Montreal, n. 56, p. 1-23, 2016.

DURAZO HERRMANN, Julián. Reflections on regime change and democracy in Bahia, Brazil. **Latin American Research Review**, Cambridge, v. 49, n. 3, p. 23-44, 2014.

ECLAC – Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **Rate of growth of annual gross domestic product (GDP) at constant prices**. Santiago de Chile, 2018a. Base de dados. Disponível em: <http://bit.ly/3YFbxGr>. Acesso em: 16 fev. 2023.

ECLAC – Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **Annual growth rate of the consumer prices index**: december to december. Santiago de Chile, 2018b. Base de dados. Disponível em: <http://bit.ly/41XFYKV>. Acesso em: 7 jun. 2022.

ECLAC – Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **Gini coefficient**. Santiago de Chile, 2018c. Base de dados. Disponível em: <http://bit.ly/41XFYKV>. Acesso em: 7 jun. 2022.

ECLAC – Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **Distribution of national income by deciles, by geographic areas**. Santiago de Chile, 2018d. Base de dados. Disponível em: <http://bit.ly/41XFYKV>. Acesso em: 7 jun. 2022.

ECLAC – Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **Population living below the extreme poverty and poverty by geographical areas**. Santiago de Chile, 2018e. Base de dados. Disponível em: <http://bit.ly/41XFYKV>. Acesso em: 7 jun. 2022.

ECLAC – Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **Distrust in the political and state institutions by sex**. Santiago de Chile, 2018f. Base de dados. Disponível em: <http://bit.ly/41XFYKV>. Acesso em: 7 jun. 2022.

ECLAC – Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **Percentage of people who believe that democracy is the best form of government by sex**. Santiago de Chile, 2018g. Base de dados. Disponível em: <http://bit.ly/41XFYKV>. Acesso em: 7 jun. 2022.

ECLAC – Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **Unemployment rate by sex**. Santiago de Chile, 2018h. Base de dados. Disponível em: <http://bit.ly/41XFYKV>. Acesso em: 7 jun. 2022.

ECLAC – Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **Statistical yearbook of Latin America and the Caribbean**. Eclac: Santiago de Chile, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3JwhzES>. Acesso em: 8 jun. 2022.

FARMER, Paul. An anthropology of structural violence. **Current Anthropology**, Chicago, v. 45, n. 3, p. 305-325, 2004.

FELDER, Ruth; PATRONI, Viviana. Austerity and its aftermath: neoliberalism and labour in Argentina. **Socialist Studies**, Edmonton, v. 7, n. 1-2, p. 259-281, 2011.

FERNÁNDEZ-KELLY, Patricia; SHEFNER, Jon (ed.). **Out of the shadows: political action and the informal economy in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2006.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. **Journal of Peace Research**, Thousand Oaks, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GANS-MORSE, Jordan; MAZZUCA, Sebastián; NICHTER, Simeon. Varieties of clientelism: machine politics during elections. **American Journal of Political Science**, Bloomington, v. 58, n. 2, p. 415-432, 2014.

GAY, Robert. Clientelism, democracy, and violence in Rio de Janeiro. In: HILGERS, Tina (ed.). **Clientelism in everyday Latin American politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 81-98.

GAY, Robert. The even more difficult transition from clientelism to citizenship: Lessons from Brazil. In: FERNÁNDEZ-KELLY, Patricia; SHEFNER, Jon (ed.). **Out of the shadows: political action and the informal economy in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2006. p. 195-217.

GAY, Robert. The broker and the thief: a parable (reflections on popular politics in Brazil). **Luso-Brazilian Review**, Madison, v. 36, n. 1, p. 49-70, 1999.

GELLNER, Ernest. Patrons and clients. In: GELLNER, Ernest; WATERBURY, John (ed.). **Patrons and clients in Mediterranean societies**. London: Duckworth, 1977. p. 1-6.

GERRING, John; THACKER, Strom C. Do neoliberal policies deter political corruption? **International Organization**, Cambridge, v. 59, n. 1, p. 233-254, 2005.

GRINDLE, Merilee Serrill. **Bureaucrats, politicians, and peasants in Mexico**: a case study in public policy. Berkeley: University of California Press, 1977.

GRUGEL, Jean; RIGGIROZZI, Pia. Post-neoliberalism in Latin America: rebuilding and reclaiming the state after crisis. **Development and Change**, Hoboken, v. 43, n. 1, p. 1-21, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Between facts and norms**: contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge: The MIT Press, 1996.

HAGOPIAN, Frances. Government performance, political representation, and public perceptions of contemporary democracy in Latin America. *In*: HAGOPIAN, Frances; MAINWARING, Scott P. (ed.). **The third wave of democratization in Latin America**: advances and setbacks. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 319-362.

HAGOPIAN, Frances; MAINWARING, Scott P. (ed.). **The third wave of democratization in Latin America**: advances and setbacks. New York: Cambridge University Press, 2005.

HALL, Anthony. The last shall be first: political dimensions of conditional cash transfers in Brazil. **Journal of Policy Practice**, Berlin, v. 11, n. 1-2, p. 25-41, 2012.

HALL, Anthony. Brazil's Bolsa Família: a double-edged sword? **Development and Change**, Hoboken, v. 39, n. 5, p. 799-822, 2008.

HALL, Anthony. From Fome Zero to Bolsa Família: social policies and poverty alleviation under Lula. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 38, n. 4, p. 689-709, 2006.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

HELLMAN, Judith Adler. Mexican popular movements, clientelism, and the process of democratization. **Latin American Perspectives**, Thousand Oaks, v. 21, n. 2, p. 124-142, 1994.

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven (ed.). **Informal institutions and democracy**: lessons from Latin America. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

HILGERS, Tina. "Who is using whom?" Clientelism from the client's perspective. **Journal of Iberian and Latin American Research**, Oxfordshire, v. 15, n. 1, p. 51-75, 2009.

HILGERS, Tina. Clientelism and conceptual stretching: differentiating among concepts and among analytical levels. **Theory and Society**, Thousand Oaks, v. 40, n. 5, p. 567-588, 2011.

HOLLAND, Alisha C. **Forbearance as redistribution**: the politics of informal welfare in Latin America. New York: Cambridge University Press, 2017.

HUNTER, Wendy; SUGIYAMA, Natasha Borges. Transforming subjects into citizens: insights from Brazil's Bolsa Família. **Perspectives on Politics**, Cambridge, v. 12, n. 4, p. 829-845, 2014.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. **Latin American Politics and Society**, Cambridge, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007.

ILO - International Labour Organization. **Key Indicators of the Labour Market**. Geneva, 2018. Base de dados. Disponível em: <https://bit.ly/3Lg375c>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ILO - International Labour Organization. The International Institute for Labour Studies. **Brazil**: an innovative income-led strategy. Geneva: The International Institute for Labour Studies, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3J0tWbU>. Acesso em 10 jun. 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata**. Macroeconômico. Temas. Emprego. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Y7vOUs>. Acesso em: 9 jun. 2022.

ISBESTER, Katherine. Issues and institutions in Latin American governance. In: ISBESTER, Katherine. **The paradox of democracy in Latin America**: ten country studies of division and resilience. Toronto: University of Toronto Press, 2011. p. 77-104.

KENNEMORE, Amy; WEEKS, Gregory. Twenty-first century socialism? The elusive search for a post-neoliberal development model in Bolivia and Ecuador. **Bulletin of Latin American Research**, Londres, v. 30, n. 3, p. 267-281, 2011.

KITSCHOLT, Herbert; WILKINSON, Steven I. (ed.). **Patrons, clients, and policies**: patterns of democratic accountability and political competition. New York: Cambridge University Press, 2007.

KLIASS, Paulo. Lula's political economy: crisis and continuity. **NACLA Report on the Americas**, Washington, DC, v. 44, n. 2, p. 19-22, 2011.

LANDÉ, Carl H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, Steffen W. et al. (ed.). **Friends, followers, and factions**: a reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977. p. 75-99.

LATINOBARÓMETRO. **Informe de prensa Latinobarómetro 1995**. Santiago de Chile, 1995. Disponível em: <http://bit.ly/3LeREmC>. Acesso em: 30 mar. 2022.

LATINOBARÓMETRO. **Informe de prensa Latinobarómetro 1996**. Santiago de Chile, 1996. Disponível em: <http://bit.ly/3LeREmC>. Acesso em: 30 mar. 2022.

LATINOBARÓMETRO. **Informe de prensa Latinobarómetro 2001**. Santiago de Chile, 2001. Disponível em: <http://bit.ly/3LeREmC>. Acesso em: 30 mar. 2022.

LATINOBARÓMETRO. **Informe de prensa Latinobarómetro 2017**. Santiago de Chile, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/3LeREmC>. Acesso em: 30 mar. 2022.

LAZAR, Sian. Personalist politics, clientelism and citizenship: local elections in El Alto, Bolivia. **Bulletin of Latin American Research**, v. 23, p. 228-243, 2004.

LAZAR, Sian. **El Alto, Rebel city**: self and citizenship in Andean Bolivia. Durham: Duke University Press, 2008.

LEVITSKY, Steven. Argentina: democratic survival amidst economic failure. In: HAGOPIAN, Frances; MAINWARING, Scott P. (ed.). **The third wave of democratization in Latin America**: advances and setbacks. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 63-89.

LIJPHART, Arend. **Electoral systems and party systems**: a study of twenty-seven democracies, 1945-1990. New York: Oxford University Press, 1994.

LIJPHART, Arend. Constitutional design for divided societies. In: DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. (ed.). **Democracy**: a reader. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009. p. 139-152.

LOMNITZ, Larissa Adler. Informal exchange networks in formal systems: a theoretical model. **American Anthropologist**, Hopewell, v. 90, n. 1, p. 42-55, 1988.

LUSTIG, Nora; LOPEZ-CALVA, Luis F.; ORTIZ-JUAREZ, Eduardo. Deconstructing the decline in inequality in Latin America. **Policy Research Working Paper**, Washington, DC, n. 6552, 2013.

MAYER, Jean François. The limits of labor legislation reforms: rigidity, growth, and employment in Brazil (1995-2010). **Journal of Politics in Latin America**, Thousand Oaks, v. 8, n. 1, p. 95-127, 2016.

MCMICHAEL, Philip. **Development and social change**: a global perspective. Fifth Edition. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012.

MONTAMBEAULT, Françoise. **The politics of local participatory democracy in Latin America**: institutions, actors, and interactions. Stanford: Stanford University Press, 2015.

MORAIS, Lécio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 507-527, dez. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/3ZBSOg0>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MORLEY, Samuel A. **The income distribution problem in Latin America and the Caribbean**. Santiago: United Nations; CEPAL/ECLAC Books, 2001.

NYLEN, William R. **Participatory democracy versus elitist democracy: lessons from Brazil**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

OCAMPO, José Antonio. Latin America's growth and equity frustrations during structural reforms. **Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, v. 18, n. 2, p. 67-88, 2004.

O'DONNELL, Guillermo. On the state, democratization and some conceptual problems: A Latin American view with glances at some post-communist countries. **World Development**, Amsterdam, v. 21, n. 8, p. 1355-1369, ago. 1993.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Inequality and social inclusion in the Americas**: 14 essays. 2. ed. Washington, DC: Organization of American States, 2014.

OXHORN, Philip. Social inequality, civil society, and the limits of citizenship in Latin America. In ECKSTEIN, Susan Eva; WICKHAM-CROWLEY, Timothy P. (ed.). **What Justice? Whose Justice? Fighting for Fairness in Latin America**. Berkeley: University of California Press, 2003. p. 35-63.

PELLICER, Miquel; WEGNER, Eva. Electoral rules and clientelistic parties: a regression discontinuity approach. **Quarterly Journal of Political Science**, Boston, v. 8, n. 4, p. 339-371, out. 2013.

PEREIRA, Anthony W. Bolsa Família and democracy in Brazil. **Third World Quarterly**, Abingdon, v. 36, n. 9, p. 1682-1699, set. 2015.

PERLMAN, Janice E. **Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro**. New York: Oxford University Press, 2010.

PSACHAROPOULOS, George *et al.* Poverty and income inequality in Latin America during the 1980s. **The Review of Income and Wealth**, Hoboken, v. 41, n. 3, p. 245-264, set. 1995.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

SAAD-FILHO, Alfredo. **Growth, poverty and inequality: from Washington Consensus to inclusive growth**. New York, NY: United Nations Department of Economic and Social

Affairs, 2010. (DESA Working Paper No. 100). Disponível em: <https://bit.ly/3FflWI9>. Acesso em: 2 jun. 2022.

SCHMIDT, Steffen W. *et al.* (ed.). **Friends, followers, and factions**: a reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977.

SCHMITTER, Philippe C.; KARL, Terry Lynn. What Democracy is... and is not. **Journal of Democracy**, Washington, DC, v. 2, n. 3, p. 75-88, 1991.

SCHUMPETER, J. **Capitalism, socialism & democracy**. Oxfordshire: Taylor & Francis e-Library, 2003.

SCOTT, James C. Patron-client politics and political change in Southeast Asia. *In*: SCHMIDT, Steffen W. *et al.* (ed.). **Friends, followers, and factions**: a reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977. p. 123-146.

SHEFNER, Jon. What is politics for? Inequality, representation, and needs satisfaction under clientelism and democracy. *In*: HILGERS, Tina. **Clientelism in everyday Latin American politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 41-59.

SHEFNER, Jon. **The illusion of civil society**: democratization and community mobilization in low-income Mexico. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2008.

SHEFNER, Jon. Coalitions and clientelism in Mexico. **Theory and Society**, New York, v. 30, n. 5, p. 593-628, out. 2001.

SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in Central Italy. **Ethnology**, Pittsburgh, v. 4, n. 2, p. 172-189, abr. 1965.

SOARES, Sergei. **Bolsa Família**: its design, its impacts and possibilities for the future. Brasília: International Policy Center for Inclusive Growth, fev. 2012. (Working Paper No. 89). Disponível em: <http://bit.ly/3Laafju>. Acesso em: 2 jun. 2022.

STOKES, Susan. Perverse accountability: a formal model of machine politics with evidence from Argentina. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 99, n. 3, p. 315-325, set. 2005.

STOKES, Susan C. *et al.* **Brokers, voters, and clientelism**: the puzzle of distributive politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SUGIYAMA, Natasha Borges; HUNTER, Wendy. Whither clientelism? Good governance and Brazil's Bolsa Familia Programme. **Comparative Politics**, New York, v. 46, n. 1, p. 43-62, out. 2013.

SZWARCBERG, Mariela. **Mobilizing poor voters**: machine politics, clientelism, and social networks in Argentina. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

TEDESCO, Laura. **Democracy in Argentina**: hope and disillusion. London: Routledge, 1999.

TILLY, Charles. **Trust and rule**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. Washington, DC: Regnery Publishing, 2003.

VERAS SOARES, Fábio; PEREZ RIBAS, Rafael; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família. **Latin American Research Review**, Cambridge, v. 45, n. 2, p. 186-187, set. 2010.

WEBER, Max. **Economy and society**: an outline of interpretive sociology. Berkeley: University of California Press, 1978. v. 1.

WEINGROD, Alex. Patronage and power. *In*: GELLNER, Ernest; WATERBURY, John (ed.). **Patrons and clients in Mediterranean societies**. London: Duckworth; Center for Mediterranean Studies of the American Universities Field Staff, 1977. p. 44-51.

WORLD BANK. **World development indicators**. Base de dados. Washington, DC, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/41XYa6Z>. Acesso em: 9 jun. 2022.

ZUCCO, Cesar. The president's 'new' constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 elections. **Latin American Research Review**, Cambridge, v. 40, n. 1, p. 29-49, fev. 2008.

TRAJETÓRIA  
DAS EMISSORAS  
LEGISLATIVAS  
DO NORDESTE:  
TV ASSEMBLEIA  
DO RIO GRANDE  
DO NORTE -  
UMA PIONEIRA  
DA REGIÃO

[ ARTIGO ]

**Francisco das Chagas Sales Júnior**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

**Valquíria Aparecida Passos Kneipp**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Este artigo investigou a trajetória das emissoras legislativas no Nordeste brasileiro para compreender melhor o processo de implantação e expansão dos canais destinados à divulgação dos trabalhos dos parlamentos brasileiros. O pioneirismo da TV Assembleia do Rio Grande do Norte revelou que o interesse político em investir em comunicação pública e dar transparência aos trabalhos realizados por deputados é a mola propulsora para existência desses canais. A comunicação pública, no campo conceitual, se apresenta com uma definição polissêmica e seu estudo ainda carece de reflexões pontuais e específicas. O estudo de caso empreendido nesta pesquisa revelou que existe amplo interesse público nesse tipo de comunicação tanto por parte de legisladores (emissores) quanto por parte do telespectador (receptores). Por isso, os estados do Nordeste se empenham em efetivar as emissoras legislativas na região.

**Palavras-chave:** História da mídia. Nordeste. Televisão. Legislativo. Comunicação pública.

This article investigated the trajectory of legislative broadcasters in Northeast Brazil to better understand the process of implanting and expanding channels intended to disseminate the work of Brazilian parliaments. The pioneering spirit of TV Assembly in Rio Grande do Norte revealed that the political interest in investing in public communication and making the work done by deputies transparent is the driving force for the existence of these channels. Public communication, in the conceptual field, presents itself with a polysemic definition and its study still lacks precise and specific reflections. The case study undertaken in this research revealed that there is a wide public interest in this type of communication both on the part of legislators (senders) and on the part of the viewers (receivers). For this reason, the states of the Northeast endeavor to put into practice the legislative stations in the region.

**Keywords:** Media history. Northeast. Television. Legislative. Public communication.

Este artículo investigó la trayectoria de las emisoras legislativas en el Nordeste brasileño para comprender mejor el proceso de implantación y expansión de los canales destinados a divulgar el trabajo de los parlamentos brasileños. El inicio de la TV Assembleia do Rio Grande do Norte reveló que el interés político por invertir en la comunicación pública y dar transparencia al trabajo realizado por los parlamentarios es el motor de la existencia de estos canales. La comunicación pública en el ámbito conceptual se presenta con una definición polisémica, y su estudio aún carece de reflexiones específicas y puntuales. El estudio de caso realizado en esta investigación mostró que existe un interés público en este tipo de comunicación tanto por parte de

los legisladores (emisores) como del público (receptores). Por esta razón, los estados del Nordeste se esfuerzan por hacer que las emisoras legislativas sean efectivas en la región.

**Palabras clave:** Historia de los medios de comunicación. Nordeste. Televisión. Legislativo. Comunicación pública.

## As TV legislativas no Brasil

---

No Brasil, os primeiros experimentos de transmissão das atividades legislativas aconteceram no Senado Federal, em 1993 (MELO, 2013). Foi quando o parlamento brasileiro começou a estruturar uma central de vídeos para registrar as sessões plenárias e reuniões das comissões temáticas. O material de vídeo produzido pelo Senado era distribuído para as emissoras comerciais de televisão (TV). É nesse momento que começa a surgir a preocupação com a transparência das atividades legislativas e com o contato direto com a sociedade.

No entanto, a primeira emissora de televisão legislativa do Brasil surgiu de fato no âmbito estadual, com a TV Assembleia de Minas Gerais, que entrou em operação no dia 30 de novembro de 1995 (TV ASSEMBLEIA MG, 2020). No início, eram apenas duas horas e meia de programação, preenchida com reprises das reuniões do plenário. A partir de 1996, a TV atingiu as 12 horas de programação, contando com programas gravados e editados. E, apenas em 1997 é que o canal passou a oferecer uma grade básica de programas.

As emissoras legislativas têm como marco legal a Lei 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que trata sobre o serviço de TV a cabo no Brasil. Também conhecido como Lei do Cabo, o dispositivo apresenta que o objetivo do serviço de televisão a cabo é “promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do país” (BRASIL, 1995).

É por isso que o artigo 23 desta lei obriga as operadoras de TV a cabo a destinar canais para a transmissão do trabalho parlamentar. Segundo a legislação, as empresas administradoras do serviço devem fornecer um canal destinado ao Poder Legislativo Estadual e Municipal, outro à Câmara dos Deputados e mais um para o Senado Federal. Todos eles disponíveis para a utilização gratuita nos pacotes básicos das operadoras. Portanto, a partir dessa legislação, as emissoras legislativas de televisão passaram a ser criadas e operacionalizadas pelo país, em diferentes esferas do poder.

Os canais legislativos brasileiros têm como principal finalidade a transmissão ao vivo das atividades legislativas municipais, estaduais e nacional. É o que prevê o Decreto-Lei 2.206, de 14 de abril de 1997, que regulamenta a chamada Lei do Cabo. Por isso, segundo Angeiras (2015, p. 90), a TV Legislativa passa a ser definida um “canal institucional (no sistema de TV a Cabo ou Internet) ligado a Câmaras, Assembleia Legislativas e Senado (nas esferas municipais, estaduais e federais), constituindo-se instrumentos de informação e ampliação da cidadania para a população”.

Este artigo tem a finalidade principal de investigar a trajetória das emissoras legislativas no Nordeste brasileiro como forma de compreender melhor a implantação e expansão dos canais destinados à divulgação dos trabalhos dos parlamentos brasileiros, no âmbito estadual. A pesquisa também pretende contribuir para a construção do conhecimento científico quanto à história específica da mídia legislativa brasileira, destacando o Rio Grande do Norte,

que ainda carece de investigações mais aprofundadas sobre a temática. Por isso, a investigação proposta aqui desponta como uma relevante contribuição na área de estudos da comunicação midiática.

Para alcançar o objetivo da investigação, foi utilizado como procedimento metodológico principal o estudo de caso. Para Yin (2015, p. 4), esse tipo de pesquisa permanece como um dos empreendimentos mais desafiadores das ciências sociais. Duarte e Barros (2006, p. 45) destacam a eficiência desse método ao defini-lo como “uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. Ventura (2007, p. 384) complementa esse pensamento ao afirmar que o que se pretende ao utilizar o estudo de caso “é investigar, como uma unidade, as características importantes para o objeto de estudo da pesquisa”. Assim, ratifica-se a identificação do estudo de caso como o instrumental metodológico adequado à pesquisa.

Para a realização deste artigo, foram analisadas as trajetórias das emissoras das Assembleias Legislativas nordestinas e, então, delimitada a cronologia da implantação dos canais na região. As informações foram obtidas com ajuda de pesquisa documental em estudos sobre as emissoras dos legislativos estaduais, consultas na legislação brasileira e, por fim, buscas em sites e redes sociais das casas legislativas alcançadas por este artigo.

Esta pesquisa é justificada pela relevância de se compreender melhor a

expansão das emissoras públicas pelo território brasileiro, sobretudo, pela região Nordeste. No caso dos canais legislativos, é um campo que ainda carece de investigações mais aprofundadas. Portanto, a construção do conhecimento acerca de tal temática se torna necessária tanto para a realização de futuras pesquisas quanto para o ensino na área da comunicação midiática no Brasil.

No contexto conceitual e teórico, o estudo das TV legislativas do Nordeste se situa no campo da comunicação pública. Santos (2019, p. 23) salienta que a comunicação pública é um polissêmico, “indo além do pensamento reducionista que se trata apenas da comunicação elaborada pelo governo para os cidadãos”. De acordo com Brandão (2019), o conceito de comunicação pública está em construção devido a grande variedade de saberes e atividades que essa área do conhecimento abarca. Segundo Brandão, o termo está ligado em cinco áreas: comunicação organizacional, comunicação científica, comunicação do estado e/ou governamental, comunicação política e comunicação da sociedade civil organizada. Sendo que a comunicação organizacional seria a que está no interior das organizações, isto é, entre o público interno e o público externo.

## **TV Assembleia do Rio Grande do Norte – a pioneira do Nordeste**

---

A trajetória da televisão legislativa na região Nordeste inicia com a inauguração da TV Assembleia do Rio Grande do

Norte. A programação entrou oficialmente no ar no dia 8 de outubro de 2003 (TV ASSEMBLEIA RN, 2020). Dantas (2019)<sup>1</sup>, primeiro diretor do canal e que participou do processo de implantação da TV, explica que a emissora surgiu dentro de um contexto de expansão nacional dos canais legislativos.

Em 2003, havia já uma tendência de criação das TVs legislativas nos estados e municípios a partir da consolidação do trabalho feito pela TV Câmara dos deputados e a TV Senado. Coube a nós, eu e a minha equipe, realizar esse trabalho. Um trabalho importante que naquela época a gente já tinha ideia de que estava fazendo uma coisa importante (DANTAS apud TV ASSEMBLEIA RN, 2019).

A TV Assembleia é administrada pela Fundação Djalma Marinho, instituída por meio de Ato da Mesa da Assembleia Legislativa, publicado no Diário Oficial do Estado. A entidade sem fins lucrativos foi criada para gerenciar a emissora legislativa, além de todos os veículos de comunicação de sons e imagens concedidos à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (TV ASSEMBLEIA RN, 2020).

O canal do legislativo estadual foi inaugurado durante a gestão do então deputado estadual Robinson Faria como presidente da Assembleia Legislativa.

Faria (2019)<sup>2</sup> explica o que o levou a investir em uma televisão própria do parlamento potiguar.

Eu fui deputado estadual por vários mandados até que em 2003 assumi na casa a presidência. Eu tinha como meta inaugurar e implantar a TV Assembleia para dar transparência aos trabalhos parlamentares para que a sociedade pudesse acompanhar o trabalho de cada um, como funciona a Assembleia. Existia um paredão que separava o trabalho legislativo da sociedade e o povo não sabia o que fazia um deputado estadual (FARIA apud TV ASSEMBLEIA RN, 2019).

A primeira transmissão realizada pela TV foi da sessão plenária da Assembleia Legislativa do estado (TV ASSEMBLEIA RN, 2020). Meses antes de ser inaugurada, o sinal da TV Assembleia RN já estava em operação, em caráter experimental, exibindo apenas as atividades do legislativo potiguar. Depois da estreia oficial é que passou a contar com outros programas. De início, a programação era transmitida apenas na TV fechada.

Inicialmente o sinal da TV Assembleia estava disponível apenas para os assinantes da Cabo Natal, com programação diária de 15 horas. Ao final do segundo ano de atividades, as imagens da TV do legislativo potiguar também já chegavam as TVs Cabo dos municípios de Mossoró,

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida pelo jornalista Diógenes Dantas à TV Assembleia RN para documentário produzido em comemoração aos 15 anos da emissora, exibido na programação em outubro de 2018 e postado no YouTube em 4 de janeiro de 2019.

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida pelo ex-presidente da Assembleia Legislativa Robinson Faria à TV Assembleia RN para documentário produzido em comemoração aos 15 anos da emissora, exibido na programação em outubro de 2018 e postado no YouTube em 4 de janeiro de 2019.

Assu e Currais Novos, utilizando equipamentos digitais e com programação de 24h. Em 2008 a TV Assembleia começou a operar em canal aberto, via satélite, com a geradora em Lagoa Nova, município localizado na região central do estado (TV ASSEMBLEIA RN, 2020).

No início das transmissões da TV Assembleia RN, o sinal era transmitido apenas para Natal e Região Metropolitana. Com o processo de implantação da TV Digital, a emissora intensificou a interiorização, chegando a cidades como Pau dos Ferros, Santa Cruz, Nova Cruz, Assu, Mossoró, Currais Novos e Caicó (TV ASSEMBLEIA RN, 2020). A expansão permitiu que a programação pudesse ser assistida em todas as regiões do estado.

A meta do Legislativo Potiguar é levar o sinal da TV Assembleia a todos os 167 municípios do estado. Dessa forma a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte pretende atingir a principal finalidade desta TV pública, que é dar publicidade e democratizar o acesso dos cidadãos aos temas debatidos e votados pela Casa. Diariamente são veiculados, ao vivo, dois telejornais, um programa de esportes, quatro boletins informativos, as sessões plenárias, audiências públicas e reuniões das comissões permanentes (TV ASSEMBLEIA RN, 2020).

Além das atividades legislativas, a TV Assembleia do Rio Grande do Norte veicula todos os dias outras produções. São telejornais, boletins informativos e programas de esportes. O canal produz ainda, semanalmente, programas variados voltados para o resgate da história e cultura potiguar, promoção da cidadania, prestação de serviços e

divulgação de eventos realizados no estado (TV ASSEMBLEIA RN, 2020).

## **A Comunicação Pública com as emissoras legislativas pelo Nordeste**

---

Antes de dar continuidade a trajetória das emissoras legislativas no Nordeste, é necessário incluir uma breve reflexão quanto à comunicação pública, da qual se englobam as emissoras legislativas. A origem do conceito está na obra do francês Pierre Zémor, que em 1989 fundou a *Association Communication Publique*, hoje *Association pour la Communication des Institutions Publiques*. No Brasil, num primeiro momento, seguiu a tendência da França e devido ao contexto de ditadura vivido no período não se avançou muito naquele momento. De acordo com Brandão (2019; p. 110), “importava afirmar a comunicação pública como um conceito político indissolúvelmente ligado ao Estado democrático, também em processo de consolidação”. Segundo a autora, o conceito de comunicação pública, proposto por Zémor, continha o ideário que identificava aquele cenário à perfeição e traduzia as inquietações dos profissionais que conviviam, cotidianamente, com as práticas de comunicação nos órgãos públicos. Depois, houve a necessidade de diferenciação entre comunicação pública e comunicação governamental, multiplicando a discussão atual sobre as expressões “público”, “esfera pública”, “espaço público”, “espaço privado” e “interesse público” em relação ao conceito de comunicação pública (BRANDÃO, 2019).

Marina Koçouski (2012) analisou os diversos entendimentos acerca do tema e apontou uma direção contemporânea e bastante esclarecedora. Por exemplo, compreender melhor o que é – e o que não é – comunicação pública. Para a autora, a comunicação pública é um conceito amplo. Segundo alguns autores, pode abranger discursos ou campos distintos, do jornalismo à publicidade, passando pelas chamadas relações públicas. Ela coloca como essencial,

compreender que o que norteia a comunicação pública é o direito constitucional à informação, de que todo cidadão é titular. A comunicação pública volta-se para o esclarecimento e a promoção dos direitos do cidadão e não se deixa capturar por interesses partidários, religiosos ou comerciais (KOÇOUSKI, 2012 apud BRANDÃO, 2019; p. 133).

Segundo Brandão (2019), uma das características da Comunicação Pública é a promoção da cidadania como seu objetivo principal e, por isso, diferencia-se da comunicação comercial. A comunicação pública também parte da premissa do direito à informação.

A comunicação verdadeiramente pública (feita por órgãos públicos ou não) não deve jamais ancorar-se em perspectivas de resultados particulares como aumento de vendas ou promoção da imagem de uma autoridade, um partido ou um governo. Antes, tem a obrigação de prezar pela impessoalidade; o que está em primeiro plano são os direitos e os interesses do cidadão e da coletividade e a promoção dos valores democráticos (BRANDÃO, 2019; p. 133).

Tendo também como objetivo não exatamente influenciar a opinião pública, mas esclarecê-la, permitir que ela se forme cõnschia de sua cidadania. Para a autora, a comunicação pública constitui uma ação cultural e política, mas não partidária; política no sentido mais lato do termo. Caracteriza-se por uma comunicação sem fins promocionais ou propagandísticos.

Comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetadas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos (KOÇOUSKI, 2012, p. 92).

Após a inauguração da primeira emissora legislativa no Rio Grande do Norte, teve início o processo de instalação nos demais estados nordestinos. Em 2004, foi a vez das Assembleias Legislativas da Paraíba e de Sergipe ganharem canais de televisão voltados exclusivamente para a divulgação das atividades legislativas.

Na Paraíba, A TV Assembleia entrou no ar no dia 6 de maio. Hoje, a programação da emissora é transmitida para a capital João Pessoa e para os demais 222 municípios paraibanos (TV ASSEMBLEIA PB, 2020). A criação do canal foi aprovada pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e pelos demais integrantes do colegiado.

Dada a autorização, foram iniciados os primeiros contatos com técnicos da Universidade Federal de Pernambuco, que, através de uma de suas fundações e apoio técnico de pessoal da TV Independente do vizinho Estado. Os trabalhos de instalação dos equipamentos começaram nos primeiros dias de novembro de 2003. No dia 10 de dezembro, em caráter experimental, através do Canal 36, da BIG TV, os cidadãos paraibanos passaram a acompanhar ao vivo os trabalhos desenvolvidos pelas comissões permanentes e especiais, bem como as sessões plenárias (TV ASSEMBLEIA PB, 2020).

Além de dar transparência aos trabalhos dos parlamentares paraibanos, o canal legislativo se apresenta como meio de ligação entre os deputados estaduais e a população. O que contribui para a proposição de discussões e ações, por exemplo, propostas de lei.

A TV Assembleia precisa dessa aproximação com o povo para que as dúvidas e demandas dos cidadãos possam provocar ações parlamentares. Nesse sentido, a nova grade traz também novos programas. A interatividade e uso das redes sociais por parte do cidadão, seja na sugestão de pautas, críticas e sugestões da atuação parlamentar também serão constantes nesta nova fase da TV (TV ASSEMBLEIA PB, 2020).

Ainda no ano de 2004, a Assembleia Legislativa do estado de Sergipe também implantou uma emissora. A TV Alese, como é chamada, entrou no ar em 22 de junho e, atualmente, é transmitida em sinal aberto para todo o estado.

Desde o início, a TV Alese se preocupou em ser mais do que um canal de transmissões das sessões legislativas. Os programas, o jornalismo e os debates são tratados enquanto instrumentos de transparência e cidadania, oferecendo um conteúdo diversificado com o intuito de ampliar ainda mais a relação do parlamento com o povo sergipano (TV ALESE, 2020).

A expansão das emissoras legislativas seguiu pelos estados nordestinos, mas apenas em 2006 é que chegou ao estado do Ceará. O legislativo cearense se tornou então o quarto da região a implantar um canal próprio. A emissora foi inaugurada no dia 7 de abril, data em que foram celebrados os 171 anos da instalação da Assembleia da Província do Ceará. Além da divulgação dos trabalhos dos deputados estaduais, o ato normativo de criação da TV Assembleia do Ceará estabeleceu as diretrizes para a programação.

Por meio da emissora, o Poder Legislativo oferece à população cearense um instrumento de acompanhamento do trabalho de seus representantes, de transparência de todos os atos da Casa, de educação para a cidadania e de prestação de serviços comunitários. Vinculado à Coordenadoria de Comunicação dispõe de recursos tecnológicos e humanos necessários à produção e a transmissão ao vivo de debates e entrevistas sobre assuntos de interesse público e coletivo em discussão e votação nas Comissões Permanentes e Plenário (TV ASSEMBLEIA CE, 2020).

Em 2007, outros três canais legislativos foram implantados na região nordestina. Foram as TV das Assembleias da

Bahia, inaugurada em fevereiro; do Piauí, que entrou no ar em junho; e de Alagoas, que passou a exibir a programação no dia 16 setembro. Por enquanto, a TV alagoana é a única que não é transmitida em sinal aberto para a população. Está disponível apenas na TV a cabo ou YouTube. O que mostra certo atraso nos investimentos em televisão própria, em relação aos demais estados do Nordeste brasileiro.

Depois das inaugurações de 2007, as implantações de novas emissoras legislativas nordestinas só foram retomadas em janeiro de 2011. Foi quando a Assembleia Legislativa do Maranhão inaugurou um canal próprio para divulgação das atividades parlamentares.

Em 2017, foi a vez de Pernambuco ter um canal de TV, no entanto, a programação era produzida e exibida em parceria com a TV Pernambuco, uma entidade estatal que ficava responsável por grande parte do conteúdo veiculado (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2017). Somente em 2019 é que a emissora pernambucana passou a ter uma programação regular e completa voltada para os assuntos do legislativo.

Desde sua criação, a chamada TV Alepe nunca teve um canal próprio, aberto, em que as pessoas possam sintonizar e assistir à programação com conteúdo integral da Assembleia Legislativa de Pernambuco. O modelo adotado pelas sucessivas presidências da Casa foi o de terceirizar a produção de conteúdo (programas, transmissões ao vivo, etc) e veicular em canais de televisão de terceiros. Nesse histórico, a Alepe já teve programas veiculados na TV Universitária e na TV Nova Nordeste (BRITTO, 2019).

Com a operação da TV Alepe, todos os nove estados do Nordeste passaram a contar com canais legislativos no âmbito estadual, conforme o quadro abaixo.

**[Quadro1]**  
**Emissoras das Assembleias**  
**Legislativas do Nordeste.**

Estado	Emissora	Inauguração
RN	TV Assembleia RN	Outubro de 2003
PB	TV Assembleia PB	Mai de 2004
SE	TV Alese	Junho de 2004
CE	TV Assembleia CE	Abril de 2006
BA	TV Alba	Fevereiro de 2007
PI	TV Alepi	Junho de 2007
AL	TV Ale	Setembro de 2007
MA	TV Assembleia MA	Janeiro de 2011
PE	TV Alepe	Setembro de 2017

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informações dos sites e redes sociais das emissoras.

Ao analisar a trajetória do desenvolvimento da televisão legislativa nos estados nordestinos, é possível verificar o pioneirismo de estados menores do ponto de vista populacional, territorial e econômico. Começa com o Rio Grande do Norte, implantando a primeira emissora ligada a uma Assembleia Legislativa, seguido da Paraíba e de Sergipe. Fato que se atribui mais a vontade política dos dirigentes dos parlamentos estaduais do que propriamente a estrutura financeira e a dimensão dos estados.

Também é relevante observar que estados maiores como o Maranhão e Pernambuco implantaram suas emissoras legislativas com certo atraso em relação aos demais da mesma região. No caso pernambucano, foram mais de dez anos após a inauguração do primeiro canal ligado à

uma Assembleia Legislativa nordestina. No entanto, hoje, esses canais estão consolidados, transmitindo suas programações para os principais municípios de seus estados.

Passado o momento de implantação e expansão das emissoras dos legislativos estaduais, teve início outra fase: a da transição do sinal analógico para o digital. Um processo que começou a ser pensado e planejado a partir da inauguração oficial da TV Digital no Brasil, em 2009 (MATTOS, 2010). Uma mudança que exigiu investimentos em novos equipamentos e capacitação de mão de obra técnica.

## A criação da Rede Legislativa de Rádio e TV

Para viabilizar e oferecer estrutura para o processo de implantação e expansão da TV Digital nas emissoras legislativas de todo o país, em 2012, foi criada a Rede Legislativa de Rádio e TV (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019). Com essa iniciativa, o Congresso Nacional possibilitou uma ação pioneira no uso das tecnologias digitais para as transmissões televisivas no Brasil.

A Rede Legislativa de TV é a primeira rede de televisão a se formar no Brasil com o recurso digital da multiprogramação, que possibilita o uso de um mesmo transmissor para quatro emissoras independentes. A multiprogramação permite que o canal de 6MHz consignado ao Poder Legislativo federal transmita ao mesmo tempo, 24 horas por dia,

as programações da TV Câmara federal, da TV Senado, da TV Assembleia estadual e da TV Câmara municipal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020a).

Dessa forma, os canais digitais da Rede Legislativa se expandiram pelo Nordeste. Atualmente, sete estados participam da rede e transmitem suas programações utilizando o recuso da multiprogramação. Apenas as Assembleias de Alagoas e Piauí não integram a rede nem participam da divisão de canais com os demais parlamentos. No entanto, o legislativo piauiense exhibe sua programação em canal digital da TV aberta.

### [Quadro2]

#### Canais digitais das emissoras legislativas do Nordeste

Estado	Emissora	Canais digitais
RN	TV Assembleia RN	10.3
PB	TV Assembleia PB	8.6
SE	TV Alese	5.2
CE	TV Assembleia CE	7.3
BA	TV Alba	12.2
PI	TV Alepi	16.1
AL	TV Ale	7 da NET
MA	TV Assembleia MA	9.2
PE	TV Alepe	10.2

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informações dos sites e redes sociais das emissoras.

Hoje, a Rede Legislativa de Rádio e TV no Brasil tem 67 emissoras de televisão (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020a). Os canais estão presentes em 25 capitais brasileiras. Ao todo, são cobertos pelo sinal das emissoras legislativas de televisão pelo menos 250 municípios, com mais de 80 milhões de brasileiros, atendidos pelas TV Câmara, TV Senado, TV Assembleias e TV Câmaras Municipais.

Em agosto de 2020, foi realizada mais uma iniciativa para a popularização dos conteúdos produzidos e transmitidos pelas casas legislativas. Os canais da Rede Legislativa de TV de 40 cidades tiveram os números de sintonia alterados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020c). A mudança foi autorizada pelo Ministério das Comunicações e as emissoras legislativas passaram a ser sintonizadas mais próximas das maiores TV comerciais do país.

O objetivo é popularizar as programações das TVs legislativas, aumentando a audiência das sessões plenárias de votação, reuniões públicas, debates, entrevistas e programas jornalísticos. Tudo para que o cidadão acompanhe o dia a dia do trabalho dos parlamentares na Câmara, no Senado, na assembleia estadual e na câmara municipal, em busca do fortalecimento do Poder Legislativo e da democracia (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020c).

A parceria com os estados foi importante para que a Rede Legislativa pudesse se expandir pela região e permitiu que as pessoas conhecessem mais sobre o legislativo brasileiro, assistindo as sessões de plenário, o trabalho das comissões e as audiências públicas realizadas pelas casas legislativas nacionais, estaduais e municipais.

A Rede Legislativa de Rádio e TV permite que a população participe diretamente do processo de elaboração de leis e acompanhe as decisões tomadas nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e na Câmara dos Deputados. As emissoras que compõem a Rede aproximam o cidadão da atuação dos parlamentares, ampliam o entendimento sobre o que acontece no Parlamento, incentivam a

participação política e o debate. É cidadania em tempo real (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020b).

Para possibilitar a participação das emissoras na Rede Legislativa pelo País, a Câmara dos Deputados assina acordos de cooperação técnica com as Câmaras Municipais e as Assembleias Legislativas. Com isso, os canais compartilham infraestrutura e reduzem custos de operação. Nesse tipo de acordo, cada Assembleia assume a gestão estadual da rede, sendo o interlocutor com as Câmaras Municipais do estado. Dessa forma, as casas legislativas estaduais também são responsáveis por zelar pelo cumprimento das obrigações legais e pela orientação dos parceiros municipais sobre questões técnicas operacionais.

Nesse processo de expansão ou implantação de novos canais, a Câmara dos Deputados ficou responsável pela uniformização de procedimentos e orientações. No entanto, os parlamentos estaduais e municipais arcam com custos de instalação, compra de equipamentos e manutenção, além do gerenciamento das emissoras e pagamento de tributos. A Câmara Federal é legalmente responsável pela gestão de todos os canais da Rede Legislativa perante o Ministério das Comunicações e a Anatel.

## Considerações finais

---

Ao analisar a trajetória da televisão no Brasil, especialmente, no Nordeste brasileiro, é importante observar e constatar um certo atraso na chegada das primeiras

emissoras legislativas na região, em relação aos demais estados. Afinal, esse processo de implantação em terras nordestinas aconteceu oito anos após a instalação do primeiro canal legislativo, que ocorreu em Minas Gerais, em 1995. Uma demora que aconteceu apesar da existência de uma legislação regulamentando e facilitando a expansão das TV ligadas às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

A inauguração e pioneirismo da TV Assembleia do Rio Grande do Norte deixaram claro um fator importante para a instalação de emissoras legislativas pelos parlamentos estaduais, que é o interesse político em investir em comunicação e na transparência dos trabalhos realizados por deputados e vereadores. No caso potiguar, a vontade política do então presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ALRN) foi decisiva para que o estado fosse pioneiro, no Nordeste, na implantação de uma televisão legislativa, exibindo sessões, reuniões de comissões e audiências públicas.

Outro ponto a ser considerado nas trajetórias das emissoras legislativas nordestinas é que os índices populacional, geográfico e econômico não influenciaram no processo de implantação dos canais. Uma prova disso é que os pioneiros da região foram estados considerados menores, enquanto os maiores foram os últimos a terem uma televisão própria dos parlamentos estaduais.

Também vale registrar a falta de informações sobre a trajetória dessas emissoras pertencentes às Assembleias Legislativas, que consiste em uma das contribuições

deste artigo, pois algumas delas apresentam apenas um breve histórico nos portais dos legislativos estaduais na internet e outras, tampouco, apresentam esses registros. A mesma dificuldade na busca de informações acontece nos perfis das casas legislativas nas redes sociais. O que dificulta bastante o resgate da história ou mesmo o acesso das pessoas aos canais de TV, uma vez que não informam os dados de como e onde sintonizar a emissora

Quanto aos investimentos, quase dez anos após a instalação da primeira emissora nordestina pertencente ao legislativo estadual, ainda é possível constatar estados que não possuem canal sendo transmitido em sinal aberto nem integrado a tecnologia digital de multiprogramação disponibilizada pela Rede Legislativa. Aliás, a criação da rede se mostrou eficiente conforme foi permitido a expansão desse tipo de TV pela região. Um processo de desenvolvimento que pode ganhar proporções ainda maiores e proporcionar maior transparência e participação da população em um exercício democrático.

Por fim, verifica-se que a criação e expansão das emissoras legislativas se consolidou, mesmo que parcialmente pelo país, sobretudo, no Nordeste. Além disso, possibilitou um aumento da transparência dos trabalhos realizados por deputados estaduais e vereadores, com a exibição ao vivo de sessões plenárias, das aprovações nas comissões permanentes das Assembleias e Câmaras Municipais e dos debates realizados em audiências públicas. O que possibilita a inclusão dos cidadãos nas discussões e tomadas de decisão que afetarão diretamente a vida deles. ■

[ FRANCISCO DAS CHAGAS SALES JÚNIOR ]

Jornalista e mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em Estudos da Mídia da  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
E-mail: jornalismo\_junior@yahoo.com.br

[ VALQUÍRIA APARECIDA PASSOS KNEIPP ]

Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação  
em Comunicação da Universidade Estadual  
Paulista (Unesp), professora de graduação em  
Jornalismo e de pós-graduação em Estudos da  
Mídia na Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte. E-mail: valquiriakneipp@yahoo.com.br

## Referências

---

ANGEIRAS, Maria Clara de Azevedo. **TVU, canal 11: a primeira TV Educativa do Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2015.

Brandão, Elizabeth Pazito. Comunicação Pública: 17 anos depois. In: SIGNATES, Luiz; MORAES, Angela (org.). **Cidadania Comunicacional – Teoria, epistemologia e pesquisa**. Goiânia: Editora UFG, 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 1995.

BRITTO, Débora. Com sinal digital, mas sem recursos, TV Alepe depende de vontade política. **Marco Zero**, Recife, 2019. Disponível em: <http://marcozero.org/com-sinal-digital-mas-sem-recursos-tv-alepe-depende-de-vontade-politica/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasil tem 79 emissoras legislativas no ar. **Câmara dos Deputados**, Brasília (DF), 2020a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/noticias/apresentacao>. Acesso em: 9 nov. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Manual Rede Legislativa de Rádio e TV. **Câmara dos Deputados**, Brasília (DF), 2020b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/arquivos/manuais-arquivos/manual-da-rede-2a-edicao>. Acesso em: 9 nov. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Canais de TV vão mudar no seu controle remoto. **Câmara dos Deputados**, Brasília (DF), 2020c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/noticias/canais-mudam-de-numero>. Acesso em: 24 nov. 2020.

DUARTE, Jorge Duarte; BARROS, Antonio (org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FOLHA DE PERNAMBUCO. TV Alepe retoma produção na segunda-feira. **Folha de Pernambuco**, Recife, 2017. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/tv-alepe-retoma-producao-na-segunda-feira/4329/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

KOÇOUSKI, Mariana. **A comunicação pública face ao dever estatal de informar. Pra não dizer que não falei das flores**: um estudo de caso do Incra-SP. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 235. 2012.

MATTOS, Sérgio. A evolução histórica da televisão brasileira. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (org.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

MELO, Paulo Victor. TVs Legislativas e Políticas de Comunicação no Brasil: perspectivas no novo marco regulatório das comunicações. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 5., 2013, Curitiba. **Congresso** [...]. Curitiba: Compolítica, 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT07-Politicas-de-comunicacao-PauloVictorMelo.pdf>. Acesso em: 9 set. 2020.

SANTOS, Rodolpho Raphael de Oliveira. **Tvs Legislativas e sua relação com a interatividade, produção de conteúdo, design audiovisual e audiência**. 2019. Dissertação (Mestrado em Computação, Comunicação e Artes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

TV ALESE. Histórico. **Assembleia Legislativa de Sergipe**, Sergipe, 2020. Disponível em: <https://al.se.leg.br/tv-alese/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

TV ASSEMBLEIA CE. Núcleo de TV. **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/tvs>. Acesso em 08 mar. 2023.

TV ASSEMBLEIA MG. História da TV Assembleia. **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/paginas/tv-assembleia>. Acesso em 08 mar. 2023.

TV ASSEMBLEIA PB. Sobre a TV. **Assembleia Legislativa da Paraíba**, João Pessoa, 2020. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/tvalpb/#sobreatv>. Acesso em: 17 nov. 2020.

TV ASSEMBLEIA RN. História da TV. **Rio Grande do Norte Assembleia Legislativa**, Natal, 2020. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/paginas/tv-assembleia>. Acesso em 08 mar. 2023.

TV ASSEMBLEIA RN. 15 anos da TV Assembleia RN. **Rio Grande do Norte Assembleia Legislativa**, Natal, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eXVHINiYZd4>. Acesso em: 16 nov. 2020.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre:Bookman. 2015.

MEMÓRIAS DA  
BATALHA DE  
PLAYA GIRÓN:  
ESTRATÉGIAS DE  
COMUNICAÇÃO  
NOS DISCURSOS  
DE FIDEL CASTRO  
(1964-1976)

[ ARTIGO ]

**Bruno Romano Rodrigues**

*Universidade de São Paulo*

## [ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Este artigo analisa os discursos de Fidel Castro sobre a memória da batalha de Playa Girón (ocorrida nos dias 17 a 19 de abril de 1961), entre 1964 e 1976. Analisaremos como a memória oficial criada em torno da vitória revolucionária sobre a expedição financiada pelo governo dos EUA adquiriu diferentes significados ao longo do tempo, apresentando diálogos com os contextos político-sociais de países da América Latina (Chile e Brasil) e da África (Angola). Enfocaremos as estratégias de comunicação empregadas por Castro com o objetivo de tornar a memória de Playa Girón, considerada pelo regime socialista insular a primeira derrota imperialista no continente americano, um tema capaz de embasar interpretações relativas não somente à história de Cuba e da Revolução Cubana, mas também à de outros povos e nações. Versátil e polissêmica, a memória de Playa Girón presente nos discursos de Castro se adaptou às mais diferentes conjunturas, demandas e necessidades de seus contextos de enunciação.

**Palavras-chave:** Fidel Castro. Revolução Cubana. Memória. Playa Girón. Análise de discurso.

This paper analyzes Fidel Castro's speeches about the memory of the Battle of Playa Girón (which took place from April 17-19, 1961), between 1964 and 1976 by examining how the official memory created around the revolutionaries' victory over the US-financed expedition acquired different meanings over time, presenting dialogues with political and social contexts from Latin American (Chile and Brazil) and African (Angola) countries. We focus on the communication strategies used by Castro to make the memory of Playa Girón, considered by the insular socialist regime the first imperialist defeat on the American continent, capable of supporting interpretations related not only to the history of Cuba and the Cuban Revolution, but also to that of other peoples and nations. Versatile and polysemic, the memory of Playa Girón in Castro's speeches was adapted to the most different enunciative situations, demands and needs.

**Keywords:** Fidel Castro. Cuban Revolution. Memory. Playa Girón. Discourse analysis.

Este artículo analiza los discursos de Fidel Castro entre 1964 y 1976 sobre la memoria de la Batalla de Playa Girón (ocurrida del 17 al 19 de abril de 1961). Analizaremos cómo la memoria oficial en torno a la victoria revolucionaria sobre la expedición financiada por el gobierno de los Estados Unidos ganó diferentes significados a lo largo del tiempo, presentando diálogos con los contextos políticos y sociales de países de América Latina (Chile y Brasil) y África (Angola). Nos centraremos en las estrategias de comunicación utilizadas por Fidel con el objetivo de hacer de la memoria de Playa

Girón, considerada por el régimen socialista insular como la primera derrota imperialista en el continente americano, un tema capaz de fundamentar interpretaciones relacionadas no solo con la historia de Cuba y la Revolución Cubana, sino también con la de otros pueblos y naciones. Versátil y polisémica, la memoria de Playa Girón presente en los discursos de Fidel se adaptó a las más diversas situaciones, demandas y necesidades de sus contextos de enunciación.

**Palabras clave:** Fidel Castro. Revolución Cubana. Memoria. Playa Girón. Análisis del discurso.

Este artigo visa contribuir para o debate sobre a construção da memória da Revolução Cubana (PRADO, 2018), e em particular da batalha de Playa Girón, também conhecida como batalha da Baía dos Porcos (JOHNSON, 1964; WYDEN, 1979). Para tanto, serão analisados alguns dos discursos proferidos por Fidel Castro entre 1964 e 1976 voltados à rememoração dos eventos ocorridos entre os dias 17 a 19 de abril de 1961, que marcam o começo e o fim do conflito.

A concepção e a execução do desembarque dos grupos anticastristas em Cuba ocorreram, respectivamente, nas gestões dos presidentes estadunidenses Dwight Eisenhower e John Kennedy, que financiaram a composição de um contingente armado composto, em sua maior parte, por exilados cubanos insatisfeitos com os rumos da Revolução. Sob o controle da Agência Nacional de Inteligência (CIA), o projeto utilizou países da América Central como base territorial para as operações logísticas e militares.

A estratégia que visava acabar com a experiência revolucionária insular também envolveu a fundação e o financiamento de organizações como a Frente Revolucionária Democrática (FRD), entidade composta em sua maior parte por antigos políticos cubanos e por dissidentes do governo castrista. Ainda como parte dos preparativos para a invasão a Cuba destacam-se o incêndio criminoso da loja de departamentos El Encanto, em Havana, em março de 1961, e os bombardeios das bases aéreas de San Antonio de los Baños e Ciudad Libertad, além do aeroporto Antonio Maceo, em Santiago, perpetrados no dia 15 de abril do mesmo ano.

Por ocasião do ato fúnebre em homenagem às vítimas dos atentados às bases aéreas, no dia 16 de abril de 1961, poucas horas antes da invasão à ilha, Fidel Castro declarou o caráter socialista da Revolução Cubana. A curto prazo, a medida visava gerar uma rápida e maciça mobilização popular em uma eventual resistência patriótica contra os inimigos do regime. Na madrugada de 17 foram avistadas as primeiras embarcações que levavam a bordo os cerca de 1.500 combatentes da Brigada 2560. A fim de comandar pessoal e presencialmente as estratégias e ações que visavam debelar o ataque vindo do exterior, Castro dirigiu-se à região do desembarque, Ciénaga de Zapata, na província de Matanzas. Graças à rápida e massiva mobilização popular, em pouco menos de 72 horas os invasores foram encurralados até caírem prisioneiros, sendo o conflito encerrado com a vitória do governo revolucionário.

Segundo os dados oficiais do regime cubano, a batalha contabilizou 157 baixas para o seu exército. Do outro lado, 89 mortos, 250 feridos e 1.181 detentos sob o poder do Estado. Entre 29 de março e 4 de abril de 1962, no Castelo dos Príncipes, em Havana, os cativos se sentaram no banco dos réus em um julgamento no qual foram acusados de traição à pátria, e passaram a ser chamados de “mercenários”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O tribunal montado no Castelo dos Príncipes com o objetivo de julgar os expedicionários financiados pelos EUA teve o comandante Augusto Martínez Sánchez como presidente, e foi integrado pelos também comandantes Juan Almeida Bosque, Sergio del Valle Jiménez, Guillermo García Frías e Manuel Piñeiro Lozada. O julgamento contou ainda com as participações de um promotor, o doutor Santiago Cuba, da Corte Suprema de Justiça de Cuba, de um secretário, o capitão Narciso Fernández, e de um advogado de defesa, o doutor Santiago Béjar, professor da Universidade de Havana.

A sentença da Causa 111, emitida em 17 de maio de 1962, previa como condenações o pagamento de indenizações financeiras, totalizando pouco mais de 62 milhões de dólares, combinadas a penas de até 30 anos de cárcere, além da perda da cidadania cubana. Após as tratativas diplomáticas que envolveram o comitê de prisioneiros, o comitê Roosevelt e a comissão de familiares de prisioneiros, o governo estadunidense aceitou pagar a multa exigida pelos cubanos, por meio da compra de alimentos e remédios, em troca da libertação dos prisioneiros (PERÉZ, ROMAN, 2016; HISTORIA DE UNA AGRESIÓN, 1962).

No que tange aos usos políticos da memória de Playa Girón, poucos dias após a batalha, em 23 de abril de 1961, em uma transmissão do programa televisivo Universidad Popular, Fidel Castro ainda se mostrava indeciso quanto a uma interpretação “definitiva” do acontecimento que acabara de testemunhar, como se pode ler no trecho a seguir:

Por eso la agresión no fue una típica agresión indirecta. Fue una mezcla de agresión indirecta, o de estrategia de ataque indirecto y acción directa. Es decir, fue una cosa mixta. No una agresión directa, realizada directamente por la Infantería de Marina, por su aviación, por sus fuerzas militares, ni tampoco una agresión indirecta, sin la participación de unidades de ellos. La organizan, fundamentalmente, sobre la base de mercenarios, y la apoyan bastante directamente con Marina de Guerra y con la aviación (CASTRO, 2001a, p. 28).

No entender do então primeiro-ministro de Cuba, o ataque recentemente

debelado revelou ao mesmo tempo uma participação “direta” e “indireta” das autoridades estadunidenses. Por um lado, argumentava, o conflito não podia ser atribuído exclusivamente aos EUA. Por outro lado, também não se deveria isentar o “inimigo imperialista” de ter participado ativamente da organização do plano que visava acabar com o governo revolucionário por meio das armas. Contudo, ao longo do tempo esta interpretação “mista” perdeu fôlego enquanto narrativa histórica, e em seu lugar construiu-se a tese de que os eventos de Playa Girón foram o resultado de uma ação político-militar “direta” premeditada pelo governo estadunidense.

Nessa perspectiva, a lembrança do fato tornou-se uma prática comum na narrativa socialista insular, que o transformou em uma peça de propaganda política capaz de simbolizar a resistência cubana diante das agressões vindas do exterior. De todas as comemorações envolvendo eventos militares, a de Playa Girón é a única na qual Castro e seu grupo não saíram derrotados. Comparativamente, tanto o ataque ao quartel Moncada, em 26 de julho de 1953, quanto o desembarque do iate Granma, em 2 de dezembro de 1956, não resultaram em vitórias ao M 26-7, a despeito da historiografia cubana retratar tais eventos como demonstrações de heroísmo.

No *front* da memória, alvo do regime socialista insular após a consolidação da vitória revolucionária, uma série de obras foram publicadas com o objetivo de difundir o “heroísmo” dos participantes da batalha (Cf. CASCORRO, 1962; MARRERO, 1982; DEL PINO, 1982; MAYO, 1983; MACÍAS, 1984; MOLINA, 1984; CORRALES, 1985; CHAVEZ, MEDINA, ALMOHALLA, 1986; CORRALES,

TORRES, 2007; FRANCHOSI, 2011). Parte desse processo, a historiografia da ilha também se tornou um terreno em constante disputa ideológica, tanto a produzida em Cuba, favorável à Revolução (RODRÍGUEZ, 2010; MACHADO, 1983) quanto a produzida fora da ilha, de viés anticastrista (ROS, 2001; TRIAY, 2020).

Em discurso realizado em 23 de abril de 1961, Fidel Castro mencionou seu desejo de que o governo iniciasse rapidamente a construção do “mais belo dos monumentos” (CASTRO, 2001a, p. 86) em honra aos caídos em combate. Contudo, apenas em 19 de abril de 1976, quando a batalha completava o seu 15º aniversário, é que se inaugurou um museu estatal dedicado ao tema, construído nas cercanias de Gironcito, no município de Ciénaga de Zapata. Pouco mais de dois anos depois, em 10 de outubro de 1978, o recém-criado Conselho Nacional de Patrimônio Cultural conferiu à instituição o título de monumento nacional, fato ocorrido no dia em que Cuba relembra o 110º aniversário de sua primeira tentativa de independência contra os espanhóis, o Grito de Yara (1868). Além da patrimonialização acima referida, a memória do conflito serviu como mote para nomear a Orden Nacional de Playa Girón, condecoração destinada aos defensores da Revolução Cubana<sup>2</sup>, o Instituto

---

<sup>2</sup> Promulgada pelo Conselho de Estado da República de Cuba em 18 de julho de 1961, a Lei nº 949 previa a concessão da insígnia a naturais ou estrangeiros que tivessem contribuído para a paz e o progresso da humanidade. Oito dias depois, Yuri Gagarin se tornou a primeira pessoa agraciada com tal distinção, durante as comemorações oficiais do 26 de julho de 1961. Além do cosmonauta soviético, ao longo do tempo outras figuras de projeção internacional foram premiadas com a honraria dedicada à memória de Playa Girón, tais como o líder sul-africano Nelson Mandela, o ex-presidente mexicano

de Ciencias Basicas y Preclínicas Victoria de Girón, criado em 1962, o estádio esportivo Victoria de Girón, sede da equipe de beisebol Matanzas Cocodrilos, em 1977, e o torneio de boxe Playa Girón, disputado por representantes de todas as províncias cubanas, divididos em três categorias.

No que se refere ao papel de Fidel Castro nesse processo, sua produção discursiva relativa a este tema contabiliza dezoito pronunciamentos realizados ao longo dos quase cinquenta anos em esteve à frente de cargos estatais e partidários em Cuba. Assim como observado em outras datas comemorativas inscritas no calendário cívico da Revolução Cubana, nos discursos dedicados à memória de Playa Girón constata-se a ocorrência do fenômeno temporal das “datas cheias”, que apresenta intervalos de cinco anos e apresenta dois pronunciamentos por década. Entre os anos de 1970 e 2006, observa-se a repetição de discursos na seguinte ordem: 1971, 1981, 1991 e 2001, relativos às comemorações do 10º, 20º, 30º e 40º aniversários do evento, respectivamente; e 1976, 1986, 1996 e 2006 relativos a 15º, 25º, 35º e 45º aniversários, subsequentemente. Já no âmbito editorial controlado pelo Estado e pelo Partido Comunista de Cuba (PCC), responsável pela divulgação dos pensamentos do mandatário, nota-se uma ampla divulgação das falas realizados por Fidel Castro em memória de Playa Girón (CASTRO, 1978; 2001a,b,c).

Ao longo do tempo, a memória de Playa Girón mostrou-se um marco histórico

---

Lazaro Cárdenas, o revolucionário moçambicano Samora Machel e o chefe da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat.

de grande relevância para o regime cubano. Entre outros exemplos que comprovam o vigor e a longevidade da lembrança dessa batalha, destacamos o fato de que no dia 19 de abril de 2018, em Havana, Raul Castro transmitiu o cargo de Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros a Miguel Díaz-Canel, encerrando o ciclo da geração histórica formada pelos antigos guerrilheiros de Sierra Maestra que haviam tomado o poder em 1º de janeiro de 1959. No evento que também marcava a inauguração da IX Legislatura da Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP), Díaz-Canel ressaltou que sua chegada ao posto máximo da República ocorria em um dia repleto de “emoções” e “significados” relativos ao socialismo que a geração anterior conseguiu manter “intacto” após a vitória militar conquistada nas “areias de Playa Girón há 57 anos” (DÍAZ-CANEL, 2018).

Para compreendermos o papel desempenhado pela memória de Playa Girón na narrativa oficial da Revolução Cubana, que diz respeito também mas não apenas à consolidação do sistema socialista insular (RODRIGUES, 2021), analisaremos a seguir os seus significados a partir dos discursos proferidos por Fidel Castro entre os anos de 1964 a 1976, período no qual as lembranças da batalha se mesclaram com fatos, contextos e personagens internacionais, agregando novas interpretações à vitória revolucionária obtida em abril de 1961. Entre os principais significados da memória de Playa Girón, entendida pela propaganda política do regime como a primeira derrota “imperialista” dos EUA no continente americano, destacam-se as relações estabelecidas entre Cuba e a América Latina (Brasil e Chile) e a África (Angola).

## A primeira derrota “imperialista” dos EUA na América Latina

---

Característica central nas comemorações oficiais realizadas posteriormente, em 1964 nota-se no pronunciamento de Fidel Castro o recrudescimento da representação da batalha de Playa Girón como a primeira derrota militar dos EUA na América Latina.

Cumplimos hoy el tercer aniversario de la victoria de Playa Girón. Esta fecha cobra cada día más, o se presenta cada día más ante nuestros ojos en su real dimensión. Significó no la primera agresión imperialista a un pueblo de América Latina, significó no el primer acto de barbarie de los imperialistas yanquis [...] significó la primera derrota del imperialismo yanqui en la América Latina, y — como dijo recientemente el compañero Guevara (APLAUSOS): “la primera, mas no la última”. Nuevas derrotas recibirán los imperialistas; las recibirán en nuestra tierra si nos agreden, y las recibirán en otras tierras, en manos de otros pueblos a los cuales esclavizan. [...] Hasta ese día habían actuado con absoluta impunidad, hasta ese día se sentían con derecho a despreciar a los pueblos de América Latina, hasta ese día tal vez subestimaron a nuestros pueblos de América Latina. [...] Y a los tres años, cuando la reacción imperialista levanta la cabeza en todo el continente, a los tres años de Girón, cuando la política del Gobierno imperialista de Estados Unidos es cada vez más y más agresiva, cuando la política del Gobierno de Estados Unidos es cada vez más y

más desenmascaradamente reaccionaria e intervencionista, es necesario darle todo el valor y toda la importancia que tiene esta fecha y hablar con claridad (CASTRO, 1964).

Segundo Fidel Castro, a “real dimensão” da batalha de 1961 se revelava, três anos depois, não apenas a Cuba, mas também aos povos da América Latina, que segundo ele haviam se tornado vítimas de toda sorte de “agressões” e “barbáries” patrocinadas pelos EUA nos últimos séculos. Nesse sentido, a alusão a Playa Girón visava estabelecer um marco histórico de dimensão continental, inspirando movimentos político-ideológicos que lutariam contra a “absoluta impunidade” com a qual o governo estadunidense teria imposto seus interesses econômicos na região.

Assentadas na memória do conflito de 1961, a promessa de vitória preconizada por Ernesto Guevara buscava renovar as esperanças de que, inspirados pelo exemplo da Revolução Cubana, os latino-americanos derrotassem a “depreciação” e “subestimação” do imperialismo *yanki* frente ao restante do continente. A partir desta premissa, portanto, Fidel Castro objetivava adaptar a memória de Playa Girón tanto ao contexto político interno, reforçando a importância da data para a manutenção da ordem socialista, quanto externo, procurando abranger na mensagem de vitória obtida pela Revolução diante de seus inimigos não apenas os cubanos mas também outros povos e nações da América Latina, que dali em diante se transformariam, segundo ele, em protagonistas das grandes transformações sociais que o mandatário antevia (CASTRO, 1961).

No discurso de 1964, a importância atribuída por Fidel Castro à vitória de Playa Girón atualizava a mensagem de resistência diante de uns EUA retratados como agressivos e intervencionistas. Vale lembrar que pouco tempo antes de Fidel Castro proferir as palavras acima reproduzidas, o então presidente estadunidense John Kennedy fora assassinado durante um desfile público em Dallas, no estado do Texas, em circunstâncias nunca inteiramente esclarecidas. Refletindo sobre as consequências do atentado, o estadista cubano demonstrou preocupação com as medidas adotadas pelo novo presidente, empossado após o fatídico 22 de novembro de 1963, alertando para o fato de Lyndon Johnson ser ainda mais “reacionário” que Kennedy, considerado por Castro o responsável direto pela expedição contrarrevolucionária desembarcada em Playa Girón.

De acordo com o líder cubano, o novo secretário do Departamento de Estado para Assuntos da América Latina, Thomas Mann, vinha orquestrando uma série de intervenções e violações internacionais na região, em aliança com os segmentos político-sociais mais autoritários do continente. Ainda segundo Castro, a agressividade da chamada “Doutrina Mann” teria sido a responsável por a administração do “senhor do oeste” – como Castro referiu-se a Lyndon Johnson – intensificar uma política externa que ficou marcada pelo alto grau de intervencionismo nos países da América Latina, destoando das diretrizes do plano econômico de cooperação entre EUA e América Latina chamado “Aliança para o Progresso”, lançado oficialmente por John Kennedy, em 1961.

No discurso realizado por Fidel Castro em 19 de abril de 1971, dez anos após os eventos de Playa Girón, a representação da batalha como a primeira derrota militar dos EUA no continente americano ganhou novos significados, em sintonia com o contexto político-ideológico do momento. Naquela ocasião, Castro interpretou as instabilidades sociais que ocorriam no Peru e na Bolívia como um sinal da “onda revolucionária” ou “onda de radicalização” que em breve se estenderia pela região. Sobre a realidade enfrentada por países como Argentina, Brasil e Uruguai, o líder cubano parafraseou o pensador Karl Marx ao dizer que eles se encontravam na “antessala das revoluções”, pois vivenciavam uma profunda crise das “oligarquias dominantes e exploradoras”. Como consequência da polarização ideológica e do enfrentamento à administração do presidente estadunidense Richard Nixon, Castro defendeu o direito que Cuba tinha de se solidarizar com os movimentos, governos e povos insurgentes da América Latina, mesmo que ao preço de uma eventual normalização das relações diplomáticas com os EUA.

No encerramento do seu discurso, esforçando-se para oferecer uma visão global sobre o presente histórico de 1971, Castro arrematou seu raciocínio da seguinte forma:

Por eso nosotros creemos que ya este X Aniversario de Girón marca un cambio cualitativo en la situación de América Latina. Y deberá marcar también un cambio cualitativo en el desarrollo de nuestra conciencia internacionalista, en el desarrollo de nuestra conciencia latinoamericana. [...] Así que para nosotros este X Aniversario de Girón se conmemora

bajo los auspicios de un crecimiento del movimiento revolucionario y una ola de radicalización revolucionaria de América Latina; se conmemora en un momento en que ya no es solo Cuba: en que otros pueblos siguen ese camino; y se conmemora en un momento en que la lucha por la liberación de los pueblos toma auge, y cuando las tareas futuras de nuestro pueblo se vislumbran con toda claridad [...] (CASTRO, 1971).

No início do trecho acima reproduzido nota-se uma contagem de tempo baseada nos eventos de abril de 1961, e não no 1º de janeiro de 1959, data que designa o triunfo da Revolução Cubana e que por isso aparece tradicionalmente no discurso oficial como o principal demarcador temporal. As palavras de Fidel Castro tomam a batalha de Playa Girón como o “marco zero” da narrativa que buscava conectar o destino de Cuba ao da América Latina. O apoio ao que Castro julgava ser uma “onda de radicalização” regional corre em paralelo com a tentativa de transformar o governo cubano em referência para os movimentos internacionais que compartilhavam os princípios da ideologia socialista.

A menção à luta armada como método legítimo de resistência aos regimes autoritários (ideia expressa pela frase “outros povos seguem o mesmo caminho”) sugere que este seria um caminho a ser seguido pelas esquerdas latino-americanas e que poderia resultar, em um futuro breve, no fim do isolamento diplomático e econômico ao qual Cuba estava submetida naquele contexto. No âmbito das relações internacionais, os eventuais triunfos de grupos políticos aliados ao regime cubano colaborariam de forma decisiva para

colocar termo às tentativas de afixamento da ilha empreendidas, direta ou indiretamente, pelo governo dos EUA. Em outras palavras, a memória de Playa Girón se encontra na base da ideia de que a Revolução Cubana, e em particular a luta armada que a originou, exerceria um papel central na tomada de consciência e nas ações dos povos latino-americanos em sua busca pela conquista da liberdade.

## Playa Girón “brasileira”

---

Uma das ocasiões em que a memória de Playa Girón se mostrou operativa para as análises de Fidel Castro a respeito da conjuntura política latino-americana pode ser observada no ano de 1964, quando a lembrança da batalha serviu como base para a compreensão da realidade brasileira, marcada naquele momento pela deposição do presidente João Goulart e pela consequente ascensão dos militares ao poder.

Y los hechos del Brasil lo demuestran: decir que Goulart era comunista es en realidad el colmo. El Presidente destituido de Brasil trataba de realizar una serie de reformas sociales, de esas mismas reformas que hipócritamente defendían los propugnadores de la Alianza para el Progreso.

Brasil es un país enorme, cuya población crece extraordinariamente, y que es un país saqueado por los monopolios yanquis. Goulart no hizo una Reforma Agraria como la nuestra, estableció ciertas medidas imprescindibles para evitar la salida

de divisas del país. No es que prohibiera la salida de divisas, sino que limitaba las ganancias que podían extraer los monopolios norteamericanos; no es que hiciera una ley contra el latifundio, sino hizo una ley contra los latifundios que estaban a la orilla de las carreteras; no es que nacionalizara las empresas yanquis, nacionalizó algunas empresas de servicios públicos y algunas empresas petroleras.

Sin embargo, el presidente Goulart fue derrocado por un golpe de cariz reaccionario, uno de cuyos principales cerebros fue el hombre más reaccionario de este continente, un señor que, incluso, como solución al problema de la mendicidad en el Estado de Río de Janeiro donde es gobernador, como solución propugnaba la eliminación física de los pordioseros, que es lógico que allí abunden como en todo país subdesarrollado y explotado; un señor de mentalidad fascista, el gobernador del Estado de Guanabara, Lacerda, “o el cerdo”, como lo quieran llamar.

Y esos elementos, aliados a los elementos reaccionarios de las Fuerzas Armadas, llevaron adelante el plan golpista fraguado por el Pentágono y por el Departamento de Estado yanqui. Y estas cosas hay que decirlas con toda claridad cuesten lo que cuesten. Si los imperialistas creen que nosotros vamos a callarnos nuestras opiniones sobre ese golpe de Estado están muy equivocados.

Lo que tenemos es que venir a denunciar la naturaleza de ese movimiento, lo que tenemos que hacer es denunciar los propósitos de ese movimiento. Y ese golpe de Estado no fue solo un golpe contra Brasil,

fue un golpe contra el continente, fue un golpe, desde luego, que forma parte de la estrategia a largo plazo del imperialismo contra Cuba, fue un golpe no solo contra Brasil sino también contra Cuba. Pero no fue un golpe solo contra la Cuba socialista y revolucionaria, fue un golpe contra el movimiento democrático, no ya el movimiento izquierdista, no ya el movimiento socialista, no ya el movimiento comunista. ¡No, fue un golpe, incluso, contra las fuerzas progresistas, no socialistas y no comunistas! (CASTRO, 1964).

Chama atenção o fato de Fidel Castro ter caçoado da acusação de que o presidente brasileiro deposto por um golpe militar em 1964 seria adepto das ideias comunistas. Preservando a estrutura do sistema capitalista em sua essência, João Goulart estaria apenas realizando algumas das reformas previstas, inclusive, como objetivos da “Aliança para o Progresso” formulada pelo governo do presidente John Kennedy, da qual o Brasil havia se tornado signatário pouco tempo antes. Para Castro, as chamadas Reformas de Base implementadas por Goulart a partir de 1963 consistiam não em uma revolução, mas em uma reorganização econômica de viés capitalista, distante das drásticas medidas tomadas em Cuba logo após o triunfo guerrilheiro, tais como a reforma agrária e a nacionalização de empresas e bancos estrangeiros (TOLEDO, 2014; NAPOLITANO, 2017). No intuito de reverter a situação de um “país saqueado pelos monopólios yankis”, Castro mencionou duas medidas tomadas por Goulart e que ganharam forte oposição das elites nacionais e internacionais, apesar de, segundo ele, estarem longe de qualquer inclinação comunista.

Para conter a “saída de divisas” e “limitar as ambições” das empresas estrangeiras, a primeira medida se refere à promulgação da lei nº 4.131 de 1962, que disciplinava a aplicação do capital externo e das remessas dos dividendos para os respectivos países nos quais as empresas estavam sediadas. Visando mitigar o bloqueio financeiro de Washington sobre o governo federal, a Lei da Remessa de Lucros, como ficou conhecida, propunha limitar o envio a no máximo 10% do montante inicialmente investido. A medida não surtiu o efeito desejado, e o volume de investimentos externos no Brasil despencou cerca de 40% em apenas um ano. As não tão boas relações de Goulart com o governo dos EUA ficaram ainda piores, fazendo com que o Departamento de Estado estadunidense passasse a oferecer cada vez mais apoio aos setores políticos que desencadeariam o golpe perpetrado contra ele no dia em 31 de março de 1964.

A segunda medida mencionada por Castro refere-se ao decreto presidencial de Goulart que criou a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), autorizando a desapropriação de áreas subutilizadas ao longo e às margens das ferrovias, rodovias e açudes, juntamente com a resolução que encampava todas as refinarias de petróleo do setor privado em operação no território brasileiro. Em fins do ano anterior, outra deliberação parecida já havia instituído o monopólio da importação de petróleo e de seus derivados à Petrobras. Como peças publicitárias do governo Jango, ambas as decisões foram subscritas em 13 de março de 1964, poucas horas antes do chamado “Comício das Reformas”, realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que contou com a participação de aproximadamente 200 mil pessoas.

No excerto supracitado Castro também mencionou o apoio dos EUA ao golpe contra Goulart. Tal ajuda não ficou restrita ao imediato reconhecimento diplomático do novo governo chefiado pelo general Castelo Branco, o primeiro dos presidentes militares, mas envolveu uma grande operação logística em apoio às forças armadas brasileiras caso o presidente deposto tentasse oferecer algum tipo de resistência. Contando com as instruções fornecidas pelo embaixador estadunidense Lincoln Gordon, um dos principais agentes da conspiração, a chamada Operação “Brother Sam” chegou a enviar à costa brasileira uma frota naval com significativo poder de fogo. A expedição contava com dois porta-aviões, sendo um deles o poderoso *USS Forrestal*, com capacidade para transportar toneladas de armamentos e munições, podendo entrar e sair de cena em um curto espaço de tempo<sup>3</sup>.

O nível de conhecimento de Fidel Castro sobre a realidade brasileira chegou ao ponto de o mandatário cubano expor sua opinião sobre o líder do partido direitista União Democrática Nacional (UDN), conhecido por sua inflamada oratória contra os presidentes da república brasileiros, bem como por seu constante apoio às tentativas de golpe de Estado patrocinadas por setores militares autoritários. Desde o segundo mandato de Getúlio Vargas,

entre 1951 e 1954, passando pela tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, após as eleições de 1955, o político e jornalista carioca Carlos Lacerda teve seu nome envolvido em diferentes conspirações anti-democráticas. Em sua fala, Castro chegou a acusar o então governador do Estado da Guanabara de promover uma higienização social nas ruas do Rio de Janeiro por meio da morte de pedintes e moradores de rua, oportunidade em que se referiu a Lacerda como o “homem mais reacionário deste continente”, chamando-o também de “porco”.

Para além do contexto político marcado pelo golpe de Estado que depôs João Goulart da presidência da república, nota-se que o raciocínio desenvolvido por Fidel Castro vinculou os últimos acontecimentos ocorridos no Brasil com a lembrança da batalha de Playa Girón, a qual serviu como moldura histórica para a formulação das interpretações realizadas pelo líder cubano.

Ao discursar no dia que marcava o terceiro aniversário do conflito, a estratégia retórica de Castro utilizou-se da memória da vitória revolucionária obtida em abril de 1961 com o objetivo de repercutir as causas e as possíveis consequências do movimento que resultou na deposição de Goulart. Mesmo descartando a possibilidade de o presidente trabalhista ter liderado um governo de caráter socialista, a memória de Playa Girón operou como um elemento aglutinador entre o cenário cubano e o brasileiro, condicionando a compreensão de parte da realidade latino-americana a um evento que expressaria a consolidação da luta armada na ilha caribenha, não apenas como forma de conquistar o poder, mas também de mantê-lo frente aos ataques promovidos pelos inimigos da Revolução.

---

<sup>3</sup> Em virtude do imediato exílio de João Goulart no Uruguai, o suporte oferecido pelos EUA para afastá-lo do poder não precisou ser utilizado. Isso aponta para a possibilidade de Fidel Castro ter feito um uso meramente retórico acerca do apoio oferecido pelo governo estadunidense para a consolidação do golpe de 1964 no Brasil, pois tanto os preparativos quanto a própria execução do estratagema militar correram em absoluto sigilo diplomático.

## Playa Girón “chilena”

---

Em 1971, o Chile, outro país latino-americano, foi alvo das reflexões vocalizadas por Fidel Castro durante os festejos oficiais em memória da batalha de Playa Girón. Demonstrando a proximidade entre o regime socialista insular e o governo da Unidade Popular, encabeçado por Salvador Allende, naquele ano o evento contou com a presença do ativista político Volodia Teitelboim Volosky<sup>4</sup>, a quem o mandatário cubano chamou de “veterano lutador revolucionário”. Ao longo de seu discurso, Castro disse que Chile e Cuba compartilhavam os mesmos “caminhos”, “princípios” e “doutrinas”, se referindo aos chilenos como “povo irmão” e reiterando a solidariedade da Revolução Cubana com o governo Allende. Em uma dessas passagens, Castro lançou mão de alguns paralelos históricos com o objetivo de associar a memória de Playa Girón não apenas ao processo revolucionário cubano, mas também ao cenário interno do Chile naquele momento.

Quando se combatía en la Sierra Maestra, la Revolución libraba sus batallas por objetivos determinados que correspondían a aquel momento. Y muchos hombres lucharon y combatieron con gran ardor. Pero cuando llegamos a Girón, ¡nuestros combatientes fueron

allí a luchar y a morir y a pagar el precio que fuera necesario por la causa del socialismo! [...] Por eso, como dijera Raúl hace dos días en la base de San Antonio: los combates de Girón consolidaron la presencia del socialismo en América Latina [...] Volodia se preguntaba o expresaba su deseo de saber cómo fue posible aquella hazaña de Girón. Y en realidad, es sencillo de comprender. Cuando los pueblos viven un proceso de revolución a lo largo de la historia, convierten la hazaña en la cosa más natural, en el pan de todos los días. La hazaña se vuelve cotidiana. [...] Estamos completamente seguros de que los chilenos, en defensa de su revolución y de su patria, pueden realizar un Girón y muchos Girones contra los agresores, contra los reaccionarios, contra los imperialistas. [...] Por eso, compañero Volodia Teitelboim, expréseles al pueblo chileno, a la Unidad Popular, y al gobierno que preside Salvador Allende — desinteresadamente, fraternalmente, con el espíritu de Girón —, que cuando lo necesite puede contar con nuestra azúcar (APLAUSOS), y cuando lo necesite puede contar con nuestra sangre (APLAUSOS), y cuando lo necesite puede contar con nuestras vidas. ¡Vivan los héroes de Girón! (CASTRO, 1971).

Conforme visto no trecho do discurso acima citado, realizado em 19 de abril de 1971, Fidel Castro procurou se apresentar publicamente como um aliado do governo de Salvador Allende, a ponto de oferecer como demonstração de solidariedade, além das doações de açúcar destinadas ao país sul-americano, o “sangue” e a “vida” dos cubanos em defesa, segundo é possível inferir de suas palavras, do processo

---

4 Chama a atenção, neste discurso, o fato de Fidel Castro ter se dirigido a Volodia e o citado nominalmente em pelo menos cinco oportunidades. Numa delas, infere-se que o convidado chileno discursara no mesmo palanque de Castro pouco tempo antes da fala do líder cubano, quando o emissário de Salvador Allende teria exposto a situação político-social enfrentada em seu país pelo governo da Unidade Popular.

revolucionário pacífico que ocorria no Chile. Neste caso, a aproximação entre ambos os países ocorreu por meio da memória da guerrilha promovida dentro da ilha contra o regime autoritário de Fulgêncio Batista e simbolizada pela Sierra Maestra.

Fidel Castro atribuiu à luta armada contra Batista a realização de “determinados objetivos que correspondiam àquele momento”, sem especificar, contudo, quais seriam as metas a serem atingidas entre os anos de 1956 e 1958, isto é, entre o desembarque do iate Granma e o triunfo da Revolução Cubana. A batalha de Playa Girón, diferentemente, significou no entender de Fidel Castro a realização de uma meta específica: a implantação de um regime socialista em terras cubanas (RODRIGUES, 2021), aspecto ideológico que no excerto supracitado pode ser observado por meio da menção do mandatário a um discurso de seu irmão, Raul Castro, feito dois dias antes, em San Antonio de los Baños, uma das bases militares fortemente atingidas pelos ataques realizados em abril de 1961.

Fidel Castro afirmou ainda que Volosky teria se referido à batalha de Playa Girón como uma “façanha” em virtude, sobretudo, da desproporção de forças entre Cuba e os EUA, consolidando a versão de que o conflito resultou na primeira derrota “imperialista” na América Latina. Nesse ponto do discurso, nota-se que o emissor aproveitou a ocasião para expressar o papel que ele próprio atribuía a seu país naquele contexto histórico, e a maneira pela qual, em sua opinião, o exemplo da Revolução Cubana poderia influenciar os processos revolucionários na região, e, em particular, o chileno.

Nesse sentido, observa-se o esforço empreendido pelo estadista ao enaltecer a experiência da guerrilha em Cuba e ao dizer que, na ilha, as “façanhas” haviam se tornado “naturais” e “cotidianas”, caracterizando como banais as tarefas tidas como impossíveis para outros povos. Mais do que uma mensagem político-ideológica voltada apenas para a opinião pública interna, as palavras de Fidel Castro sugerem uma interpretação do contexto histórico em que o governo da Unidade Popular surgiu a partir do exemplo fornecido pela luta armada cubana, considerada por ele como a estratégia mais adequada para a construção de uma sociedade socialista e, no limite, comunista.

A se julgar pela narrativa de Fidel Castro, o governo cubano buscou divulgar a si próprio como uma referência política para os movimentos insurgentes inscritos no campo das esquerdas latino-americanas. Em relação ao Chile, nota-se, pelas palavras de Castro, o anseio do regime socialista insular em se colocar na posição de referência em relação ao projeto de poder pacífico capitaneado por Salvador Allende, a partir de 1970, quando iniciou seu mandato presidencial (WINN, 2010). Contudo, essa tese proposta por Castro acabava se chocando indiretamente com as duas principais estratégias políticas defendidas pelo presidente chileno: em primeiro lugar, sua atuação pacifista, distante de qualquer defesa da luta armada como método de conquista e manutenção no poder por parte dos revolucionários; em segundo lugar, seu respeito às regras institucionais da democracia liberal burguesa vigente no Chile.

Se o objetivo da chamada via chilena ao socialismo era a mesma que a cubana,

os meios eram inteiramente distintos, e em alguma medida discordantes. Levando em consideração tal discrepância, e inclusive revelando de forma implícita suas preferências e convicções políticas, a estratégia de comunicação adotada por Castro em um evento em memória de Playa Girón não deixou de defender diante de um representante do governo chileno, Volosky, a viabilidade da luta armada praticada em Cuba pelo Movimento 26 de Julho (M 26-7) como o modelo insurgente mais indicado para o que chamou de “definitiva emancipação” da América Latina.

Nessa perspectiva, a realidade experimentada pelo Chile no começo dos anos 1970 se mostrou uma oportunidade privilegiada para o governo cubano – na figura de seu líder, Fidel Castro –, não apenas demonstrar sua solidariedade ideológica a Salvador Allende, mas também, de forma paralela, enaltecer a luta armada como o caminho mais adequado a ser seguindo por quem desejasse implementar uma ruptura política sem compactuações com as elites capitalistas nacionais e internacionais. Mesmo reconhecendo a importância da via pacífica de construção do socialismo praticada por Allende, é particularmente interessante notar que, segundo Castro, o país sul-americano poderia realizar futuramente “um Girón ou muitos Girons contra os agressores” e os “reacionários” que desejassem pôr fim ao governo da Unidade Popular.

Em outras palavras, Castro propunha a um governo declaradamente pacifista que pegasse em armas assim que necessário com o objetivo de enfrentar seus adversários, oferecendo para isso o “espírito de Girón” emanado de Cuba como uma inspiração ideológica, além do entusiasmo de “milhões

de cubanos” que estariam dispostos a se transformarem rapidamente em “soldados revolucionários da América” ou “combatentes de Girón” (CASTRO, 1971) com o objetivo de apoiarem Salvador Allende e a expansão do socialismo pelo continente americano.

### Playa Girón “angolana”

---

Em discurso realizado no dia 19 de abril 1976, o tom adotado por Fidel Castro em relação à política latino-americana foi cauteloso, e até certo ponto pessimista, em virtude do que chamou de “experiência dolorosa” fruto do alastramento de regimes autoritários pela região. Em meio a tais dificuldades, o regime socialista insular reorientou sua atuação diplomática, procurando investir em outras estratégias de inserção global. A partir da segunda metade da década de 1970, a ilha caribenha lançou mão de suas Forças Armadas Revolucionárias (FAR) para intervir militarmente em países africanos que atravessavam processos de ruptura colonial com suas respectivas metrópoles europeias, oferecendo também assessoria técnica em diferentes áreas, como saúde e educação, aos movimentos de libertação nacional. Nesse contexto histórico, a readequação da narrativa pautada na solidariedade internacional e no anti-imperialismo ganhou um novo palco: Angola.

*Al conmemorar este XV Aniversario de la heroica y gloriosa victoria de Girón, nuestro pueblo tiene un motivo adicional de orgullo, que expresa su más hermosa página internacionalista y que*

trasciende las fronteras de este continente: la histórica victoria del pueblo de Angola (APLAUSOS PROLONGADOS) [...] En Girón se derramó sangre africana, la de los abnegados descendientes de un pueblo que fue esclavo antes de ser obrero, y fue obrero explotado antes de ser dueño de su patria. Y en Africa, junto a la de los heroicos combatientes de Angola, se derramó también sangre cubana, la de los hijos de Martí, Maceo y Agramonte, la de los que heredaron la sangre internacionalista de Gómez y el Che Guevara (APLAUSOS PROLONGADOS). Los que un día esclavizaron al hombre y lo enviaron a América, tal vez no imaginaron jamás que uno de esos pueblos que recibió a los esclavos, enviaría a sus combatientes a luchar por la libertad en Africa.

La victoria de Angola fue hermana gemela de la victoria de Girón (APLAUSOS). Angola constituye para los imperialistas yanquis un Girón africano (APLAUSOS). En una ocasión dijimos que el imperialismo sufría sus grandes derrotas en el mes de abril: Girón, Viet Nam, Cambodia, etcétera. Esta vez la derrota llegó en marzo. El 27 de ese mes, cuando los últimos soldados sudafricanos, después de una retirada de más de 700 kilómetros, cruzaron la frontera de Namibia, se había escrito una de las más brillantes páginas de la liberación del Africa Negra. [...] Ningún país del Africa negra tiene nada que temer del personal militar cubano. Somos un pueblo latinoamericano enemigo del colonialismo, el neocolonialismo, el racismo y el apartheid a los que protege y apaña el imperialismo yanqui (CASTRO, 1976a).

A partir de 1976, as lembranças da batalha de Playa Girón passaram a ter como pano de fundo o que Fidel Castro chamou de “motivo adicional de orgulho” e “generoso” e “irrestrito” apoio do governo cubano à independência de Angola, uma antiga colônia portuguesa que buscava consolidar seu processo de independência iniciado pouco tempo antes (ORTIZ, 1979). Enfatizando os elos históricos entre Cuba e a África, no trecho supracitado o mandatário afirmou que os eventos de abril de 1961 derramaram o “sangue africano”, em alusão ao fato de grande parte da população insular descender dos escravizados trazidos para a América durante o período da colonização espanhola.

Assim, a memória de Playa Girón entra em cena como uma forma de “reconciliar” os afro-cubanos, e, no limite do argumento, a própria nação cubana, com suas origens, ressignificando a diáspora dos povos submetidos ao trabalho compulsório na América. De acordo com a propaganda oficial, Cuba, uma das nações que mais recebeu escravos ao longo da história colonial, deveria se engajar nos combates pela descolonização e independência da região denominada por Fidel Castro de “África Negra”, visto que, segundo ele, os “descendentes” de um “povo escravo” deveriam participar ativamente da luta pela superação do passado escravocrata herdado dos tempos coloniais.

Por isso, Castro retratou a vitória militar cubana-angolana diante das tropas sul-africanas apoiadas pelo governo dos EUA como uma “irmã gêmea” da batalha de Playa Girón, ocorrida quase quinze

anos antes do início da Operación Carlota, como ficou conhecida a participação de Cuba no conflito angolano, entre 1975 e 1991. Interpretando os eventos internacionais a partir das experiências históricas cubanas, o mandatário se referiu à vitória militar em favor da independência de Angola como “Girón africano”, sugerindo a partir dessa metáfora uma dupla derrota do imperialismo estadunidense em continentes, contextos e períodos diferentes: uma em abril de 1961 e outra em março de 1976. A “irmandade” afro-cubana revela a tentativa de o governo cubano se reposicionar em um cenário geopolítico marcado pela Guerra Fria e pela ascensão do Movimento dos Países Não Alinhados, organização que seria presidida por Castro entre 1979 e 1983, a partir de um conflito de grande projeção internacional.

O apoio do regime socialista insular ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) também apareceu em outras passagens do discurso supracitado por meio da expressão “Girón de Angola” (CASTRO, 1976b), o que sugere uma forma de apadrinhamento das lideranças da Revolução Cubana à emancipação angolana. Ao tomar a memória de Playa Girón como base para interpretar processos político-sociais alheios ao contexto original da invasão da Baía dos Porcos, as palavras de Fidel Castro revelam uma intencionalidade voltada tanto para o público externo quanto para o interno, fazendo da vitória de abril de 1961 um marco temporal relevante para exprimir a função reservada a Cuba no processo de descolonização de países africanos.

## Considerações finais

---

Tendo em vista os casos acima analisados, relativos às releituras que Fidel Castro fez da memória da batalha de Playa Girón por meio das conexões históricas entre a Revolução Cubana e o contexto político-social de países como Brasil, Chile e Angola, é possível concluir que as distintas rememorações do conflito de 1961 visavam construir “representações coletivas” (BURKE, 2006, p. 75) capazes de identificar o público ouvinte com as demandas dos sucessivos tempos presentes, ou seja, com os problemas, dilemas e percalços enfrentados pelo regime socialista insular entre os anos de 1964 e 1976.

Versátil, elástica e polissêmica, a memória da vitória revolucionária ajudou a consolidá-la como um dos mais relevantes marcos históricos do calendário cívico criado pela Revolução Cubana. Para além do fato em si, ou mesmo das narrativas elaboradas com o objetivo de defender pontos de vista favoráveis ou contrários ao socialismo insular, evidenciamos como os usos da lembrança de Playa Girón se adaptaram às diferentes conjunturas políticas ao longo do tempo, revelando as tentativas de Fidel Castro de intervir sobre cada contexto histórico particular por meio de uma memória atualizada ou adaptada às necessidades de seu contexto de enunciação.

Como estratégia de comunicação, tais dinâmicas de reatualização do passado nos sucessivos tempos presentes (HALBWACHS, 2006) visavam cancelar

a ordem político-institucional fundada em Cuba a partir de 1º de janeiro de 1959, com o triunfo dos guerrilheiros sobre o regime autoritário de Fulgêncio Batista, e redirecionada, dois anos depois, poucas horas antes do início da batalha de Playa Girón, quando Fidel Castro declarou publicamente o caráter socialista de seu governo, abrindo caminho para o estabelecimento de uma progressiva aproximação política, ideológica e econômica com a URSS, potência inimiga dos EUA na Guerra Fria.

A partir do manejo da memória de um acontecimento que representou uma defesa armada da Revolução Cubana frente a seus inimigos, patrocinados pelo governo dos EUA, Fidel Castro conseguiu estabelecer diálogos, conexões e interfaces com cenários internacionais complexos, que envolveram, entre outros temas, o papel dos militares na vida política nacional, os caminhos para a construção do socialismo na América Latina e a luta anticolonialista na África contra as antigas metrópoles europeias.

Por fim, ao longo de nossa análise foi possível detectar impactos diretos dos eventos internacionais sobre o processo de ressignificação da memória de Playa Girón, assim como a construção de uma espécie de “cubanização” das interpretações relativas a uma parte da realidade histórica latino-americana e africana, que através das constantes lembranças à vitória revolucionária ocorrida em abril de 1961 visavam reforçar a legitimidade da Revolução Cubana dentro e fora da ilha. ■

[ BRUNO ROMANO RODRIGUES ]

Bacharel em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorando no departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Atualmente, estuda os usos políticos da memória pela Revolução Cubana, com ênfase nos discursos proferidos por Fidel Castro. E-mail: romanorodrigues@hotmail.com

## Referências

---

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASCORRO, Raul. **Gente de Playa Girón**. Havana: Casa de Las Americas, 1962.

CHAVEZ, Clara; MEDINA, Dulce; ALMOHALLA, Saul (orgs.). **Girón. Biografía de la Victoria**. Havana: Política, 1986.

CORRALES, Raul. **Playa Girón**. Havana: Letras Cubanas, 1985.

CORRALES, Saúl; TORRES, Carlos (ed.). **Girón. Los días gloriosos de una batalla**. Valencia: Aurelia, 2007.

DEL PINO, Rafael. **Amanecer em Girón**. Havana: Letras Cubanas, 1982.

FRANCHOSSI, Gabriel Molina. **Girón, Bahía de Cochinos. El mayor error de Kennedy**. Havana: Política, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

Historia de una agresión. **El juicio a los mercenarios de Playa Girón**. Havana: Venceremos, 1962.

JOHNSON, Haynes. **The Bay of Pigs: the leaders' story of brigade 2506**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1964.

MACHADO, Quintin. **La batalla de Girón. Razones de una victoria**. Havana: Ciencias Sociales, 1983.

MACÍAS, Raúl. **Girón: historia verdadera de la brigada 2506**. Havana: Letras Cubanas, 1984.

MARRERO, Josué. **Relatos de Girón**. Havana: Letras Cubanas, 1982.

MAYO, José. **Niños héroes de Playa Girón**. Havana: Gente Nueva, 1983.

MOLINA, Gabriel. **Diario de Girón**. Política, 1984.

NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2017.

ORTIZ, José. **Angola: un abril como Girón**. Havana: Política, 1979.

PERÉZ, Eugenio; ROMAN, Acela. **Batalla por la indemnización. La segunda victoria de Girón**. Havana: Verde Olivo, 2016.

PRADO, Giliard. **A construção da memória da Revolução Cubana**: a legitimação do poder nas tribunas políticas e nos tribunais revolucionários. Curitiba: Appris, 2018.

RODRIGUES, Bruno Romano. A memória de Playa Girón e o socialismo cubano: reflexões sobre os discursos de Fidel Castro na efeméride do 19 de abril (1971-2001). **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 18, n. 2, pp. 416-433, 2021.

RODRÍGUEZ, Juan. **Girón**: la batalla inevitable. La más colosal operación de la CIA contra Fidel Castro. Havana: Capitán San Luis, 2010.

ROS, Enrique. **Playa Girón. La verdadera historia**. Miami: Universal, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro (org.) **1964. Visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 2014.

TRIAY, Victor. **Bay of Pigs. An oral history of brigade 2506**. Miami: University Press of Florida, 2020.

WINN, Peter. **A revolução chilena**. São Paulo: Unesp, 2010.

WYDEN, Peter. **The Bay of Pigs**: the untold story. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1979.

## Fontes

---

CASTRO, Fidel. **Playa Girón. Derrota del imperialismo**. 2 tomos. Havana: Ediciones R, 1961.

CASTRO, Fidel. **Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario y Primer Secretario del Partido Unido de la Revolución Socialista de Cuba, en la velada solemne para resumir los actos de celebración del tercer aniversario de la victoria del pueblo de Cuba en Playa Girón, efectuada en el Teatro Chaplin, el 19 de abril de 1964**. 1964. Disponível em: <https://bit.ly/3V7KHX3>. Acesso em: 10 maio 2020.

CASTRO, Fidel. **Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en el acto central en conmemoración del X aniversario de la victoria de**

**Playa Girón, efectuado en el teatro de la CTC, el 19 de abril de 1971.** 1971. Disponível em: <https://bit.ly/3Hehzrt>. Acesso em: 10 maio 2020.

CASTRO, Fidel. **Discurso pronunciado por Fidel Castro, Presidente de la República de Cuba, en el acto central por el XV aniversario de la victoria de Girón y la proclamación socialista de nuestra Revolución, celebrado en el Teatro Carlos Marx, el 19 de abril de 1976, “Año del XX aniversario del Granma”.** 1976a. Disponível em: <https://bit.ly/3NdpoSj>. Acesso em: 10 maio 2020.

CASTRO, Fidel. **Angola. Girón africano. Discurso de Fidel Castro en el XV aniversario de la Victoria de Playa Girón.** Havana: Ciencias Sociales, 1976b.

CASTRO, Fidel. **Así se derrotó al imperialismo.** 2 tomos. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1978.

CASTRO, Fidel. **Fidel Castro habla de Playa Girón.** Melbourne: Ocean, 2001a.

CASTRO, Fidel. **Playa Girón. Bahía de los Cochinos. Primera derrota militar de Washington en América.** Nova Iorque: Pathfinder, 2001b.

CASTRO, Fidel. **Fidel: días de Girón.** Havana: Verde Olivo, 2001c.

DÍAZ-CANEL, Miguel. **Discurso pronunciado por el compañero Miguel Díaz-Canel Bermúdez, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros de la República de Cuba, en la Sesión Constitutiva de la IX Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular, en el Palacio de Convenciones, el 19 de abril del 2018, “Año 60 de la Revolución”.** 2018. Disponível em: <https://www.presidencia.gob.cu/es/presidencia/intervenciones/discursos-pronunciado-en-la-sesion-constitutiva-de-la-ix-legislatura-de-la-asamblea-nacional-del-poder-popular/>. Acesso em: 10 maio 2020.

“Y LA CULPA  
NO ERA MÍA,  
NI DÓNDE ESTABA,  
NI CÓMO VESTÍA”:  
PARA DESAFIAR  
DISCURSOS  
E PRÁTICAS  
AUTORITÁRIAS<sup>1</sup>

[ V SICCAL ]

**Cecilia Setti**

*Instituto Veredas*

**Solange Borelli**

*Universidade de São Paulo*

---

<sup>1</sup> Artigo preparado para o V Simpósio Internacional de Cultura e Comunicação na América Latina: O pensamento crítico latino-americano e as alternativas no enfrentamento da crise do capitalismo contemporânea, de 10 a 12 de novembro de 2021, CELACC/ECA/USP, São Paulo, Brasil.

[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

A partir da análise de um ato performático inaugurado pelo coletivo artístico LasTesis, este ensaio tem como objetivo provocar uma discussão preliminar, sob uma perspectiva de teorias pós-coloniais e dos feminismos decoloniais, sobre os mecanismos internos de subalternidade e sobre a produção de comportamentos naturalizados, como a violência de gênero em suas múltiplas formas. Emerge a necessidade de se compreender os elementos que deram origem a essas estruturas, de forma a buscarmos perspectivas epistemológicas que nos levem a aprofundamentos substanciais.

**Palavras-chave:** Teorias pós-coloniais. Feminismos decoloniais. Violência de gênero. Patriarcado. Sistema capitalista.

From the analysis of a performative act inaugurated by the artistic collective LasTesis, this paper aims to promote a preliminary discussion, from a perspective of postcolonial theories and decolonial feminisms, about the internal mechanisms of subalternity and about the naturalized behaviors, such as gender violence in its multiple forms. The need to understand the elements that gave rise to these structures, to seek epistemological perspectives that lead us to substantial deepening, emerges.

**Keywords:** Postcolonial theories. Decolonial feminisms. Gender violence. Patriarchy. Capitalist system.

A partir del análisis de un acto performativo realizado por el colectivo artístico LasTesis, este ensayo pretende provocar una discusión preliminar sobre los mecanismos internos de subalternidad y producción de conductas naturalizadas, como la violencia de género en su diversidad, desde las teorías poscoloniales y de feminismos decoloniales. Así surge la necesidad de comprender los elementos que fundamentan estas estructuras para buscar perspectivas epistemológicas que nos lleven a una profundización sustancial.

**Palabras clave:** Teorías poscoloniales. Feminismos decoloniales. Violencia de género. Patriarcado. Sistema capitalista.

*El patriarcado es un juez, que nos juzga  
por nacer / y nuestro castigo es la  
violencia que ya ves / Es feminicidio /  
Impunidad para el asesino / Es la desa-  
parición / Es la violación / Y la culpa no  
era mía, ni dónde estaba, ni cómo vestía  
/ El violador eras tú / Son los pacos /  
Los jueces / El estado / El presidente /  
El estado opresor es un macho violador /  
El violador eras tú  
(LASTESIS COLECTIVO, 2021).*

## O Coletivo “LasTesis”

---

Em 20 de novembro de 2019, nas ruas de Valparaíso, a 120 quilômetros da capital chilena, Santiago, quatro mulheres artistas, integrantes do coletivo “La Tesis”, criaram um ato performático chamado “Un violador en tú camiño”. Em questão de dias, a performance viralizou e se tornou um fenômeno internacional, sendo interpretada por outras mulheres em dezenas de cidades ao redor do mundo, transformando-se em um poderoso hino feminista que denuncia a violência de gênero. A performance teve como inspiração autoras feministas como Silvia Federici e Rita Segato, que em seus discursos e práticas questionam o patriarcado e o capitalismo, desnaturalizando-os em todas as frentes.

O coletivo “LasTesis”, formado por Daffne Valdés Vargas, Paula Cometa Stange, Lea Cáceres Díaz e Sibila Sotomayor Van Rysseghem, dedica-se a pesquisar as artes performativas, enquanto hibridização e choque entre linguagens (teatro, performance, dança, artes visuais etc.),

em diferentes proposições de articulação entre arte e vida, envolvendo dimensões políticas, existenciais e culturais mais amplas. A performance “Un violador en tú camiño” alimenta esse debate e nos faz observar com outras lentes os mecanismos internos de subalternização, caracterizados por uma relação hierárquica de poder, na qual a desigualdade e a exclusão das mulheres manifestam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas. A partir disso, é construída uma identidade feminina com definições de papéis, colocando-a como figura passiva e submissa, criando assim o espaço propício para o exercício da opressão masculina.

## Violência de gênero, dados epidemiológicos

---

A violência de gênero tem raízes profundas situadas ao longo da história, sendo, portanto, de difícil desconstrução. Ela se define como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém em situação de vulnerabilidade devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual. Dessa forma, constata-se que as pessoas mais atingidas por essa coerção são aquelas do sexo feminino. Portanto, iniciar este estudo, evidenciando dados epidemiológicos da violência de gênero, embora não expresse toda a magnitude do problema, oferece-nos instrumentos para uma análise mais aprofundada dessa questão.

A América Latina é, sem dúvida, o continente mais perigoso para se viver quando se é mulher, nascida ou não como

tal (GALVANI, 2019). A cada seis horas, uma mulher é vítima de feminicídio no mundo, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2018. O relatório informa que em 2017 a taxa global de homicídios intencionais de mulheres foi de 0,9 por 100.000 habitantes, enquanto na América Latina e Caribe foi registrada taxa de 1,6 por 100.000 habitantes. Já no Brasil registrou-se feminicídio de 4,3 por 100.000 habitantes, o maior número absoluto de feminicídios da região, seguido por México, Colômbia e Argentina. O estudo ainda revela que a grande maioria desses homicídios foi cometida por parceiros íntimos ou familiares das vítimas (UNODC, 2018).

As informações são confirmadas por outras fontes, como Rosas (2021) que a partir de dados de órgãos oficiais, de organizações civis, coletivas e do monitoramento da imprensa, produziu um retrato atualizado dos feminicídios ocorridos durante o período de quarentena na América Latina e no Caribe. Os cinco países onde a maioria dos feminicídios ocorreu durante o primeiro mês exato de quarentena são: México (198), Brasil (48), Argentina (28), Venezuela (19) e Colômbia (15). Na maioria dos casos, os perpetradores eram parentes, parceiros ou ex-parceiros. Diversos estudos explicam esse fenômeno (ROSAS, 2021). Segundo um indicador da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a Cepal (2021), na maioria dos países latino-americanos, dois em cada três feminicídios ocorrem no contexto de relações com companheiro ou ex-companheiro. Somente no período de março a junho de 2020, ocorreram 1.409 feminicídios nos 18 países e um território investigados: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba,

Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Porto Rico, território dos Estados Unidos no Caribe (CEPAL, 2021).

De posse desses dados, atrelados à conscientização da natureza histórica da desigualdade de gênero, entendemos que há um grande trabalho que precisa ser feito em diferentes âmbitos – sociais, econômicos, políticos e culturais –, já que a desigualdade de gênero somada à ordem patriarcal vigente são alguns dos ingredientes que, unidos ao sentimento de culpa impresso historicamente nos processos psíquicos, conscientes e inconscientes não apenas nas mulheres, contribuem para a perpetuação das relações desiguais de poder que acabam por acarretar violência.

### **Ancoragem teórico-epistemológica, contribuições latino-americanas**

---

Partindo do contexto apresentado, serão abordados neste estudo pensadores e pensadoras que tratam temas como patriarcado, capitalismo e colonialidade, que, ao nosso ver, podem nos dar pistas para a compreensão de algumas das questões que serão aqui abordadas. Assim, destacamos José Carlos Mariátegui, Aníbal Quijano, Ruy Mauro Marini, María Lugones e Lélia Gonzalez, além de Julieta Paredes e Silvia Federici como um aporte instrumental auxiliar, objetivando não equacionar, mas sim compreender os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais implícitos nas estruturas de poder que nos violentam,

nos aprisionam e nos fazem reproduzir mecanismos de subalternidade. Para tanto, é imprescindível explicitar sobre quais preceitos conceituais repousam nossas reflexões, em termos gerais, com relação ao patriarcado e capitalismo, a fim de indicar chaves analíticas de compreensão e assim prosseguirmos nas ponderações propostas pelos autores elencados.

O patriarcado pode ser compreendido como um sistema social baseado em uma cultura, estruturas e relações que favorecem os homens, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual, podendo ser caracterizado também como o poder que o homem exerce por meio dos papéis sexuais. Esse sistema se constitui junto com as sociedades de classes, o que significa dizer que precede o modo de produção capitalista e nele assume formas singulares de existência. Essa existência ancestral do patriarcado, assim como as diversas faces que ele assume na história, faz com que, na maioria das vezes, essas estruturas de poder que dele surgem e resultam na violência de gênero se mantenham e se perpetuem (SOUZA, 2015).

De acordo com os grifos na obra de Antonio Gramsci por Andrea Catone (LIGUORI, 2017), o capitalismo pode ser compreendido como produto de um processo histórico iniciado na Idade Moderna, a partir do qual, devido a suas contradições internas, desenvolveu-se de forma desigual. Essa desigualdade pode ser atribuída a ritmos de crescimento diferentes para os países do centro e da periferia do sistema internacional, dado que seu desenvolvimento é proporcional à capacidade de extração de mais-valor relativo e decorre predominantemente do avanço industrial

e tecnológico. Esse sistema depende, para sua sobrevivência e seu pleno funcionamento, de reunião de determinadas condições sociais, econômicas, políticas e culturais que estão interrelacionadas. O capitalismo enquanto modelo hegemônico de produção e reprodução tem como fim principal a acumulação e apropriação de excedentes econômicos e recursos naturais globais em favor de uma pequena parcela de seus habitantes. Para tanto, provoca um desequilíbrio sistêmico na natureza e no modo de vida das populações, as quais sentem seus impactos de forma desproporcional enquanto condição humana. Esse sistema estabelece uma hierarquia na própria estrutura social das relações humanas, condenando os grupos que foram direcionados às bases dessa estrutura e seus descendentes.

Dessa forma, é possível observar a relação íntima entre sofrimento social e as hierarquias sociais e territoriais ocupadas pelos indivíduos. Classe, raça e gênero, elementos que classificam essas hierarquias, constituem pilares de uma superestrutura que orienta o modo de pensar, as visões de mundo e demais componentes ideológicos da nossa sociedade. Essa hierarquia produz condições de subalternidade, que são definidas, de acordo com escritos de Gramsci, como circunstâncias relativas a grupos sociais heterogêneos que ocupam posição de subordinação política na sociedade, em seu tempo (LIGUORI, 2017).

Essas categorias estão em consonância com o imperialismo, patriarcado, racismo e capitalismo, formas de dominação que, apesar das evoluções das condições gerais de vida, nunca foram propriamente superadas, sendo constantemente

reformuladas e adaptadas às diferentes conjunturas sociais. Para regular as relações e manter os arranjos do modelo de produção hegemônico, o Estado dispõe de mecanismos legitimados pela própria sociedade, tais como as políticas públicas, o aparato repressivo, a regulação dos serviços, a disposição urbana, a expropriação rural e as próprias leis. Da mesma forma, organizando o tabuleiro global, as nações imperialistas ainda lançam mão de recursos de controle por meio de convenções multilaterais, regulando especialmente o quanto os países colonizados podem avançar do ponto de vista do desenvolvimento econômico, tecnológico e social (MARINI, 2000).

É preciso compreender, portanto, que o conflito de classes observado globalmente, comporta em si diferenças entre o centro e a periferia do capitalismo. Essas diferenças são um fator que agrava o sistema de exploração que já existe, e se combinam com as contradições específicas do sistema capitalista-dependente, como explicado na Teoria Marxista da Dependência (KATZ, 2020).

Ocorre que, além de perpetrarem as desproporções nas práticas de expropriação, acumulação e consumo que limitam o desenvolvimento dos países periféricos, dos quais o capital estrangeiro drena recursos através da cobrança de royalties, excedentes de produção ou da própria comercialização de maquinários essenciais, os países imperialistas ainda elevam suas margens de lucro por meio dos baixos salários impostos aos trabalhadores latino-americanos, mediante o fenômeno nomeado pelo sociólogo brasileiro

exilado pela Ditadura Civil-Militar de 1964, Ruy Mauro Marini, como “superexploração”. Em linhas gerais, o conceito se refere à imposição ao trabalhador de pagamento inferior ao valor de sua força de trabalho, se comparado aos trabalhadores dos países do centro do capitalismo. Tal prática é possibilitada em regiões onde há o excedente de mão de obra decorrente da presença da chamada superpopulação – como ocorre no Brasil especialmente após o êxodo rural –, proporcionando pouca oferta de trabalho para a grande demanda de trabalhadores ociosos e pauperizados (KATZ, 2020). Dessa forma, conserva-se um ciclo em que os países dependentes são condenados a viver à sombra do desenvolvimento dos países centrais, estando os primeiros sujeitos aos limites comerciais, financeiros, tecnológicos e industriais dos últimos, o que impede a superação desta dependência.

O subdesenvolvimento latino-americano capitalista-dependente deve ser interpretado como um projeto e não como um produto resultante desse sistema – sistema esse que serve às demandas de acumulação de capital dos países imperialistas e neocolonialistas. Um novo ciclo de exploração, expropriação e dominação se inicia junto à atual crise capitalista que enfrentamos, cujos sintomas mórbidos incluem o neofascismo extrativista, vivido especialmente no Brasil, e a aparentemente interminável crise pandêmica, fruto do extrativismo ambiental e prolongada graças à falta de práticas de gestão política, sanitária e comunitária, especialmente no âmbito nacional (o que, no entanto, não coloca as ações internacionais como isentas de críticas).

Dadas as consequências provocadas pela desigualdade deste sistema, é preciso localizar quem está submetido às condições de opressão. Como mecanismo de controle do patriarcado, a violência expressiva contra as mulheres na atualidade, seja por intermédio do Estado em seu exercício pleno (por meio das polícias, políticas e guerras), ou da própria estrutura familiar nuclear hegemônica, é aplicada valendo-se do que Rita Segato nomeia como “crueldade pedagógica”. Essa crueldade ocorre mediante atuação militar na América Latina, servindo como exemplo a remoção de populações de áreas de interesse para exploração do capital, o que tem como objetivo não só desmobilizar qualquer proeminência de força contra ações neocoloniais, mas também explicitar a ausência de compaixão por quem atrapalha os interesses do “império” (FEDERICI, 2019a).

Silvia Federici entende que a escalada da violência contra as mulheres na periferia do capitalismo – especialmente aquelas ligadas aos territórios, como as indígenas, camponesas e afrodescendentes – não é um fenômeno do acaso, pois um processo de recolonização está em curso e tem como principal objetivo a tomada do controle sobre as riquezas naturais e sobre o capital humano. Em seu entendimento, o domínio sobre a reprodução das comunidades é elemento essencial para a tomada desse controle, nem que seja mediante a destruição dos corpos dessas mulheres. Nas palavras da autora: “maltratar as mulheres é útil para os ‘novos cercamentos’” (FEDERICI, 2019a).

## Pensar a mulher a partir de Mariátegui e Quijano

---

Desde a década de 1920, José Carlos Mariátegui, escritor, jornalista, sociólogo e ativista político peruano, pois é um dos intelectuais latino-americanos mais influentes do século XX, embora pouco citado nos meios acadêmicos, tem sido uma fonte importante para consultar produções de mulheres de sua época. Em sua curta existência (1894-1930), produziu uma extensa obra escrita, editorial e política, como segue: a revista *Nuestra Época* (1918); o jornal *La Razón* (1919); a revista *Amauta* (1926-1930); e o jornal *Labor* (1929); além de ter sido diretor da revista *Claridad* (1923-1924).

A revista *Amauta* representou a expressão mais evidente e avançada para a época. O pensamento político, social e cultural que significou *Amauta* na América Latina no início do século XX teve uma participação indiscutível das mulheres, a exemplo de poetisas, educadoras, artistas, ativistas e jornalistas, todas comprometidas com o mesmo anseio de justiça e igualdade. Entre as vozes femininas destacaram-se: Ángela Ramos e Dora Mayer de Zulen, que criticaram a educação patriarcal e sentimental da mulher peruana; Miguelina Acosta Cárdenas, que criticou a situação de exploração e miséria na qual viviam os indígenas peruanos; Judith Arias, Gabriela Mistral e María Wiesse, que defenderam a educação para as crianças como uma possibilidade de transformação social; Mary González e María Augusta Arana, que defenderam a participação das mulheres nas organizações das lutas sindicais contra

as legislações que oprimiam o proletariado feminino; e Magda Portal, que se destacou como poetisa e militante política. Por meio da representação das mulheres, encontramos opiniões sobre a relação entre os sexos, a referência aos problemas enfrentados pelos países a partir de uma perspectiva crítica e o anseio por uma nova arte e nova ética, além de ponderações sobre o impacto do capitalismo e da incorporação da mulher ao trabalho. A revista refletia também sobre as contradições entre a vanguarda feminina e a vida da maioria das mulheres, submetidas a uma educação patriarcal e sentimental (RUBBO, 2018).

Dentro das inúmeras análises socio-culturais feitas por José Carlos Mariátegui, destacam-se aquelas relacionadas às questões feministas, nas quais enfatizava que a democracia burguesa não impulsionou nem desenvolveu o feminismo, no entanto criou involuntariamente as condições e as premissas morais e materiais para a sua realização. Do mesmo modo, o autor expõe a importância da participação das mulheres dentro do capitalismo democrático, que estava sendo implementado no Peru, pois sua inserção no processo produtivo, especialmente nas fábricas, propiciou a organização e a politização delas numa perspectiva coletiva e de luta revolucionária, na qual era imprescindível a sua participação.

Mariátegui afirmava também que a luta pelos direitos e pela igualdade das mulheres dizia respeito a todos e não somente a elas, pois se trata de uma luta pela condição humana (ADRIANZÉN, 1975). Em 1924, escreveu um artigo no jornal *Mundial* intitulado “As reivindicações feministas”, distinguindo no feminismo

três tendências fundamentais: feminismo burguês, feminismo pequeno-burguês e feminismo proletário. Cada um destes movimentos formula suas reivindicações de uma maneira distinta. Para Mariátegui, a mulher burguesa alia seu feminismo ao interesse da classe conservadora, ao passo que a mulher proletária alia o seu feminismo à fé das multidões revolucionárias na sociedade futura. A luta de classes – fato histórico, não uma afirmação teórica – reflete-se no plano feminista. As mulheres, como os homens, são reacionárias, centristas ou revolucionárias. Não podem, por consequência, combater juntas a mesma batalha, segundo análise de Mariátegui (2013).

Aníbal Quijano (1930-2018), sociólogo e pensador humanista também peruano, conhecido por ter desenvolvido o conceito de “colonialidade do poder”, teve também uma relação profunda com a obra mariateguiana, sendo provavelmente o sociólogo da América Latina que mais se dela aproximou.

Em 1991, Quijano (1991) publicou um trabalho inteiramente dedicado a José Carlos Mariátegui, *Textos Básicos*, no qual declara que não há, em Mariátegui, um sistema filosófico coerente e imutável ou uma teoria inaugural. Na realidade, toda sua reflexão tomou forma de ensaio no campo da produção jornalística. Portanto, qualquer tentativa de sistematização de seu pensamento é sempre incerta e controversa. O fato é que o legado de Mariátegui acompanhou Quijano por muito tempo, nas suas atividades políticas, acadêmicas e editoriais. E, independentemente da postura teórica e das ênfases distintas que adotou em seu itinerário, preocupou-se

efetivamente com a divulgação da obra mariateguiana, permanecendo fiel à premissa de seu autor predileto.

Quijano, ao desenvolver o conceito de colonialidade, o apresenta em três dimensões – do ser, do saber e do poder –, sustentando a condição inferior dos povos pertencentes ao segundo e terceiro mundo, principalmente da mulher na subalternidade, e certificando a superioridade dos povos colonizadores na construção das sociedades.

A colonialidade caracteriza-se, desde a Era das Navegações, pela crença na superioridade da ciência, do saber, da cultura e das línguas ocidentais e pela crítica a toda forma de conhecimento que não seja produzida pela mesma matriz das línguas europeias. A colonialidade mostra, dessa forma, o lado escondido da então chamada "modernidade", e deixa evidente que quem possui o poder de representar, possui também o poder de definir e determinar a identidade (MIGNOLO, 2005). Devido a essa dominação europeia, que aos poucos se instalou nas Américas e, mais tarde, em outros continentes, representada pelo seu enorme poderio econômico, cultural e territorial, forma-se a nomenclatura "colonialidade do poder". Nesta perspectiva, a colonialidade do poder, colonizador do corpos, dos saberes e das mentes dos dominados, amplia, com as bases do pensamento decolonial, as lentes de análise sobre a desvalorização da mulher após a colonização, atestando a condição marginalizada e subalterna da mulher, ou seja, uma condição de inferioridade.

Curiosamente, essa definição de inferioridade do sexo feminino é legitimada, aqui no Brasil, por uma perspectiva religiosa

que se apoia em escritos bíblicos para justificar os abusos sofridos pela mulher em uma sociedade machista e patriarcal, que determina a posição, os modos, o padrão e as regras aos quais estão submetidas, e aquelas que fogem aos padrões impostos são condenadas, desqualificadas e tachadas perante as sociedades como desrespeitosas, imorais e ingratas diante do papel destinado a elas. Não vamos nos deter nesta questão de ordem religiosa, mas não podemos deixar de considerar que a inferioridade do gênero feminino, quando ligada também ao meio religioso e cultural, legitimou as crueldades feitas pela Igreja, pelo homem e pela sociedade como algo que advém de uma vontade divina, a qual a mulher precisava aceitar e compreender.

Os atributos e lugares do feminino e do masculino, social e culturalmente construídos, assim como a construção/desconstrução das identidades de gênero, podem nos indicar um caminho para a resolução de uma parte inicial desse problema, que é a desnaturalização da violência contra a mulher.

### **Pensar a mulher a partir de María Lugones e Lélia Gonzalez**

---

É importante destacar a diversidade possível em ser mulher, que não se limita a predeterminações biológicas, características físicas, culturais ou da própria reprodução. A subalternidade é um pré-requisito que une as diferentes formas de ser mulher na nossa sociedade. Contudo, ser mulher num território colonizado é ser atravessada por mais um condicionante da subalternidade,

tanto quanto e podendo ter o acúmulo de ser mulher não branca, não cisgênero, não magra, não feminilizada, homossexual, trabalhadora não formal, em suma, não correspondente aos modelos hegemônicos do que se projeta para o “ser mulher”.

Partindo desta perspectiva, trazemos neste estudo algumas autoras que constroem suas trajetórias políticas, sociais e teóricas reivindicando um movimento emancipatório que respeite e contenha em si os debates sobre colonialidade, raça, classe e gênero. Esses debates estariam presentes não como pauta ou recorte, mas como dimensões fundantes, condicionantes e consequentes, superando a noção de um feminismo cooptado pelas forças ultraneoliberais que, ao mesmo tempo que comercializam a “estética feminista” por meio do “*girl power*”, “mulheres no topo” etc., silenciam-se face ao sofrimento das mulheres racializadas e periféricas, mantendo-as às margens de seus verdadeiros direitos e vulneráveis às opressões regidas pelo colonialismo, patriarcado, racismo e capitalismo.

Dessa forma, cabe-nos agora adentrar, ainda que de forma bastante concisa, o conceito de gênero na perspectiva de Maria Lugones (1944-2020), socióloga, professora, feminista e ativista argentina, radicada nos Estados Unidos, na tentativa de compreender como a subordinação é reproduzida e como a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas.

Nesse caminho, María Lugones (2008) publica o ensaio “Colonialidade e Gênero”,

inserindo a categoria “gênero” no pensamento decolonial. Para a autora, o sistema de gênero surge quando o discurso moderno colonizador estabelece a dicotomia fundadora colonial: a classificação entre o humano e o não humano. Como humano, estaria o colonizador; como não humanos, os nativos indígenas e, um pouco mais tarde, as populações escravizadas, vistas como animais primitivos. Na categoria não humano, a atribuição de gêneros está ausente, o que não chamou atenção dos autores decoloniais. É esse o passo à frente que deu nome ao feminismo decolonial: o gênero como elemento estruturante da colonialidade, como categoria criada pelo vocabulário colonial e que não faz propriamente parte das dinâmicas pré-coloniais. O feminismo decolonial denuncia a imbricação estrutural das noções de heteronormatividade, classificação racial e sistema capitalista.

Lélia Gonzalez (1935-1994), por sua vez, estuda, ensina, discute e desafia as perspectivas socioeconômicas propostas pelas relações sociais, utilizando-se de recursos da antropologia, sociologia, filosofia, psicanálise e da sua própria vivência de mundo enquanto mulher negra brasileira. Além de militante pelo movimento de mulheres negras, apresentou-se ao mundo como uma brilhante intelectual com seu pioneirismo nos estudos sobre cultura negra no Brasil, deixando um legado de extrema importância para análise das relações de raça, gênero e classe na atualidade. Utilizamos alguns desses instrumentais para a nossa reflexão, frisando que a obra da autora supera tais destaques tanto em nível de amplitude quanto de profundidade nos assuntos apresentados.

Gonzalez, recorrendo a abordagens psicanalíticas para compreender as relações fundamentadas na linguagem (falada e compreendida), batizou de “neurose cultural brasileira” o fenômeno de dominação da população negra no Brasil por meio principalmente do “mito da democracia racial”. Este último termo foi grifado pela autora e atribuído à obra de Gilberto Freyre (FREYRE, 2004; FREYRE, 1951), na qual o escritor explora uma suposta igualdade entre brancos e negros no Brasil, produzida pela miscigenação e cordialidade entre os senhores e seus escravizados, a despeito do racismo praticado no estrangeiro. Em sua tese, Freyre defende inclusive que a própria cordialidade é pautada pelo fato de os senhores manterem relações sexuais com suas mucambas, relações as quais hoje ressignificamos como estupros. Ao observar o trabalho “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (GONZALEZ, 1984), fica nítido que a difusão do mito da democracia racial, que tem o racismo em seu cerne por excelência, quando somada às práticas sexistas, produz não só efeitos de segregação e domesticação, mas de violência contra esses corpos de mulheres negras.

A autora trata ainda do que denomina como “noção de consciência e memória”, em que a falta da primeira implicaria em desconhecimento, encobrimento, alienação e na falta também do próprio saber enquanto discurso ideológico que serve de base para o discurso e prática de branqueamento e da chamada “democracia racial”. Já a segunda, a memória, comprime em si a história não escrita, o não saber que conhece e a própria verdade estruturada como ficção, induzida de forma oculta por meio do que Lélia nomeia como “jogo dialético” entre consciência e memória. É importante destacar

que Frantz Fanon (FAUSTINO, 2018), a quem a própria Lélia faz constante menção, discute o que se refere como “teorização subjetiva” (o segundo aspecto da sua teoria da racialização), discussão essa na qual explica que a teorização subjetiva pode ser observada no momento em que os indivíduos deixam de se reconhecer mutuamente como humanos para ver a si e ao outro por meio de um prisma distorcido do colonialismo, aspecto proveniente de uma contraposição binária (no caso, branco versus preto), o que molda a percepção de si e do mundo, produzindo, de certa forma, em si a alienação da própria humanidade (FAUSTINO, 2018). Desse modo, a assimilação desse jogo dialético é tamanha que ocorre a identificação do dominado com o dominador, internalizando a reprodução dos valores brancos ocidentais, representados por “heróis” produzidos, perpetuando assim esse ciclo de subordinação, numa escravatura ideológica em que o negro é o outro, cabendo a ele se reservar “ao seu lugar”, sob a vigia dos aparelhos repressivos do Estado, para que não ultrapasse os limites social e racial dos territórios, especialmente os urbanos.

Em seu artigo “Cultura, etnicidade e trabalho”, Gonzalez (1979) realça a definição de ideologia em que se ampara por intermédio de seu contemporâneo, o filósofo marxista argelino Louis Pierre Althusser, destacando que o exercício da ideologia na sociedade de classes é uma representação tendenciosa da realidade, utilizada exatamente para manipular e manter os homens nos lugares que “devem” ocupar para a manutenção do sistema de exploração de classes, no lugar de torná-los conscientes de sua realidade material.

Gonzalez ainda destaca o quanto a mulher negra foi precursora do seu gênero ao entrar no sistema produtivo ainda no período colonial brasileiro, operando a reprodução social e sexual do trabalho. Primeiro como mucama, que emerge para o papel de doméstica (termo que para a autora comprime em si mais do que a própria função de atividades domésticas propriamente) no período de proletarização, exercendo funções de sujeição (à classe média fora de casa e aos homens dentro de casa) não somente em seu próprio lar, mas fazendo o trabalho reprodutivo no lugar de outra mulher (branca burguesa) que conseguiu conquistar seu “direito” de estudar ou trabalhar. No entanto, a mulher negra nunca teve a labuta como direito, mas como condição imposta, sem a possibilidade de escolha. A autora ainda denuncia a produtificação da mulata, que se torna um importante “produto de exportação” da nação brasileira, especialmente no carnaval, fortalecendo o nocivo mito da democracia racial e mascarando a realidade racista brasileira ao mesmo tempo que a reafirma com seus atos. É importante notar o caráter de objetificação do corpo da mulher negra através dessas duas vias, uma enquanto objeto de superexploração para acúmulo do capital, e outra enquanto objeto de consumo da burguesia para seu prazer. Essa divisão espacial, ideológica e até cultural entre dominados e dominadores, alocados como lugares naturais, segregam de forma estrutural, negando aos dominados os melhores níveis de educação e os mais altos postos de trabalho, possibilitando-lhes participação mínima nos processos político, econômico e cultural. Isso serve a um sistema de acúmulo de capital e de consumo de pessoas como se fossem objetos, de forma absolutamente normalizada pelo

Estado e pela sociedade (GONZALEZ, 1979), amalgamando-se no que hoje nomeamos como racismo estrutural.

O pensamento de Lélia explicita a perversidade do racismo na estratificação social brasileira, evidenciando a importância da categoria de raça enquanto uma das camadas de exploração humana, agregando-se às outras camadas de classe, gênero e imperialismo como determinantes de relações de subordinação.

### **Outras contribuições: Julieta Paredes e Silvia Federici**

---

Tecendo contribuições que permitem aprofundar e ampliar o escopo de nossa discussão, Julieta Paredes (2017), indígena do Povo Aymara da Bolívia, ensina-nos, por meio de suas publicações acadêmicas, sua produção cultural, sua prática enquanto educadora popular, de sua militância e ativismo no feminismo comunitário, que, entre outras coisas, a dimensão de patriarcado teve origem anteriormente ao processo de invasão e colonização do território ao qual se refere como Abya Yala (comumente denominado América), sendo portanto preexistente mesmo no modo de vida comunitário dos povos originários dessa terra. Ela nos provoca a reconhecer a luta em oposição ao patriarcado, hoje nomeada como feminismo e muito anterior ao século XVIII de Alexandra Kollontai ou Simone de Beauvoir, com o acúmulo de sabedoria correspondente à sua idade, tanto quanto os saques e opressões aos quais gerações de mulheres foram expostas.

A autora aponta de forma nítida a distinção entre machismo e patriarcado, atribuindo ao segundo a matriz das opressões, discriminações e violências que oprimem a humanidade e a natureza, constituído sobre os corpos das mulheres, enquanto coloca o primeiro como um dos elementos constitutivos desse sistema, podendo inclusive ser reproduzido pelas próprias mulheres (PAREDES, 2017). Demonstra que os indivíduos, ao reproduzirem o machismo, não deixam de estar subordinados ao patriarcado, que facilita essa prática. A autora vai além, caracterizando a noção de gênero como mais uma possibilidade para o encarceramento de indivíduos, tanto quanto as divisões de classes sociais. A autora defende que a liberdade de expressão sexual e social está intimamente ligada à superação dos nossos princípios e valores ligados ao gênero, cenário esse que colocaria em xeque as próprias iniquidades, injustiças e violências ligadas estritamente a esses valores. Ainda assim, as lutas pautadas apenas por essa categoria não têm condições de superar o sistema patriarcal por si só.

Nesse sentido, Julieta destaca o caráter radical do movimento do qual faz parte. Radical por se propor a reestruturar as raízes que compõem a sociedade e por não se limitar a demandar direitos através dos parâmetros da democracia burguesa, estabelecendo como critério a proteção e cuidado dos territórios, por meio do que nomeia como mãe e irmã natureza, objetivando assim o viver bem não só individual, mas das famílias, das comunidades e das relações entre as comunidades. Paredes nos convoca enquanto sociedade a participar da construção do que ela chama de utopia, numa mudança completa dos paradigmas definidores das relações sociais

e com o ambiente, em valorização do bem maior que é a vida de todos os tipos.

Sob outra perspectiva, Silvia Federici, intelectual italiana, filósofa, professora, pesquisadora, escritora e ativista nascida em 1942 e com atuação há mais de 40 anos, desenhou, ao longo desses anos, uma trajetória desenvolvida no engajamento feminista, propondo caminhos anti-capitalistas e anticolonialistas, ampliando, dessa maneira, o debate acerca de vias que conduzam à emancipação das mulheres. Sua principal contribuição teórica (FEDERICI, 2019b) se refere ao reconhecimento do trabalho doméstico – o trabalho reprodutivo – como uma das principais bases para a construção e perpetuação do sistema capitalista. Ao longo dos últimos séculos, a negação do reconhecimento dessa forma de trabalho como trabalho de fato, produzido especialmente pela mão de obra feminina, orientou importantes distorções em nossa sociedade. A partir dos referenciais estabelecidos pela autora, podemos compreender a divisão sexual do trabalho como uma condição imposta historicamente, anterior ao estabelecimento do sistema capitalista de produção. Com a adoção hegemônica desse modo de produção, o entendimento preexistente de que as práticas laborais de homens deviam ser restritas aos espaços entendidos como públicos foi mantido e adaptado, sendo relegadas às mulheres, nessa organização social, as práticas relacionadas ao cuidado do espaço privado ou doméstico. Muito se discute sobre esta questão, propondo-se e implementando-se reconfigurações para driblar tal imposição ao longo da era capitalista, mas ainda hoje o chamado trabalho reprodutivo – condição mínima para a existência

humana e, portanto, para a reprodução do próprio capital – é atribuição essencialmente da mulher.

É importante se ater ao fato de que, para a humanidade ter chegado ao momento histórico em que se encontra, nos moldes em que a conhecemos, foi crucial que as mulheres fossem posicionadas na base da produção do trabalho, mediante exercício compulsório do trabalho reprodutivo, de forma não remunerada e sistemicamente invisibilizada (FEDERICI, 2017). Uma vez restritas ao ambiente doméstico, cumprindo funções laborais não reconhecidas, as mulheres foram obrigadas, por meio de sucessivas investidas de poder dos homens através do Estado e vice-versa, a sucumbir à submissão física, material e emocional da figura do provedor do lar. Temos, por intermédio destas condições, especialmente da criação de relações de poder desbalanceadas que estruturam de forma sistêmica as sociedades, a origem da violência contra a mulher.

Ora, se um operário no chão de fábrica se nega a exercer suas funções básicas ou o faz de forma deficitária, quais são as penalidades imputáveis a tal transgressão? Multa salarial, demissão por justa causa, talvez. E se estivermos tratando de outro tipo de relação de trabalho, em que não se oferece remuneração para quem presta os serviços, o que se pode esperar, caso o sujeito se negue a cumprir suas funções laborais ou ameace abandonar o ambiente de trabalho? É nessa relação que identificamos a função social da violência doméstica para a manutenção das condições primárias de reprodução do capitalismo. Essa forma de violência teve seu reconhecimento sistematicamente negado pelo Estado e foi

normalizada como característica vulgar da formação familiar em algumas culturas até muito recentemente. Até hoje, ela se configura um dos problemas de mais difícil resolução, tendo como fator catalítico o envolvimento emocional das vítimas com seus agressores e sua dependência material. A transgressão num ambiente de trabalho doméstico é punida com violência emocional ou física. E aqui cabe destaque a construção do imaginário da mulher como propriedade daquela família, estando portanto subscrito enquanto dever dela não só manejar o cuidado, mas estar disponível também emocional e sexualmente. Na leitura de Federici, sexo é trabalho para as mulheres, no sentido de ser um dever entre suas atribuições, na medida em que proporcionar prazer para os homens é indissociável do que se espera de todas as mulheres (FEDERICI, 2019b).

A atribuição de responsabilidades tão essenciais à sobrevivência e reprodução da espécie humana, destinadas exclusivamente às mulheres, foi possível através do apagamento da sua real importância e valor. O trabalho doméstico não incorporou a lógica da mais-valia, portanto, a avó, a mãe, a esposa, a filha, a dona de casa nunca puderam ter seu trabalho e disponibilidade remunerados na forma de dinheiro, tampouco tiveram reconhecidos direitos trabalhistas como férias ou folga. Ainda que na forma da babá, cuidadora ou da empregada doméstica a trabalhadora receba remuneração por seu trabalho, as condições não se apresentam de maneira proporcional a qualquer trabalhador do ramo de serviços, tendo plena desvalorização. Dessa forma, essas ocupações são destinadas à camada da população mais explorada e precarizada: as mulheres racializadas periféricas

e imigrantes. Portanto, a demanda não se restringe a reivindicações trabalhistas propriamente; trata-se de uma luta inequívoca contra o papel social imposto estritamente a mulheres (FEDERICI, 2019b). A autora defende ainda que a demanda por remuneração do trabalho reprodutivo gera a visibilidade necessária para destruir o papel que o capitalismo outorgou às mulheres, sendo, portanto, uma demanda revolucionária, a qual configura-se momento essencial da divisão do trabalho e do poder social dentro da classe trabalhadora, poder esse justamente por meio do qual o capital tem sido capaz de manter sua hegemonia. Salários para o trabalho doméstico são um primeiro passo para que a mulher tenha o poder de recusar esse papel, a essa altura não mais atribuído socialmente.

## Considerações

---

Sob a perspectiva dos aportes teóricos apresentados ao longo deste estudo, impõe-se a seguinte questão: quais são os possíveis caminhos para romper com essa estrutura de poder que nos violenta, nos aprisiona e nos faz reproduzir mecanismos de subalternidade?

Mariátegui, Marini e Quijano provocaram deslocamentos conceituais importantes, desafiando-nos a transitar por lugares diferentes, enquanto Lugones, Gonzalez, Paredes e Federici, apesar de trabalharem em linhas teóricas pouco semelhantes, travando debates com análises diversas entre si, são consonantes, em linhas gerais, sobre três aspectos

fundamentais: 1. superação de um sistema de exploração de humanos, animais e natureza; 2. superação da divisão sexual do trabalho; e 3. superação da subordinação hierárquica racial. A repercussão produzida após a inauguração da performance do grupo LasTesis “Un violador en tú camiño” em 2019, assim como sua reprodução mundo afora, evidencia, numa dimensão prática, o caráter universal do sentimento de violação sofrido pelas pessoas que se identificam como mulher na atualidade. Como as próprias idealizadoras do movimento destacam, o violador é o pai, o irmão, o familiar, o vizinho, o desconhecido, é o Estado, violador é o sistema estruturado para reproduzir e perpetuar a violência simbólica, psicológica, física ou material.

Deparamo-nos com uma série de camadas que formam uma densa e complexa estrutura de segregação social, e quanto mais acúmulo de pertencimento às camadas, maior a gravidade da opressão sofrida por indivíduos e populações. A exploração humana não tem origem no sistema capitalista, ao contrário, o sistema produtivo vigente se apropriou, incorporou e reciclou as formas de tal exploração para conquistar e manter a hegemonia do poder. Mas apenas a exploração humana não bastou, houve a intensificação da exploração dos recursos naturais.

Para responder à questão proposta no início destas considerações, impõe-se antes contornar adequadamente o problema, identificando-se assim quais são os determinantes sociais que sustentam as relações de poder que se objetiva superar. Parece-nos que a redistribuição territorial dos espaços público e privados, urbanos e rurais, é central para essa discussão, que atravessa a

questão da descolonização e da expropriação do capital saqueado e acumulado às custas de pauperização, violação, encarceramento e devastação de pessoas, comunidades e territórios. Mas, ao constatarmos que as desigualdades de gênero, a maior suscetibilidade de mulheres a estarem em situação de violência, o feminicídio, a cultura do estupro, a precarização da saúde, as injustiças raciais e étnicas são de longe os dispositivos que nos colocam mais vulneráveis frente aos processos de dominação perpetrados nas culturas com matrizes coloniais, reativamos a convicção sobre a importância da participação da mulher na construção de espaços de contravenção.

LasTesis, coletivo inspirador e disparador dos estudos que trouxemos, lançou este ano dois livros: *Quemar el miedo* (LASTESIS COLECTIVO, 2021) e *Antología feminista* (2021), nos quais se refletem todas as suas opiniões e a urgência de que a América Latina avance na discussão e reconhecimento acerca da desigualdade de direitos entre homens e mulheres; LasTesis continua nos inspirando. Por fim, cabe apontar que o presente ensaio traz apontamentos introdutórios, vinculados muito mais ao objetivo de lançar pistas que instiguem o adensamento deste debate. Nosso esforço consistiu, é certo, no fornecimento de um panorama bastante amplo, repleto de possibilidades de desdobramento.

Apresentamos brevemente, ao longo deste estudo, as principais definições e reflexões apontadas por alguns e algumas autoras de origem latino-americana, a fim de entender quais são os mecanismos que produzem a subalternidade entre as mulheres e refletir como desafiar tais mecanismos. Este estudo não se encerra aqui. Na verdade,

continuaremos nos enveredando nesta discussão, pois há muitos aprofundamentos a serem feitos, muitos desvelamentos também. Sigamos produzindo afetos. Sigamos, em resistência. ■

[ CECILIA SETTI ]

Obstetrix especialista em Saúde Coletiva,  
pesquisadora em intervenções sociais  
por meio das Políticas Informadas por  
Evidências pelo Instituto Veredas.  
E-mail: cicasetti@gmail.com

[ SOLANGE BORELLI ]

Mestre em Artes Corporais pela Universidade  
Estadual de Campinas (UNICAMP), Doutoranda no  
Programa de Mudança Social e Participação Política  
pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades  
da Universidade de São Paulo (EACH/USP).  
E-mail: solangeborelli@usp.br

## Referências

---

ADRIANZÉN, Catalina. **El marxismo Mariátegui y el movimiento femenino**. Lima: Movimiento Femenino Popular (MFP), 1975. Disponível em: <https://bit.ly/3pDxJ5J>. Acesso em: 4 jul. 2021.

CEPAL. Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe. **Feminicídio ou femicídio**. Santiago: Cepal, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3lCrhw2>. Acesso em: 18 ago. 2021.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ImUJyV>. Acesso em: 4 jul. 2021.

FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 83-111, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3EdnUlx>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019b.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ª Ed. São Paulo: Global, 2004. (Original de 1933).

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1951.

GALVANI, Giovanna. Chile: a dança feminista atravessa fronteiras. **Outras Mídias**, São Paulo, 14 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3vNs7qB>. Acesso em: 18 ago. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. In: ENCONTRO NACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 8., 1979, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <https://bit.ly/3EdpBPV>. Acesso em: 4 jul. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje** (Anpocs), São Paulo, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://bit.ly/3Ci4RU8>. Acesso em: 4 jul. 2021.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência**: 50 anos depois. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LASTESIS COLECTIVO. **Quemar el miedo, un manifiesto**. Con la colaboración de Alejandra Carmona. Ciudad de México: Planeta, 2021.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano** (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3pGIEMi>. Acesso em: 4 jul. 2021.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **As reivindicações feministas**. [S. l.]: Marxist Internet Archive (MIA), 2013. (Primeira edição: jornal *Mundial*, Lima, Peru, 19 dez. 1924). Disponível em: <https://bit.ly/40WR5TL>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes/Laboratório de Políticas Públicas (LPP), 2000.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. p. 33-49. Disponível em: <https://bit.ly/3YTDISw>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PAREDES, Julieta. Hilando fino desde el feminismo comunitario. In: SANTIAGO GUSMÁN, Alejandra de; CABALLERO BORJA, Edith; GONZÁLES ORTUÑO, Gabriela (ed.). **Mujeres intelectuales**: feminismos y liberación en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 111-140. Disponível em: <https://bit.ly/3jG7705>. Acesso em: 4 jul. 2021. (Coleção Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño).

QUIJANO, Aníbal (ed.). Prólogo. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos básicos**. Lima: Fondo de Cultura Económica, 1991.

ROSAS, Ketzalli. **Para aquelas que já não estão mais**. Tradução Mariana Sanches. [S. l.]: Violentadas en cuarentena: Distintas latitudes, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3mgzSlK>. Acesso em: 18 ago. 2021.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. **O labirinto periférico**: José Carlos Mariátegui e a sociologia crítica latino-americana. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3YVgSJY>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 15, n. 30, p. 475-494, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/30TsBQD>. Acesso em: 4 jul. 2021.